

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

**O Centro de Ribeirão Preto: os processos
de expansão e setorização**

Ozório Calil Júnior

Dissertação apresentada à Escola de
Engenharia de São Carlos da
Universidade de São Paulo, como parte
dos requisitos para obtenção do título
de mestre em Arquitetura e Urbanismo

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sarah Feldman

São Carlos, setembro 2003

C153c

Calil Júnior, Ozório

O centro de Ribeirão Preto : os processos de expansão e setorização / Ozório Calil Júnior. -- São Carlos, 2003.

Dissertação (Mestrado) -- Escola de Engenharia de São Carlos-Universidade de São Paulo, 2003.

Área: Tecnologia do Ambiente Construído.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Sarah Feldman.

1. Centro de Ribeirão Preto. 2. Expansão.
 3. Setorização funcional. 4. Setorização social.
- I. Título.

FOLHA DE JULGAMENTO

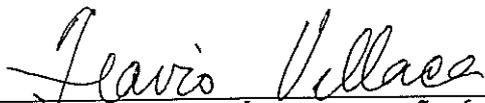
Candidato: Engenheiro-Arquiteto **OZORIO CALIL JUNIOR**

Dissertação defendida e julgada em 09-09-2003 perante a Comissão Julgadora:



Prof. Dra. **SARAH FELDMAN (Orientadora)**
(Escola de Engenharia de São Carlos/USP)

APROVADO



Prof. Dr. **FLÁVIO JOSÉ MAGALHÃES VILLAÇA**
(Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/USP)

APROVADO



Prof. Dra. **TELMA DE BARROS CORREIA**
(Escola de Engenharia de São Carlos/USP)

Aprovado



Prof. Dra. **SARAH FELDMAN**
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e
Urbanismo



Prof. Assoc. **MARIA DO CARMO CALIJURI**
Presidente da Comissão de Pós-Graduação da EESC

Aos meus Professores e aos meus Alunos

“Quanto mais a gente ensina, mais aprende com quem ensinou”

Jorge Portugal

Agradecimentos

Meus sinceros agradecimentos:

A todos os meus professores, por terem indicado o caminho do conhecimento, tornando possível esta longa caminhada;

À Prof^ª. Dr^ª. Sarah Feldman, pela forma como orientou o desenvolvimento desta dissertação, manifestando seu compromisso com a formação dos alunos, o rigor científico, o incentivo à pesquisa, e o entusiasmo manifesto em todos os momentos; sua orientação extrapola os resultados deste trabalho, estando presente em minha prática docente;

Aos professores responsáveis pelas disciplinas do mestrado: Prof^ª. Dr^ª. Telma de Barros Correia, Prof. Dr. Carlos Roberto M. de Andrade, Prof. Dr. Nabil Bonduki, Prof. Dr. Azael Rangel Camargo e Prof. Dr^ª. Ana Cristina Fernandes, que contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa, abrindo novos campos do conhecimento;

Ao Prof. Teodoro Lamounier, que incentivou o estudo e a pesquisa das questões urbanas, tanto durante o curso de arquitetura, como no exercício profissional na área do planejamento urbano;

Ao Prof. João Boltshauser, in memoriam, por seu exemplo de persistência no exercício da docência e da pesquisa, apesar do cerceamento que lhe foi imposto pelo regime militar;

À Prof. Maria Aparecida Pires, in memoriam, que me alfabetizou e me transmitiu a importância do conhecimento;

Aos colegas de mestrado, Karla Sanches e Luiz Ferrarini Jr., com os quais compartilhei trabalhos para congressos, incentivos e inquietações próprias ao curso; Luiz me apresentou o Plano Diretor de José de Oliveira Reis, que está incorporado a este trabalho; Karla foi a responsável pela diagramação da dissertação;

À colega Maria Helena Magalhães, com quem durante o curso de arquitetura desenvolvi pesquisas sobre Belo Horizonte, diálogo que mantemos até o presente;

À Daniela Frattini e Raimundo Dias Baraúna, pela arte final dos mapas, e a Marta de Freitas Salatiel, pelo rigor na correção deste texto; ainda, Perla Calil Pongelluppe, pelo apoio em vários momentos;

À Tânia Registro e Mauro da Silva Porto, pela orientação na pesquisa do material disponível no Arquivo Histórico Municipal de Ribeirão Preto e pelo trabalho de preservação desse valioso acervo histórico;

A todos os amigos e familiares que me incentivaram na elaboração deste trabalho.

As possíveis falhas presentes neste trabalho são de minha responsabilidade.

SUMÁRIO

Agradecimentos	i
Índice dos Mapas	vi
Índice das Tabelas	viii
Índice das Figuras	xi
Resumo	xiv
Abstract	xv
Introdução	16
Capítulo 1 – Os estudos sobre os Centros das Cidades Brasileiras	22
1.1 - Os estudos dos anos 1950 e 1960: São Paulo, Salvador e Rio de Janeiro	26
1.2 - Os estudos dos anos 1970 e 1980: as metrópoles brasileiras	36
1.3 - Os estudos dos anos 1990: as “novas centralidades”	50
Capítulo 2 – Os Processos de Expansão e Setorização Funcional e Setorização Social do Centro de Ribeirão Preto: fins do século XIX ao final dos anos 1960	56
2.1 – Expansão e setorização funcional do centro: fins do século XIX a 1940	56
2.1.1 – A economia cafeeira como força motriz do crescimento urbano	56
2.1.2 – A primeira expansão do centro: fins do século XIX a 1920	65
2.1.3 – A segunda expansão e a modernização do centro: de 1920 a 1940	79
2.1.4 – A setorização funcional do centro	86

2.1.5 – As intervenções urbanísticas: embelezamento, saneamento e abertura de vias	91
2.2 – Expansão, setorização funcional e setorização social: de 1940 ao final dos anos 1960	96
2.2.1 – O crescimento industrial e a proliferação de loteamentos	96
2.2.2 – O Plano Diretor de José de Oliveira Reis, de 1945	101
2.2.3 – A expansão do centro e a dupla setorização: social e funcional	108
2.2.4 – A constituição do setor bancário	113
2.2.5 – A verticalização concentrada no centro: edifícios residenciais, comerciais e mistos	116
2.2.6 – O surgimento dos eixos comerciais	119
2.2.7 – O Plano de Vias dos anos 1960	121
Capítulo 3 – A não-expansão e a popularização do Centro de Ribeirão Preto: final dos anos 1960 a 2002	125
3.1 – O deslocamento do comércio de luxo: final dos anos 1960 a 1980 .	125
3.1.1 – O fortalecimento do setor sucro-alcooleiro e a implantação das avenidas expressas	125
3.1.2 – O deslocamento do comércio e serviços de luxo em direção aos bairros de alta renda	130
3.1.3 – A área da Estação: comércio, serviços e moradia da população de baixa renda	134
3.1.4 – A continuidade da verticalização do centro: predominância dos edifícios residenciais de classe média	139
3.2 – O crescimento do comércio popular no centro: dos anos 1980 até 2002	141
3.2.1 – O crescimento econômico com o Pró-álcool e a proliferação de conjuntos habitacionais e favelas	141
3.2.2 – A expansão do comércio popular	151

3.3 – Os eixos comerciais de Ribeirão Preto: o desdobramento do centro	156
3.3.1 – Os eixos comerciais nos setores de alta renda	160
3.3.1.1 – Eixos comerciais: avenidas 9 de Julho, Independência e Presidente Vargas e Vila Seixas	160
3.3.1.2 – Eixos comerciais: avenidas 13 de Maio e Castelo Branco	173
3.3.2 – Os eixos comerciais dos setores de média e baixa renda	178
3.3.2.1 – Eixos comerciais: avenidas da Saudade, Brasil e Costa e Silva	178
3.3.2.2 – Eixos comerciais: avenida D. Pedro I	182
3.3.2.3 – Eixos comerciais: avenidas do Café e Bandeirantes, Vila Tibério	184
Conclusões	187
Anexo 1 – Relação dos Bancos cadastrados pela Lista Telefônica de Ribeirão Preto de 1861 a 2000	196
Anexo 2 – Leis Urbanísticas	204
Bibliografia	206

Índice dos Mapas

Capítulo 2

Mapa 1 – Delimitação do centro de Ribeirão Preto, até fins do séc. XIX	58
Fonte: Arquivo Histórico de Ribeirão Preto/ Org.: o autor	
Mapa 2 – Delimitação do centro de Ribeirão Preto, de fins do séc. XIX a 1920	66
Fonte: Arquivo Histórico de Ribeirão Preto/ Org.: o autor	
Mapa 3 – Delimitação do centro de Ribeirão Preto, de 1920 a 1940	80
Fonte: Arquivo Histórico de Ribeirão Preto/ Org.: o autor	
Mapa 4 – Plano Diretor de 1945 - Zoneamento	103
Fonte: Arquivo Histórico de Ribeirão Preto/ Org.: o autor	
Mapa 5 – Plano Diretor de 1945 – Sistema Viário	105
Fonte: Arquivo Histórico de Ribeirão Preto/ Org.: o autor	
Mapa 6 – Delimitação do centro de Ribeirão Preto, de 1940 a fins de 1960	109
Fonte: Arquivo Histórico de Ribeirão Preto/ Org.: o autor	
Mapa 7 – Plano de Vias dos anos 60	123
Fonte: Arquivo Histórico de Ribeirão Preto	

Capítulo 3

Mapa 8 – Região Administrativa de Ribeirão Preto	127
Fonte: Arquivo Histórico de Ribeirão Preto/ Org.: o autor	
Mapa 8.1 - Delimitação do centro, bairros de alta, média e baixa renda.	
Localização dos eixos comerciais	131
Fonte: Arquivo Histórico e Ribeirão Preto/ Org.: o autor	
Mapa 9 – Delimitação do centro de Ribeirão Preto, de 1970 a 1980	132
Fonte: Arquivo Histórico de Ribeirão Preto/ Org.: o autor	
Mapa 10 – Delimitação do centro de Ribeirão Preto, de 1980 a 2000	148
Fonte: Arquivo Histórico de Ribeirão Preto/ Org.: o autor	

Mapa 11 – Lei Nº 411	167
Fonte: Lei Nº 411 – 11/05/1.955 / Org.: o autor	
Mapa 12 – Lei Nº 3.349	168
Fonte: Lei Nº 3.349 – 07/10/1.977 / Org.: o autor	
Mapa 13 – Lei Nº 4.709	170
Fonte: Lei Nº 4.709 – 05/11/1.985 / Org.: o autor	
Mapa 14 – Lei Nº 5.685	172
Fonte: Lei Nº 5.685 – 20/02/1.990 / Org.: o autor	

Índice das Tabelas

Capítulo 2

- Tabela 1 – Crescimento populacional de Ribeirão Preto – 1874 a 1940 **62**
Fontes: (1) (Camargo 1952, apud Brioschi, op. cit; 77); (2) (Valadão, op. cit; 46); (3) e (4) (Thomas, 2000; 46); (5) (IBGE, 1940)
- Tabela 2 – Crescimento do número de prédios de Ribeirão Preto – 1913 a 1923 **64**
Fontes: Sá, Miranda & Cia 1913 ; Guião, João Rodrigues, 1923
- Tabela 3 – População economicamente ativa do município de Ribeirão Preto – de 1940 a 1991 **98**
Fonte: IBGE. 1940, 1950, 1970, 1980 e 1991
- Tabela 4 – Participação das empresas em 1948 - Ribeirão Preto **111**
Fonte: PORTO, Sebastião e BUENO, Rubens Ribeiro (1948). “Roteiro de Ribeirão Preto – Cidade padrão de Progresso no coração do Brasil”.
- Tabela 5 – Participação das Agências Bancárias por década - Ribeirão Preto – de 1950 a 2000 **115**
Fonte: Catálogos Telefônicos 1950/ 1961/ 1970/ 1981/ 1987/ 2000

Capítulo 3

- Tabela 6 – Participação das empresas por década – Quadrilátero Central de Ribeirão Preto – de 1970 a 2000 **129**
Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda Ribeirão Preto/ CODERP. Cadastro de Empresas, 2001
- Tabela 7 – Distribuição das atividades terciárias: Centro e Eixos Comerciais – de 1970 a 2000

Taxa de crescimento do número de empresas por década	138
Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda Ribeirão Preto/ CODERP. Cadastro de Empresas, 2001	
Tabela 8 – Crescimento da população do bairro Higienópolis no período 1980 – 1991, segundo os censos censitários	147
Fonte: IBGE., 1980, 1991; apud, Migliorini, 1997; 97	
Tabela 9 – Distribuição das empresas por rua do Centro de Ribeirão Preto – ano 2002	153
Fonte: Levantamento de campo – o autor	
Tabela 10 – Participação das empresas por década – Eixo avenidas 9 de Julho, Independência e Presidente Vargas – de 1970 a 2000	162
Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda Ribeirão Preto/ CODERP. Cadastro de Empresas, 2001	
Tabela 11 – Participação das empresas por década – Vila Seixas – de 1970 a 2000	165
Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda Ribeirão Preto/ CODERP. Cadastro de Empresas, 2001	
Tabela 12 – Participação das empresas por década – Eixo avenida 13 de Maio – de 1970 a 2000	174
Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda Ribeirão Preto/ CODERP. Cadastro de Empresas, 2001	
Tabela 13 – Participação das empresas por década – Eixo avenida Castelo Branco – de 1970 a 2000	177
Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda Ribeirão Preto/ CODERP. Cadastro de Empresas, 2001	
Tabela 14 – Participação das empresas por década – Eixo avenidas Saudade, Brasil e Costa e Silva – de 1970 a 2000	181
Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda Ribeirão Preto/ CODERP. Cadastro de Empresas, 2001	
Tabela 15 – Participação das empresas por década – Eixo avenida D. Pedro I – de 1970 a 2000	183

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda Ribeirão Preto/
CODERP. Cadastro de Empresas, 2001

Tabela 16 – Participação das empresas por década – Eixo avenidas do Café e
Bandeirantes e, Vila Tibério – de 1970 a 2000 **186**

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda Ribeirão Preto/
CODERP. Cadastro de Empresas, 2001

Índice das Figuras

Capítulo 2

Figura 2.1 – Igreja e Largo da Matriz – Construção iniciada em 1863 Fonte: Arquivo Histórico de Ribeirão Preto	67
Figura 2.2 – Largo da Igreja Matriz, futura Praça XV de Novembro – 1898 Fonte: Arquivo Histórico de Ribeirão Preto	67
Figura 2.3 – Inauguração da Praça XV de Novembro - 1902 Fonte: Arquivo Histórico de Ribeirão Preto	68
Figura 2.4 – Rua General Osório próximo à Estação Mogiana - 1899 Fonte: Arquivo Histórico de Ribeirão Preto	68
Figura 2.5 – Rua da Estação até o Córrego Ribeirão Preto, prolongamento da Rua General Osório. No alto, à esquerda, pode ser visto os telhados da Igreja e do Teatro Carlos Gomes, na Praça XV de Novembro - 1903 Fonte: Arquivo Histórico de Ribeirão Preto	69
Figura 2.6. – Casa de Câmara e Cadeia – 1889 Em primeiro plano Praça Barão do Rio Branco Fonte: Arquivo Histórico de Ribeirão Preto	69
Figura 2.7 – Vista aérea do complexo Mogiana em Ribeirão Preto Fonte: Arquivo Histórico de Ribeirão Preto	70
Figura 2.8 – À direita, Praça Shimidt e ao fundo, construção dos Armazéns da Companhia Mogiana – dec. 1920 Fonte: Arquivo Histórico de Ribeirão Preto	70
Figura 2.9 – Mercado Municipal - 1910 Fonte: Arquivo Histórico de Ribeirão Preto	71
Figura 2.10 – Mercado Municipal durante enchente de 1927 Fonte: Arquivo Histórico de Ribeirão Preto	71
Figura 2.11 – Rua General Osório, esquina com Jerônimo Gonçalves - 1900 Fonte: Arquivo Histórico de Ribeirão Preto	72
Figura 2.12 – Fachada da loja “Au Louvre” na Rua Duque de Caxias, em frente à Praça XV de Novembro - 1903 Fonte: Arquivo Histórico de Ribeirão Preto	75

Figura 2.13 – Antigo Banco Construtor de Ribeirão Preto – dec. 1910 Fonte: Arquivo Histórico de Ribeirão Preto	75
Figura 2.14 – Palácio do Rio Branco (Câmara Municipal), inaugurado em 1917 Fonte: Arquivo Histórico de Ribeirão Preto	76
Figura 2.15– Teatro Carlos Gomes, inaugurado em 1897 Fonte: Arquivo Histórico de Ribeirão Preto	76
Figura 2.16 – Projeto da Catedral Metropolitana de Ribeirão Preto - 1902 Fonte: Arquivo Histórico de Ribeirão Preto	77
Figura 2.17 – Palácio Episcopal Fonte: Arquivo Histórico de Ribeirão Preto	77
Figura 2.18 – Cassino Antártica - 1920 Fonte: Arquivo Histórico de Ribeirão Preto	78
Figura 2.19 – Quarteirão Paulista - 1930 Fonte: Arquivo Histórico de Ribeirão Preto	82
Figura 2.20 – Vista aérea do Quarteirão Paulista – dec. 1980 Fonte: Arquivo Histórico de Ribeirão Preto	82
Figura 2.21 – Casa do Cel. Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, esquina da Rua General Osório com Rua Álvares Cabral, antes da construção do Edifício Diederichsen, em frente à Praça XV de Novembro Fonte: Arquivo Histórico de Ribeirão Preto	84
Figura 2.22 – Fachada principal do Edifício Diederichsen - 1934 Fonte: Arquivo Histórico de Ribeirão Preto	84
Figura 2.23 – Construção do Edifício Diederichsen – dec. 1930 Fonte: Arquivo Histórico de Ribeirão Preto	85
Figura 2.24 – Rua General Osório, em frente à Praça XV de Novembro – dec. 1920 Fonte: Arquivo Histórico de Ribeirão Preto	87
Figura 2.25 – Comércio na Rua Saldanha Marinho – dec. 1930 Fonte: Arquivo Histórico de Ribeirão Preto	87
Figura 2.26 – Ao fundo Palacete Innechi e, em primeiro plano, sede da Sociedade Recreativa inaugurada em 1908, em frente à Praça XV de Novembro Fonte: Arquivo Histórico de Ribeirão Preto	90

Figura 2.27 – Praça XV de Novembro, já urbanizada e com traçado geométrico – dec. 1920 Fonte: Arquivo Histórico de Ribeirão Preto	94
Figura 2.28 – Vista aérea da Faculdade de Medicina - 1952 Fonte: Arquivo Histórico de Ribeirão Preto	97
Figura 2.29 – Av. 9 de Julho - 1956 Fonte: Arquivo Histórico de Ribeirão Preto	100
Figura 2.30 – Vista panorâmica dos bairros Sumaré, Jardim América, Alto da Boa Vista Fonte: Arquivo Histórico de Ribeirão Preto	100
Figura 2.31 – Vista aérea de Ribeirão Preto - 1940 Fonte: Arquivo Histórico de Ribeirão Preto	117
Figura 2.32 – Vista aérea de Ribeirão Preto - 1968 Fonte: Arquivo Histórico de Ribeirão Preto	117
Figura 2.33 – Gráfico Tipologia dos edifícios verticalizados no quadrilátero central Fonte: MIGLIORINI, 1997; 98	118

Capítulo 3

Figura 3.1 – Rua General Osório, com as atividades complementares, próximo à Estação Mogiana - 1927 Fonte: Arquivo Histórico de Ribeirão Preto	135
Figura 3.2 – Vista aérea de Ribeirão Preto – dec. 1980 Fonte: Arquivo Histórico de Ribeirão Preto	146
Figura 3.3 – Vista aérea de Ribeirão Preto - 1996 Fonte: Arquivo Histórico de Ribeirão Preto	146

Resumo

Calil Júnior, Ozório (2003). **O Centro de Ribeirão Preto: os processos de expansão e setorização.** Dissertação (Mestrado). EESC-USP.

Resumo

Esta pesquisa estuda as mudanças ocorridas no centro de Ribeirão Preto, desde o final do século XIX até o presente. No desenvolvimento do trabalho foram identificados 3 processos – de expansão, de setorização funcional e setorização social – que caracterizam as transformações ocorridas no centro. O processo de expansão se expressa através da incorporação de novas áreas, através da substituição do uso residencial pelo comercial. O processo de setorização se manifesta, num primeiro momento, através da setorização funcional do comércio diversificado, por um lado, e das atividades vinculadas ao transporte ferroviário, por outro. Num segundo momento, diferenciando-se do anterior, a setorização social constitui a separação do comércio de luxo do comércio popular. Estas dimensões espaciais são parte das transformações econômicas e sociais da região que, por sua vez, estão relacionadas ao processo econômico global. Para o desenvolvimento da pesquisa foram realizados levantamento bibliográfico, levantamento documental envolvendo legislação urbanística, planos e obras viárias, e levantamento de campo para localização das atividades de comércio, de serviços e equipamentos públicos.

Palavras – Chave: Centro de Ribeirão Preto, Expansão, Setorização Funcional, Setorização Social.

Abstract

Calil Júnior, Ozório (2003). **Downtown Ribeirão Preto: the expansion and sector formation processes.** Dissertation (Masters). EESC-USP.

Abstract

This research studies the changes that occurred downtown Ribeirão Preto, from the late XIX century to the present date. In the development of the work, three processes were identified – expansion, functional formation of sectors and social formation of sectors – which characterize the transformation that occurred downtown. The expansion process is expressed by mean of the incorporation of new areas, replacing the residential use with commercial use. The sector formation process manifests itself, at first, by means of the functional formation of sectors of the diversified commerce, on the one hand, and the activities connected with railroad transportation, on the other. In a second moment, differentiating itself from the previous, the social formation of sectors constitutes the separation of luxury commerce from popular commerce. These spatial dimensions are part of the economic and social transformations of the region, which, are related to the global economic process. For the development of the research, bibliographic surveys, documentation surveys involving urban legislation, plans and ways of transportation, and field surveys for the identification of commerce, service and public equipment were carried out.

Key words: Downtown Ribeirão Preto, Expansion, Functional formation of sectors, Social formation of sectors.

Introdução

A situação dos centros das cidades brasileiras extrapolou o debate técnico, do qual participam parcelas importantes da população, que estão envolvidas diretamente no destino dos mesmos. A importância desse debate está vinculada não só à reabilitação dos centros, e à preservação da história de nossas cidades, de seu patrimônio cultural e artístico, e de sua identidade, mas também ao caráter afetivo, importante para as gerações passadas e referência para as atuais e futuras gerações. Profissionais ligados à atividade de planejamento, pesquisadores do urbano, movimentos que congregam entidades civis, poder público, iniciativa privada, meios de comunicação, vêm desenvolvendo ações diversas que, em alguns casos, resultam em ações concretas, que estão por ser avaliadas.

Esse debate revela ter objetivos diversos, que vão desde grupos preservacionistas, grupos que visam apenas a valorização dos seus imóveis, do comércio com vistas à sua modernização, os movimentos por moradia que lutam pela reciclagem dos edifícios degradados a fim de garantir habitação para seus atuais residentes e que tem conseguido grande repercussão nos meios de comunicação.

A escolha do Centro de Ribeirão Preto como objeto de pesquisa teve a intenção de contribuir para o debate atual em torno da reabilitação dessa área da cidade. O seu valor histórico e simbólico está relacionado à formação da cidade, abrigando espaços públicos e edifícios que são referências do período da economia cafeeira, que constitui o “alicerce” do desenvolvimento alcançado pelo município.

Nos últimos 10 anos, as intervenções pontuais realizadas pela Prefeitura, no centro da cidade, não foram suficientes para incentivar ações de outros atores sociais. A implantação do calçadão, a restauração do teatro D. Pedro II, a reforma da praça Carlos Gomes, entre outras, foram respostas da administração municipal às reivindicações encaminhadas pela Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto e setores sociais que se posicionam pela preservação da memória da cidade.

Ribeirão Preto se destaca na rede urbana paulista por estar entre um reduzido grupo de cidades com população acima de 500 mil habitantes, composto por Guarulhos, Campinas, Osasco, São Bernardo do Campo e Santo André, e estar entre as cidades que vêm registrando menores quedas de crescimento demográfico, se comparada com a região metropolitana de São Paulo, o estado e o país (Feldman, 1999).

Para entender este processo recente, esta pesquisa se propõe a estudar as mudanças ocorridas no centro de Ribeirão Preto desde sua constituição.

A rede urbana do Estado de São Paulo configura-se, a partir de fins do século XIX, com a interiorização da cultura do café e a construção das estradas de ferro que viabilizaram o escoamento da produção até o porto de Santos, para a exportação. Inúmeras cidades se constituíram como ponto de apoio à monocultura cafeeira, para a comercialização da produção e para o atendimento às necessidades de consumo e serviços da população residente no campo. Nelas também se comercializam os insumos para a produção agrícola, além de se concentrarem as indústrias de transformação. Caiado (1992) afirma que esse complexo agroexportador engendra a “mais ampla e complexa rede urbana do país”. A concentração das atividades econômicas, segundo o autor, “privilegia os pontos nodais de transporte e comercialização do café, seguido dos subcentros regionais articulados aos núcleos urbanos.”

Ribeirão Preto constituía um desses pontos nodais no período da economia cafeeira, abrigando a bifurcação da Estrada de Ferro Mogiana, e assumindo o papel de pólo regional, desde a década de 1920. A partir da década de 1950, várias obras foram realizadas, compreendendo a expansão da rede rodoviária no interior paulista e a interligação com a rede ferroviária do Estado de Minas Gerais. Esse conjunto de obras privilegia Ribeirão Preto, que se tornou um entroncamento rodo-ferroviário, reforçando sua polarização sobre a região. A partir de 1930, com a crise do café, a diversificação da economia, que já vinha acontecendo, ganha nova dimensão associada ao desenvolvimento da indústria processadora dos produtos agrícolas (Caiado, *op. cit.*).

A conversão da base agrícola somada à política de industrialização implementada por Juscelino Kubitschek contribuíram para acelerar o ritmo da

recuperação econômica da região, iniciando a implantação do complexo sucroalcooleiro, que se consolida na década de 1970. Esse complexo composto por 27 usinas (fábricas de açúcar e álcool), e 20 destilarias autônomas (somente álcool), estende-se por toda a região, ocupando 35% de toda a área destinada às principais culturas. A maior concentração dessas indústrias está localizada em Ribeirão Preto e Araraquara e municípios vizinhos (Caiado, op. cit).

O complexo sucroalcooleiro tem como característica a localização das indústrias junto à produção da matéria prima utilizada, portanto, fora da área urbana. Apesar desse fato, esse complexo tem grande impacto econômico-social sobre a cidade. Do ponto de vista econômico, os recursos gerados passam, necessariamente, pelas cidades, por meio do sistema financeiro, do comércio, dos serviços de apoio, de forma que os municípios onde estão localizadas as usinas têm seus orçamentos beneficiados pelo repasse de parte dos ICMS gerados no próprio município. Ribeirão Preto, Araraquara e São Carlos, por possuírem uma estrutura de comércio e serviços, atraem os impulsos dinâmicos gerados pelo setor sucroalcooleiro.

A característica do complexo cítrico, localizado também na região, se refere ao monopólio da produção do suco estar controlada por grandes grupos econômicos, constituídos por capital internacional e nacional. O fato de a maior parte dessa produção se destinar ao mercado externo faz com que a região ocupe o segundo lugar do interior do Estado, em contatos (viagens, telefonemas, exportações etc.) com o exterior, seguindo Campinas, além de contar com a presença de agências dos bancos internacionais (Caiado, op. cit).

Ao analisar a configuração de uma rede de centros hierarquizados no interior do Estado de São Paulo, Caiado (op. cit) identifica Ribeirão Preto como um centro de 1º nível, principalmente por seu setor terciário moderno, que atua com uma complementariedade fundamental a suprir as carências de centros como Barretos, Bebedouro, Araraquara e São Carlos que, por sua vez, estabelecem uma rede de relações com os municípios menores que estão em sua área de influência.

Ribeirão Preto exerce papel de liderança, como centro de serviços e comércio, e possui mercado de trabalho que absorve parte significativa da

população que reside nos municípios vizinhos, como, por exemplo, Serrana, Jardinópolis e Dumont.

Esse conjunto de fatores indica o interesse no estudo do centro de Ribeirão Preto, pelo papel que desempenha na região e na rede urbana paulista. Os estudos sobre centros de cidades brasileiras vêm privilegiando as áreas metropolitanas e o desvendamento dos processos por que passam os centros das cidades não-metropolitanas constitui um campo de pesquisa importante.

Esta pesquisa estuda as mudanças ocorridas no centro de Ribeirão Preto, desde o final do século XIX até o presente. No desenvolvimento do trabalho foram identificados 3 processos - de expansão, de setorização funcional e setorização social - que caracterizam as transformações ocorridas no centro. O processo de expansão se expressa através da incorporação de novas áreas, através da substituição do uso residencial pelo comercial. O processo de setorização se manifesta, num primeiro momento, através da setorização funcional do comércio diversificado, por um lado, e das atividades vinculadas ao transporte ferroviário, por outro. Num segundo momento, diferenciando-se do anterior, a setorização social constitui a separação do comércio de luxo do comércio popular. Estas dimensões espaciais são parte das transformações econômicas e sociais da região que, por sua vez, estão relacionadas ao processo econômico global.

Para o desenvolvimento da pesquisa foram realizados levantamento bibliográfico, levantamento documental envolvendo legislação urbanística, planos e obras viárias, e levantamento de campo para localização das atividades de comércio, de serviços e de equipamentos públicos.

No levantamento bibliográfico foram consultados trabalhos sobre a história de Ribeirão Preto, sobre o papel do município na rede urbana paulista e sobre a constituição e transformação dos centros das cidades brasileiras. O confronto das características do centro de Ribeirão Preto e suas mudanças, com as pesquisas de centros de outras cidades, permitiu identificar os processos comuns aos outros centros urbanos e os específicos do centro pesquisado.

O trabalho de levantamento documental compreendeu o cadastro de empresas instaladas em Ribeirão Preto, levantamento de localização de bancos e levantamento de equipamentos públicos. Foram realizadas consultas às seguintes

fontes: Listagem de Empresas, realizada, em 1913, por Sá , Manaia & Cia.; Cadastro de Empresas, realizado, em 1948, por Porto e Bueno; Cadastro de Empresa, 2000 – Secretaria Municipal da Fazenda R.P. / CODERP; Informador Telefônico / Lista Classificada: Ribeirão Preto e distritos de Bonfim Paulista, Dumont, Guatapar e Figueiras – Serviço Telefnico Municipal, de 1950 e 1961; Catálogo Telefnico de Ribeirão Preto – DAET, 1970 ; Listas Telefnicas de Ribeirão Preto – 1981, 1987 e 2000. (Anexo 1) O levantamento da legislao abrangiu as leis referentes ao dimensionamento do sistema viário,  desaproprio de áreas para sua implantao e  criao dos corredores comerciais (Anexo 2).

No levantamento de campo realizado no ano de 2002, foram observadas as atividades comerciais e de serviços, implantadas no centro e nos eixos comerciais.

A dissertao está organizada em três capítulos:

No Capítulo 1  realizada a revisão bibliográfica dos principais estudos sobre os centros das cidades brasileiras, desenvolvidos a partir da década de 1950. Estes estudos se referem às cidades de São Paulo, Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Porto Alegre, Presidente Prudente, São José do Rio Preto e Ribeirão Preto. Excluindo o trabalho de Villaça (op. cit) que, além do centro, trata do espaço intra-urbano como um todo, os outros autores dirigem suas pesquisas, especificamente, para os centros das cidades. Com enfoques diversificados e realizados em momentos distintos, a maioria dos pesquisadores retoma a formao histórica dos centros, identificando a sua configurao espacial nos diversos períodos, e as espacializao das atividades que abrigam. Para esta revisão foram utilizados os estudos de Müller (1958), Santos (1959), IBGE (1967), Cordeiro (1978), Villaça (1978 e 1998), Singer (1979), Pontual (1983), Spósito (1991) e Frúgoli (2000). Todos os autores se detém na definio de centro e no entendimento sobre o processo de expansão. Os trabalhos constituem referenciais para a análise do centro de Ribeirão Preto, tanto em relao aos conceitos desenvolvidos pelos autores, como em relao aos processos identificados nos centros das cidades estudadas.

O Capítulo 2 se detm no período do final do século XIX até a década de 1960, quando a economia cafeeira e, posteriormente, a industrializao constitui a força motriz do desenvolvimento da cidade. São identificados dois momentos: o

primeiro, compreendendo o período de 1880 a 1940, corresponde ao auge e declínio da economia cafeeira. Nesse momento, o centro se expande e se setoriza funcionalmente. O segundo momento, de 1940 ao final dos anos 1960, é marcado pelo processo de industrialização, pelo grande crescimento da cidade, com a setorização social do centro, e o primeiro desdobramento do centro, com a formação dos dois primeiros eixos comerciais voltados ao atendimento das camadas de baixa renda.

O Capítulo 3 aborda o período do final dos anos 1960 a 2002, quando o setor sucro-alcooleiro domina a economia da cidade. Neste período, acontecem novos desdobramentos do centro, com a formação de vários eixos comerciais, compreendendo dois momentos. No primeiro momento, entre os anos 1970 e 1980, realiza-se a terceira expansão do centro, com formação de um eixo de comércio de luxo, na rua Barão do Amazonas. No segundo, de 1980 a 2002, observa-se a não-expansão do centro e sua popularização. Além disso, ocorre o desdobramento do centro, com a formação dos eixos comerciais voltados ao atendimento das camadas de alta renda, associado ao deslocamento das atividades até então tidas como do centro, como sedes de bancos, órgãos públicos, comércio e serviços de luxo, e atividades de lazer.

Capítulo 1 – Os estudos sobre Centros das Cidades Brasileiras

A partir dos anos 1950, inicia-se a produção de pesquisas sistematizadas para o conhecimento dos processos de constituição e desenvolvimento dos centros urbanos no Brasil. Esses trabalhos sistematizam as transformações dos centros das cidades brasileiras, com abordagens e leituras diferenciadas dos processos urbanos identificados.

Todos os textos têm, como referência, dados empíricos realizados nas últimas cinco décadas, permitindo construir um quadro de referência das mudanças ocorridas nos centros e seus desdobramentos sobre a estrutura urbana. O fato de terem sido elaboradas em diferentes décadas permite identificar as especificidades dos centros, nos diversos momentos históricos, além de esclarecer a complexidade que essa questão vem assumindo, em função da formação social brasileira e sua inserção na economia mundial.

Os textos têm, em comum a análise dos centros das cidades brasileiras que, desde a década de 1940, apresentam grande crescimento populacional. A leitura que se fez está focada na identificação dos conceitos utilizados e definições formuladas pelos autores dos processos de constituição e transformação dos centros das cidades analisadas, objetivando estabelecer confronto com o tema desta pesquisa, que analisa as mudanças que ocorreram no centro de Ribeirão Preto.

Nas décadas de 1950 e 1960, são publicados três estudos que podem ser considerados pioneiros em relação à questão do centro, realizados por geógrafos de São Paulo, Salvador e Rio de Janeiro.

Em 1958, é publicado estudo sobre “A área central da cidade” [de São Paulo], de Nice Lecoq Müller, como parte de uma coletânea de trabalhos organizada por Aroldo de Azevedo, com o título “A cidade de São Paulo”. A autora, em sua pesquisa, estuda as transformações que ocorreram durante as décadas de 1940 e 1950 em São Paulo. Partindo da análise da constituição do centro e da localização das diversas atividades, identifica os elementos que determinaram a expansão do centro velho e novo centro.

- “O centro da cidade de Salvador”, de Milton Santos, elaborado durante os anos 1950 e publicado em 1959, foi apresentado como sua dissertação de

mestrado, no curso que realizou na França. O autor retoma a formação da cidade nas dimensões econômica, política e social, para analisar o centro. Para ele, a importância do centro de Salvador para a cidade se deve a dois fatores: o acúmulo de recursos financeiros, técnicos e sociais da região da capital e a concentração das funções urbanas.

“A área central da cidade do Rio de Janeiro”, trabalho realizado na década de 1960, pelos geógrafos Carlos Alberto Teixeira Sena, Deborah Marcolini, Dulce Maria Pinto, Edna Mascarenhas Sant’Anna, Elisa Maria José Mendes de Almeida, Hilda da Silva, José César de Magalhães, Lúcia de Oliveira, Maria Adelaide Bertucci de Azevedo, Maria da Glória Campos Hereda, Maria Francisca Thereza Cavalcanti Cardoso, Maria Rita da Silva Guimarães e Ruth Lopes da Cruz Magnanini, membros do Conselho Nacional de Geografia, foi publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE), no ano de 1967. O trabalho identifica o processo de crescimento e as mudanças de funções da área central do Rio de Janeiro. As atividades que caracterizam o centro da cidade, identificadas pelos autores, compreendem: o monopólio das funções de administração pública, os serviços comerciais especializados e a função de direção da vida econômica e financeira da metrópole. A zona periférica caracteriza-se por uma menor complexidade funcional, com predominância da atividade residencial. O trabalho registra que o processo de expansão do centro se realiza através da verticalização e, concomitantemente, a descentralização das funções centrais, com a formação de subcentros.

No final da década de 1970 e início da década de 1980, duas teses de doutorado e uma dissertação de mestrado são realizadas com pesquisas sobre os centros das metrópoles brasileiras. Além disso, em 1979, o economista Paul Singer escreve um estudo sobre os processos de mudanças dos centros urbanos.

“A estrutura territorial da metrópole sul brasileira”, tese de doutorado de Flávio Villaça apresentada ao Departamento de Geografia da FFLCH – USP, em 1978, cujo conteúdo foi incorporado no livro “Espaço Intra-Urbano no Brasil, publicado em 1998, pelo autor, Villaça identifica, na formação de seis capitais (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre), os interesses do poder econômico e político, e das classes sociais que constituem esta formação social. Analisa a formação, deslocamento e expansão dos centros e estabelece relações com a localização das classes sociais, no espaço intra-urbano.”

“O centro da metrópole paulistana – expansão recente”, tese de doutorado de Helena Kohn Cordeiro, apresentada ao Departamento de Geografia da FFLCH – USP, em 1978, identifica, nas décadas de 1960 e 1970, a setorização do centro em: centro de grande densidade, núcleo do centro e zona de transição. Registra que, neste mesmo período, o centro expandido de São Paulo era constituído pelo centro principal e centro Paulista, além da formação dos corredores metropolitanos de ocupação terciária, implantados ao longo das vias de maior tráfego, que partem do centro, e a constituição do subcentro Pinheiros.

- “O uso do solo urbano na economia capitalista”, texto de Paul Singer publicado como parte de uma coletânea organizada por Ermínia Maricato, publicada em 1979 com o título “A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial”, analisa a formação do preço da terra, que depende dos atributos de cada ponto, no espaço urbano, e o número de compradores interessados no mesmo ponto. Singer identifica as mudanças do centro provocadas por sua expansão, pela obsolescência das edificações e a deterioração de zonas. Relaciona o aumento populacional ao processo de expansão da área central, provocando o deslocamento dos segmentos de alta renda que moravam no em torno do centro, para novas áreas residenciais. Segundo Singer, o processo de degradação sócio-espacial do centro antigo cria as condições para que o setor imobiliário ofereça nova área para a expansão dos serviços centrais, constituindo assim o novo centro.

- “Concorrência, dominação e monopolização do espaço urbano: o comércio de mercadorias e os bancos na cidade do Recife”, pesquisa de Virgínia Pontual, constitui sua dissertação de mestrado no curso de Desenvolvimento Urbano da UFPE, concluída em 1983. A autora identifica, na década de 70, a expansão do centro e a constituição de uma rede formada por três níveis de centros que compreendem: centro de negócios e centro independente; centros comerciais de bairros e subcentros comerciais. Segundo a autora, a transformação fundamental que o processo de concentração e centralização do capital provocou, no setor terciário na cidade do Recife, foi a estrutura de centros comerciais. Quanto à competição entre as atividades econômicas por ocupar os melhores lugares do espaço, Pontual indica que as localizações privilegiadas as de maior concentração de atividades urbanas, são aquelas que acumulam os atributos de fácil acesso e que possuem infra-estrutura, com destaque para as vias onde circula o transporte coletivo.

Nos anos de 1990 são publicados um estudo e uma tese de doutorado que pesquisam as mudanças do centro e a formação de “novas centralidades”.

- O trabalho de Maria da Encarnação Beltrão Spósito, “O centro e as formas de expressão da centralidade urbana”, discute as novas expressões da centralidade urbana. Segundo a autora, estas constituem um reforço da centralidade, reproduzindo-se através da separação sócio-espacial das funções comerciais, de serviços e de gestão no espaço urbano. Sua pesquisa compreende os centros metropolitanos de São Paulo, Rio de Janeiro, e as cidade de 200 a 500 mil habitantes – Presidente Prudente, São José do Rio Preto e Ribeirão Preto.

- “Centralidade em São Paulo: trajetória, conflitos e negociações na metrópole”, é a tese de doutorado de Heitor Frúgoli Jr., apresentada ao Departamento de Sociologia da USP, publicada em 2000. Segundo o autor, a constituição da metrópole, por suas dimensões e complexidade funcional, desencadeia a fragmentação da centralidade, que se acentua a partir da construção dos shopping centers, mas adverte que esse processo não significa a perda de um centro, mesmo no caso da metrópole de São Paulo, da qual não é possível falar de uma única centralidade.

1.1 - Os estudos dos anos 1950 e 1960: São Paulo, Salvador e Rio de Janeiro

Ao analisar o núcleo central da cidade de São Paulo, Müller detecta as três áreas que compõem o centro – núcleo central, área periférica e zona de transição – dispostas de forma concêntrica. A expansão do núcleo central, segundo a autora, acontece pela assimilação gradativa das áreas lindeiras, segundo o modelo de crescimento radial, com as respectivas mudanças funcionais (Müller, 1958; 177 - 180).

Segundo a autora nos anos 1950 se consolida o Centro da Metrópole paulista, compreendendo os Núcleos Velho e Novo. O Núcleo Velho é formado pelas ruas São Bento, Direita e Quinze de Novembro; o Núcleo Novo pela área compreendida entre o vale do Anhangabaú e a praça da República. O Núcleo Velho mantém sua estrutura de quatro séculos, com ruas estreitas e irregulares, mas totalmente reconstruído com edifícios altos. A estrutura do Núcleo Novo é influenciada pelos preceitos urbanísticos da época, expressos no traçado regular e geométrico de suas ruas, com caixa de maior dimensão do que as do Núcleo Antigo (Müller, op. cit; 144 - 147).

A autora identifica, na setorização das atividades, as diferenças entre o Núcleo Velho e o Novo. O Núcleo Velho tem, como característica, a grande concentração do pequeno comércio varejista voltado para o consumo popular, excluindo a rua Direita onde se localizam os magazines. Registra a presença de escritórios de profissionais liberais, com predominância dos advogados, atraídos pelo Palácio da Justiça e Faculdade de Direito, além da localização de pequenas oficinas dispersas por todo o setor. O sistema financeiro privilegia esse setor com as sedes dos bancos e com significativo número de agências. Identifica, também, a tendência de descentralização da função administrativa, com a saída de alguns órgãos públicos do centro. No Núcleo Novo, concentram-se o comércio varejista de luxo e magazines; ateliers de alta costura; oficinas de jóias e conserto de relógios; expressivo número de agências bancárias, localizadas de forma dispersa, além de consultórios médicos. A preferência dos consultórios médicos por esse setor deve-se à proximidade dos bairros nobres, reforçada pelo perfil elitista dos usuários do setor, além da flexibilidade dos edifícios novos que possibilitam adaptações necessárias a

essas atividades. Outra característica importante desse setor é abrigar atividades de lazer: cinemas, dancings, cabarés, boates e a presença de hotéis e pensões. As características comuns aos dois núcleos compreendem: a existência de prédios comerciais em igual proporção, a presença de engenheiros, professores e economistas, que aparecem dispersos por toda a área do Centro, e a baixa densidade demográfica. Há também as “atividades de rua”, típicas de área central, como, as bancas de jornais e revistas, instaladas em caráter permanente, os engraxates e os vendedores ambulantes. Müller registra, ainda, que determinados espaços são transformados em “locais de negócios”, como o largo do Café, apropriado pelos cambistas e corretores; a Praça da Sé, com a presença dos agenciadores de músicas profissionais; o largo do Paissandu que, no início da noite, transforma-se no local de reunião da boemia da cidade; e, aos domingos, a rua Direita que se torna um ponto de encontro de negros e mulatos.

As áreas periféricas do Centro constituem as áreas “imediatamente vizinhas, zonas mistas em que se verifica um certo equilíbrio entre as funções típicas do Centro e a função residencial” (Müller, op. cit; 126). Elas caracterizam-se pela menor complexidade funcional, com presença da função residencial, resultando no aumento da densidade populacional mas tendo poucos prédios altos. Müller registra que a descentralização da função administrativa elege essa área para nova localização. Também registra a concentração do comércio atacadista, motivado pelo menor preço dos terrenos, e pela manutenção da proximidade em relação ao centro e da estação ferroviária. As áreas periféricas, estando contíguas ao centro, vão sendo absorvidas por este de forma gradativa, dificultando o estabelecimento de limites precisos.

As zonas de transição têm, como característica, a predominância do uso residencial, mas, dependendo de sua localização, é possível identificar processos diferenciados de ocupação.

A tendência de dispersão das funções centrais para as áreas periféricas e de transição é parte do processo mais geral de polinucleação, com a formação de pequenos centros de bairros, além do aparecimento de “uma pequena área, em quase tudo idêntica ao Centro da cidade....” (Müller, op. cit; 166,167).

Esse pequeno centro, localizado na R. Augusta, no trecho compreendido entre a R. Estados Unidos e a Alameda Franca, abriga lojas de luxo, ateliers, restaurantes, casas de chás, boates, agências bancárias, além de um Departamento do Ministério

da Aeronáutica. O raio de atendimento desse pequeno centro extrapola os bairros que estão próximos, identificado pela autora pela “alta qualidade de seu comércio” e pelas “facilidades no que diz respeito ao estacionamento de automóveis” (Müller, 1958; 167).

Ainda quanto à distribuição das atividades do comércio no espaço urbano, Müller identifica, nos anos 1950, os pequenos centros em bairros residenciais ou industriais; a concentração do comércio varejista em determinadas ruas dos bairros afastados ou não do Centro, que são configurações “nada recentes ou extraordinárias”, e a dispersão de magazines fora da área central, que, até então, era atividade tipicamente central.

A autora afirma que, na década de 50, em São Paulo, ocorre uma estrutura polinuclear de centros, constituída pela área central, o “pequeno centro” e os “pequenos centros de bairros”, destacando que o aumento do uso de carros reforça essa nova estrutura.

No estudo sobre o centro da cidade de Salvador, Santos (1959) parte da constituição histórica do centro (a escolha do sítio e suas características físicas, a forma de implantação, os proprietários da terra), dos diversos ciclos econômicos pelos quais passou a região e das repercussões destes no centro da cidade, o poder político, econômico e religioso, e a localização das classes sociais no espaço urbano.

Santos identifica o centro como um dos elementos que compõem a estrutura urbana, tendo como especificidade a representação de síntese, por acumular os traços dos diversos momentos históricos pelos quais passa a cidade e a região, além de incorporar os condicionantes físicos de seu território.

Para Santos, “a importância do centro de Salvador em relação à cidade provém de dois fatos: a concentração antiga e cada vez mais acentuada dos recursos financeiros, técnicos e sociais da região da capital do Estado, e a acumulação das funções urbanas nos distritos centrais da cidade” (Santos, 1959; 95).

O estudo revela que o centro de Salvador, nas décadas de 1940 e 1950, assim como o de São Paulo, tem uma divisão: o centro da Cidade Alta e a Cidade Baixa, sendo que os limites de sua área correspondem à área que a cidade ocupava no final do século XIX. A denominação de Cidade Alta e Cidade Baixa deve-se não só à diferença de cotas topográficas, mas também à setorização de atividades nos dois planos.

A partir de 1940, o centro passa, segundo Santos, por transformações motivadas pelo grande crescimento que a cidade experimenta nesse período e que lhe imprimem uma nova imagem. A abertura de largas avenidas e o alargamento das vias existentes para atender ao grande fluxo do transporte e a substituição de edifícios por prédios altos com novo estilo arquitetônico marcam a nova paisagem do centro, além da execução do aterro que viabilizou a ampliação do porto.

No centro da Cidade Alta, destacam-se as funções administrativas – estadual, municipal e federal -, que estão aí localizadas desde a fundação da cidade, assim como o comércio varejista, dividido em comércio de luxo, no coração do centro, e o comércio popular, concentrado na Baixada dos Sapateiros e um número expressivo de pequenas indústrias artesanais, com vínculo estreito com o comércio (jornais, tipografias e editoras, confecção de vestuário, fabricação de calçados, refrigerantes e padarias). Junto ao comércio de luxo, estão as agências bancárias e os cinemas mais modernos e sofisticados.

A Cidade Baixa abriga o comércio atacadista, a maioria das sedes dos bancos, o complexo portuário, escritórios de advocacia atraídos pela atividade portuária, empresas de construção e o comércio varejista de luxo para moda masculina. O comércio atacadista está aí localizado por estar vinculado às atividades portuárias e também atraído pela localização dos bancos que, por sua vez, atraem os serviços administrativos. O complexo portuário é composto pelo cais e pela rampa. No cais, estão localizados os armazéns, depósitos, entrepostos e sua administração, o que atende ao comércio atacadista. Na rampa, atracam os barcos e velas que abastecem os mercados e barracas, compreendendo o comércio varejista. Além do espaço ocupado pelos mercados, as barracas ocupam grande parte das vias e áreas de seu entorno.

O autor justifica a existência de um único centro pela forma de crescimento da cidade, linear, seguindo os antigos caminhos rurais paralelos à baía. A forma linear de crescimento “impediu a criação de nódulos comerciais em todos os bairros e a organização de comunicações entre eles” (Santos, 1959; 118). A estrutura do sistema viário composto de vias radiais determina a confluência para o centro, não só daqueles que se dirigem para essa área, mas também do tráfego de passagem.

Santos identifica o processo de expansão do centro em direção ao sul, onde se localizam os bairros de classe de maior poder aquisitivo, seguindo a linha de maiores

cotas e o trajeto dos transportes, o que provocou a substituição de antigas casas por modernas.

O processo de verticalização observado no centro da Cidade Alta, segundo o autor, alcança maior ritmo, a partir dos anos 1920, principalmente ao longo da rua Chile e seu entorno, configurando um aglomerado. Ele constata, também, a presença de edifícios ao longo das vias por onde passa o transporte coletivo, e que dão acesso aos bairros de população de alta renda. Esse processo é parte da valorização do solo urbano, induzindo a uma ocupação mais densa. Os edifícios destinam-se a abrigar serviços públicos, comércio (magazines, casa de comércio de retalhos, comércio de luxo). Nos andares superiores estão localizados escritórios de profissionais liberais, consultórios médico e odontológico, empresas de construção civil e outros (Santos, 1959; 108,111).

O processo de verticalização na Cidade Baixa teve maior ênfase a partir das obras do novo aterro, no final do século XIX, e na abertura das avenidas, nos anos 1920. Os edifícios abrigam os bancos, companhias de seguros, casas de importação e exportação, escritórios de fábricas, edifícios públicos, agências de navegação, representações do comércio e escritórios de advocacia. Esses edifícios localizam-se, assim como na cidade alta, nas avenidas por onde passa o transporte coletivo. O grande número de edifícios comerciais acabou reduzindo o número de habitações, que ficam comprimidas contra a escarpa.

Quanto à densidade populacional da área central, o estudo indica estabilização, no período que compreende o final do século XIX até 1950. Mas ocorrem segundo o autor, mudanças em sua distribuição espacial no interior do centro, motivadas pela expansão das atividades comerciais, que substituiu ou adaptou velhas casas. Já em outras ruas, a utilização parcial das velhas casas, pelo comércio ou pela prostituição controlada, acabou expulsando a população residente. Por outro lado, a degradação dos imóveis localizados em outras ruas atraiu a população pobre, o que resultou em aumento populacional e conseqüentemente, maior densidade no referido setor.

A pesquisa de Santos identifica, na década de 1950, em Salvador, uma estrutura mononuclear de centro, com a formação de eixos de comércio, coincidindo com o trajeto do transporte coletivo.

Os estudos realizados pelos geógrafos do IBGE (op. cit) mostram que a consolidação do centro do Rio de Janeiro ocorre no período 1890-1920. As mudanças nas características do centro devem-se à diminuição da função residencial nas 4 freguesias centrais, revelada pelo censo de 1906; ao deslocamento do comércio de gêneros alimentícios para os eixos viários de acessos aos bairros de periferia, abrindo espaço para o comércio diversificado, e à diminuição do comércio atacadista, em função das limitações às importações, impostas pelo governo. Por outro lado, as atividades financeiras têm significativo crescimento, constituindo um setor no interior do centro. Destaca-se, também, o número significativo de escritórios de fábricas localizadas em outras áreas da cidade, ou mesmo em estados vizinhos.

As intervenções urbanísticas iniciadas no centro do Rio de Janeiro, durante a administração do prefeito Pereira Passos, tiveram, por objetivo, o descongestionamento do tráfego e a substituição de velhos sobrados. Entre as obras realizadas, destacam-se a abertura da avenida Central (que passou a ser denominada Rio Branco) e a construção do novo porto. Na avenida, são instalados escritórios comerciais, cafés e bares. A demolição de inúmeras residências que viabilizou a implantação da avenida, influenciou no decréscimo do número das habitações, no centro, somado à valorização do solo.

O período 1920-1940 marca a expansão do centro do Rio de Janeiro. A partir de 1922, no governo do prefeito Carlos Sampaio, realiza-se o aterro na Ponta do Calabouço, onde foram construídos os pavilhões para Exposição Internacional do Centenário. Posteriormente, esses pavilhões foram ocupados por órgãos públicos. Seguindo a expansão do centro, a demolição do Convento da Ajuda possibilita o surgimento de mais uma quadra, transformando-se na Cinelândia. Com o desmonte do morro do Castelo, foi criada uma nova área denominada Esplanada do Castelo, cuja construção segue os preceitos urbanísticos da época, ou seja, o traçado regular de vias largas e ajardinadas, que contrastavam com o centro antigo, onde predominavam ruas estreitas, com traçado irregular.

Em 1925, junto com a expansão horizontal do centro, inicia-se o processo de verticalização, com prédios acima de 6 andares. “A crescente valorização dos terrenos, motivados pela concentração dos negócios, foi a principal responsável por este crescimento...” (IBGE, op. cit; 65).

Acrescenta-se, nesse período, a setorização do comércio, por classe social, às características do centro. A rua Mal. Floriano, por onde passavam os bondes com destino à zona norte e estando nas proximidades da Central do Brasil, passa a abrigar o comércio popular. Na rua Ouvidor, mantinha-se a concentração do comércio de luxo, constituída no período anterior.

As atividades que caracterizavam o centro, no período anterior a 1920 - comércio atacadista, indústrias, profissionais liberais, atividades financeiras, administrativas e de lazer -, mantêm suas respectivas localizações.

A constituição dos subcentros, a partir de 1940, segundo os autores, vincula-se às dificuldades de acesso ao centro, motivada pela restrição no uso da gasolina durante o período da 2ª Guerra Mundial, dificultando o deslocamento dos moradores dos bairros mais distantes até o centro. Outro fato que contribuiu na formação dos subcentros foi o expressivo crescimento populacional em alguns bairros, criando mercados consumidores locais.

Esses fatos foram decisivos na expansão e especialização do comércio, nas áreas residenciais, que, até então, limitava-se a uma pequena participação. O processo de descentralização das funções, induzindo o centro a dividir, com os subcentros, funções que até então monopolizava, provoca mudanças na estrutura comercial da área central. Essas alterações continuavam a se processar na década de 1960, quando os estudos foram realizados (IBGE, 1967; 77).

As pesquisas realizadas pelo IBGE explicitam as seguintes características da área central: a complexidade funcional e a concentração de serviços; o sistema de transporte coletivo ter o centro como ponto de convergência, ou seja, garantir o acesso da população de qualquer ponto ao centro, o que não acontece com outras áreas da cidade, que têm o atendimento restrito à parte da cidade; a grande concentração de pessoas e veículos, durante o dia, contrastar com o vazio no período noturno, o que não ocorre com outros setores da cidade; e o centro da metrópole localizar-se no centro histórico.

Nesse período, os geógrafos do IBGE identificam a subdivisão da área central em núcleo central e zona periférica ao núcleo central, coincidindo com a análise de Müller para o centro de São Paulo. O núcleo central monopoliza as funções econômicas, culturais, recreativas e, principalmente, a função de direção pública e privada. Algumas dessas funções são encontradas, também, nos subcentros; o

diferencial está na intensidade de concentração dessas funções na área central. No caso do centro da cidade do Rio de Janeiro, com abrangência metropolitana e mesmo nacional, é conferido a ele o monopólio de algumas funções, quais sejam: político-administrativa, financeira, cultural, comercial, atacadista, comércio especializado e, principalmente, a de direção, que inclui a gerência de negócios e da produção. Essas funções destacam-se na hierarquia das funções centrais. A zona periférica caracteriza-se por uma menor complexidade funcional, com predominância da atividade comercial.

Assim como em Salvador, o comércio atacadista constitui uma função típica do centro do Rio de Janeiro, por estar vinculado à atividade portuária, compreendendo, desde os depósitos até escritórios de firmas, escritórios de representações e consignações. Os autores constataam, nos anos 1960, o processo de descentralização do comércio atacadista.

A função financeira, que compreende bancos, casas de créditos, firmas de investimentos, bolsas de valores e mercadorias, companhias de seguros, está localizada na área central. Entretanto, uma rede de agências bancárias estende-se por toda a metrópole.

O comércio varejista localizado na área central, segundo os autores, é competitivo por suas características locais: a proximidade de outras lojas com artigos semelhantes; a multiplicidade de filiais em diversos pontos, o que facilita a opção de compra, e a diversificação de mercadorias nas lojas de departamentos. Tais lojas são direcionadas ao consumo popular, enquanto o comércio de luxo não é domínio da área central. Os autores chamam a atenção para a manutenção da setorização do comércio de luxo e do comércio popular, nos anos 1960: o comércio de luxo está situado na rua Ouvidor, no trecho compreendido entre as avenidas Rio Branco e o largo S. Francisco de Paula, e o comércio popular estende-se pelas ruas Gonçalves Dias, Uruguaiana e Sete de Setembro (IBGE, op. cit; 76).

A atividade imobiliária é típica de área central, por seu raio de atuação metropolitano, além de os serviços complementares a essa atividade estarem aí localizados (administração pública, cartórios e setor bancário).

A função industrial localizada no centro do Rio de Janeiro abrange as funções de direção de empresas e, ainda por tradição, estão aí localizadas pequenas empresas do setor de confecções, artefatos de couro e de editorial gráfico.

Os profissionais liberais dividem-se entre a área central e os subcentros. Na área central, estão localizados os escritórios de advocacia, engenharia, economia e contabilidade, por estarem estreitamente ligados às funções de administração pública e privada, além do Poder Judiciário. Os consultórios médicos e odontológicos e os laboratórios de análise clínica enfrentam a concorrência dos subcentros.

Os serviços de alimentação são característicos da área central, pela própria concentração das atividades e pelo número de empregos que gera, concentrando a maior parte da população economicamente ativa da cidade. Esses serviços são constituídos por restaurantes, lanchonetes e pensões, destinados a atender a essa demanda.

Os serviços de alojamento dividem-se em atendimento às pessoas que estão em trânsito pela cidade – executivos, empresários, funcionários públicos – que preferem estar alojadas próximas ao centro, do porto e do aeroporto. Os hotéis para atender a essa demanda estão localizados na periferia do centro. Esse fato é destacado pelos autores como comprovação de que cada vez mais, o centro do Rio de Janeiro caracteriza-se como “centro de atividades de negócios”. Os hotéis localizados na zona sul, para permanência mais prolongada, têm como público-alvo os turistas.

Os autores chamam a atenção para o fato de a função residencial ser a única função praticamente ausente da área central. Ao mapear a distribuição da população, constatou-se que está concentrada nas áreas periféricas, aumentando a densidade em áreas degradadas próximas à área central.

A delimitação do setor comercial do Rio de Janeiro sempre esteve vinculada à influência das linhas de transporte coletivo. O limite do centro coincide com os pontos terminais dos transportes: “ao norte a avenida Marechal Floriano, via de escoamento das populações que se dirigem à estação D. Pedro II, da Estação Central do Brasil; ao sul, a praça Tiradentes, ponto final de algumas linhas de ônibus que demandam à zona Norte da cidade; a oeste, a praça da República representa o início da área comercial periférica ao centro, enquanto a avenida Rio Branco, onde, até a década de 1950, existiam vários terminais das linhas de transportes da zona Sul, como a antiga Galeria cruzeiro, marca o limite este da área varejista central” (IBGE, *op. cit.*; 78).

Quanto ao processo de expansão da Área Central do Rio de Janeiro, o estudo aponta que não houve expansão horizontal, como era de se esperar, devido à sua

escala metropolitana. Esse fato justifica-se pela constituição dos subcentros que vieram a complementar os serviços encontrados no centro. Constatou-se também que o processo de verticalização foi mais intenso nos subcentros, particularmente em Copacabana.

Apesar de não “apresentar uma recente expansão horizontal [anos 1960] e seu crescimento vertical pouco importante, e pela descentralização de muitas funções, poderia parecer, à primeira vista, estar a área central estagnada, sobretudo quando comparada com o desenvolvimento dos subcentros. O que se constata, porém, é que a área central do Rio de Janeiro passou por um dinamismo próprio” (IBGE, op. cit; 42).

Concluem os autores: “Podemos dizer que a área central do Rio de Janeiro teve sua evolução dirigida para uma especialização de comando. Ela monopoliza a função de poder de direção” (IBGE, op. cit; 42). Tendo como referência a cidade como um todo, o estudo identifica, na cidade, uma estrutura polinuclear de centros, constituída pela área central e os subcentros.

1.2 - Os estudos dos anos 1970 e 1980: as metrópoles brasileiras

Villaça (1978 e 1998), ao analisar os centros principais de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte e Porto Alegre, associa o processo de expansão ao deslocamento de camadas de alta renda, ou seja, a escolha de nova área para moradia, por esses segmentos sociais, acaba atraindo as funções centrais para o seu entorno.

O autor explica a formação dos centros principais urbanos, como consequência do desenvolvimento das relações sociais, expressas na “cooperação e interdependência” dos grupos sociais, que se “organizam para produzir e consumir”. “A partir do momento em que elas se organizam para produzir e consumir, passa a haver necessidade de instituições comuns. Surgem, então, os deslocamentos espaciais regulares e socialmente determinados e disputas ocorrem por localização em função do domínio ou controle do tempo e energia gastos nos deslocamentos espaciais. Surge um ponto que otimiza os deslocamentos socialmente condicionados da comunidade como um todo – um centro. O centro surge, então, a partir da necessidade de afastamentos indesejados, mas obrigatórios. Ele, como todas as “localizações” da aglomeração, surge em função de uma disputa: a disputa pelo controle (não necessariamente minimização) do tempo e energia gastos nos deslocamentos humanos” (Villaça, 1998; 239).

O autor cita estudos de norte-americanos que identificam um padrão latino-americano de estrutura urbana, cuja característica é o centro ser identificado com o poder político e religioso e o local de moradia das elites.

Essa forma de organização das cidades latino-americanas estende-se desde o período colonial até início do século XX e, a partir do desenvolvimento dos meios de transporte, as cidades que se configuravam de forma compacta passam a ter crescimento de sua periferia.

No período que antecede essas mudanças, a preferência das elites pelo centro, ou por local próximo a ele, deve-se ao fato de se constituir em centro administrativo e econômico, além de abrigar o comércio, os equipamentos de educação, saúde, lazer e ser a área urbana com melhor infra-estrutura.

Villaça chama a atenção para o fato de que não é por acaso que as intervenções urbanas realizadas nas cidades brasileiras, no início do século XX (São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Porto Alegre), privilegiam projetos específicos para a área central.

Na análise que desenvolve sobre as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Recife, o autor constata que o primeiro movimento de expansão de seus centros ocorrem no vetor Oeste, acompanhando o deslocamento dos bairros residenciais das elites. No caso do Rio de Janeiro, esse movimento tem início com o século XIX. Em São Paulo, a formação dos bairros Sta. Efigênia, Campos Elíseos, V. Buarque e Sta. Cecília se desenvolve nos anos 1860. E no Recife, a opção de ocupação do vetor Oeste, ao longo do rio Capibaribe, pela aristocracia se mantém até 1960.

Posteriormente, esses segmentos sociais redirecionam a localização de seus bairros: no Rio de Janeiro e Recife, a opção é pelo vetor Sul, coincidindo com a faixa litorânea; e, em São Paulo, a escolha recai sobre o vetor Sudeste, por seus atributos ambientais (sítios elevados, beleza natural, clima e salubridade). Esse deslocamento, no Rio de Janeiro, acontece no final do século XIX, com a constituição dos bairros de Copacabana, Leblon e Botafogo. No Recife, a partir de 1970, parte dos segmentos de alta renda deslocam-se para o bairro da Boa Viagem, mas outra parte opta por manter sua localização a Oeste. Em São Paulo, o redirecionamento é a partir de 1870 e 1880, com o loteamento Higienópolis e a abertura da avenida Paulista, que é inaugurada em 1892.

Em Porto Alegre, a burguesia, desde a sua fundação, instala-se a Leste, mantendo este direcionamento nos períodos subseqüentes. Inicialmente, esse segmento social ocupava as cotas mais altas do espigão junto ao centro, onde está localizada a praça Marechal Deodoro que abrigava o Palácio de Governo, a Assembléia e a Igreja. O deslocamento desses segmentos no próprio vetor Leste desenvolve duas opções: a primeira, correspondendo ao período do século XIX, constitui o bairro Menino de Deus, junto à orla do rio; e a segunda, no início do século XX, em direção ao interior, é formada por loteamentos de chácaras, para uso de final de semana, constituindo os bairros Independência e Moinho dos Ventos.

O plano de Belo Horizonte definiu a localização da praça da Liberdade, ao Sul, implantada nas cotas mais altas desse vetor, abrigando o Palácio da Liberdade e Secretarias do Estado. A Oeste da praça estão os bairros Lourdes e Cidade Jardim,

destinados aos segmentos de alta renda; e a Leste, o bairro Funcionários, destinado aos funcionários públicos.

Quando se refere à localização dos bairros residenciais para os segmentos de alta renda, o autor menciona os atributos que são valorizados por esses segmentos, que são as “melhores condições naturais, segundo os valores sociais de cada época, de melhores características de clima, salubridade e segurança. Qualidades estas combinadas com as condições de acessibilidade, ou seja, com o custo do transporte aos seus serviços, comércio e local de trabalho” (Villaça, 1978; 182).

O autor ressalta que os bairros onde residem esses segmentos de alta renda, além de ter uma aparência estética de suas edificações diferenciada, arborização de ruas e praças, são áreas com a melhor infra-estrutura da cidade, contando com a presença de escolas, hospitais e clubes. A constituição desses bairros, com todos os equipamentos necessários à vida desse segmento social, configura uma situação de segregação espacial que leva à constituição de seu próprio comércio.

Segundo Villaça, a transformação do Centro de São Paulo acontece nos anos 1960. O Núcleo Novo do Centro, constituído nos anos 1940-1950, “foi abandonado pelas camadas de alta renda, passando a orientar-se para as camadas populares”. (Villaça, 1998; 265) Assim, os Núcleos Velho e Novo, que constituíam o Centro, já não se diferenciam, sendo transformado em “um único Centro velho”.

Villaça detalha os mecanismos que levam a classe dominante a “abandonar” o centro, quando se transfere para novas áreas, trazendo para junto dela as atividades centrais. Quando a burguesia se utiliza do fato da “deterioração do centro”, como justificativa para seu deslocamento, na realidade, está lutando por manter sua dominação sobre a área mais nobre da cidade, que é o centro, e reiterar sua identificação com este espaço urbano (Villaça, op. cit; 344).

O autor cita ações governamentais que se utilizam da argumentação de que os centros são congestionados e poluídos, para justificar a construção de edifícios públicos fora dos centros, na maioria dos casos, “próximos aos bairros nobres”. Esse fato é comum a toda cidade brasileira, independente de seu tamanho. “A verdade é que a nova mobilidade territorial, (...), aliada à conveniência de acessibilidade às burguesias e à produção de bairros novos por parte do capital imobiliário, é que impulsionou o abandono dos centros tradicionais. Não foi nem o congestionamento, nem a poluição, nem a idade” (Villaça, op. cit; 346).

Villaça caracteriza o que chama de Centro Novo especializado: enquanto na avenida Paulista, em São Paulo, estão localizados os cinemas, escritórios e bancos, a Augusta abriga butiques. A constituição do Novo Centro, formado pela avenida Paulista e rua Augusta, não representa uma cópia do Velho Centro, que tem, como característica fundamental, “a diversificação do seu comércio e serviços” (Villaça, op. cit; 265).

Nos anos 1990, o Centro formado pelo Centro Velho e Novo assume uma nova configuração, englobando uma vasta região localizada no vetor Sudeste, denominado por Villaça de “Centro expandido”. “Enquanto os centros antigos eram de delimitação pouco controvertida e pouco complexa, a delimitação dessa enorme área central é altamente controvertida e complexa, pois pode envolver a região da avenida Faria Lima, a da marginal Pinheiros e até mesmo a avenida Luís Carlos Berrini”. Essa grande área caracteriza-se pela predominância do uso misto (residências unifamiliares e multifamiliares; escritórios de empresas e profissionais liberais; hotéis; restaurantes; butiques), e a sua complexidade torna-o único como centro metropolitano em todo o país (Villaça, op. cit; 266).

O autor afirma que a constituição do subcentro está relacionada à densidade demográfica e ao poder aquisitivo da população. Indica que os subcentros, objetivando atender os segmentos de baixa renda, são os primeiros a se constituírem. No início do século XX, pelo baixo poder aquisitivo desses segmentos, seu consumo restringia-se aos produtos para sua sobrevivência; assim, existiam, de forma dispersa, pelos bairros, armazém, quitanda e o botequim. “É ilusório, portanto, acreditar que, antes do aparecimento dos subcentros, o centro principal atendia toda a cidade” (Villaça, 1978; 333).

A constituição dos subcentros extrapola as questões relacionadas com as deficiências dos centros (congestionamento, poluição). A mobilidade da população de maior poder aquisitivo tem incentivado a pulverização espacial das atividades de comércio e serviços, ao invés da formação de um novo centro. “O subcentro é, portanto, uma réplica, em tamanho menor, do centro principal da cidade com o qual concorre, sem no entanto superá-lo” (Villaça, 1978; 309).

A formação dos primeiros subcentros acontece em São Paulo, em 1910, no bairro do Brás; e, no Rio de Janeiro, em 1930, nos bairros da Tijuca, no em torno da praça Saens Peña. Esse último constitui “o único caso no país em que um subcentro

voltado para as camadas de alta renda surgiu antes que os subcentros populares”. (Villaça, 1998; 297) Os subcentros do Brás, em São Paulo, Floresta, em Belo Horizonte, Navegantes, Azenha e Floresta em Porto Alegre – os três últimos constituídos na década de 1930 -, formaram-se para atender as camadas sociais de baixa renda (Villaça, 1978; 107).

Cordeiro (1978), ao analisar o Centro Metropolitano de São Paulo, identifica, a partir dos anos 1960, o desdobramento do núcleo original constituindo dois grandes núcleos fundamentais: o centro principal e o centro Paulista. A autora relaciona o desdobramento do centro “à ação dos agentes econômicos, que buscam maior eficiência através de economias de aglomeração. Ao mesmo tempo, seu poder de atração aumenta pela falta de investimentos em infra-estrutura e equipamentos em outras áreas, que suportem o atendimento da demanda na instalação de serviços de padrão metropolitano” (Cordeiro, op. cit; 77). Há, ainda, outros fatores identificados pela autora, que impulsionaram o desdobramento do centro: a obsolescência dos edifícios que não atendem às novas exigências dos serviços de alto padrão, a limitação da infra-estrutura instalada – principalmente as telecomunicações, o que aumenta o número de deslocamentos -, o incremento do uso do carro que provoca congestionamentos freqüentes, falta de espaços para estacionamento e o agravamento da poluição ambiental.

A hipótese formulada pela autora para explicar o desdobramento do centro, nos anos de 1960, é que a imposição do conjunto dos fatores expostos acima provoca uma inflexão na curva de crescimento contínuo, resultando em deseconomias de escala, e, conseqüentemente, na procura de novos espaços (Cordeiro, op. cit; 77 - 78).

A autora detecta a seguinte setorização do centro metropolitano: zona de transição, que compreende a zona periférica ao centro, ocupando uma posição intermediária entre o centro e os bairros; centro de grande densidade de ocupação, abrigando as funções centrais; o núcleo ou core do centro, definido como zona da mais alta densidade de ocupação, abrigando as funções centrais e especificamente centrais. Além disso, aponta os corredores metropolitanos de ocupação terciária, implantados ao longo das vias de maior tráfego, que partem do centro.

Na zona de transição, Cordeiro identifica 3 subsetores do ponto de vista da intensidade e qualidade da ocupação funcional:

- o subsetor de assimilação caracteriza-se pelo crescimento nos anos 1970; abriga novas atividades do setor terciário e quaternário, que ocupam posição de destaque, em nível metropolitano. As atividades terciárias compreendem lojas de artigos de luxo, sedes de empresas, clínicas e profissionais liberais; e as atividades quaternárias abarcam agências bancárias, com novos padrões de atendimento, lojas de auto-peças que vendem sofisticação etc. Este subsetor localiza-se ao longo das avenidas Ipiranga e Prestes Maia.

- o subsetor de degradação - abriga lojas de artigos baratos, bijuterias, hotéis de baixa categoria etc. Essa área situa-se além do Largo do Aroche, compreendendo trecho da avenida São João e bairro Sta. Cecília.

- o subsetor estagnado - caracteriza-se pela restrição do processo de expansão, abrigando foco de cortiços e habitações coletivas, oficinas mecânicas, botecos decadentes etc. Esse setor estende-se pelo bairro Bela Vista e nas primeiras quadras da avenida Brigadeiro Luís Antônio, tendo como limite os viadutos Maria Paula e Jacareí.

A autora, na análise que desenvolve sobre o centro, identifica os seguintes processos que influenciam suas mudanças. O processo de segregação, que impulsiona a migração do comércio de luxo para novos lugares e a sua substituição pelo comércio popular. O processo de inserção, que expressa a modelagem do centro através da construção de viadutos para vencer os acidentes topográficos, viabilizando as ligações viárias e a formação de vias perimetrais. O processo de exclusão, que se refere à área que se transforma em estacionamento ou prédio e residência que se transforma em cortiço, à espera de valorização, para serem reconstruídas de acordo com novas finalidades funcionais. O processo de extensão, que compreende o avanço do comércio para as áreas de assimilação da Rua Augusta e a ocupação ao longo das principais artérias. O processo de reajustamento, que se constitui nas alterações funcionais no centro desdobrado, com mudanças de usos (cinemas transformados em supermercados e igrejas, edifícios residenciais, em sede de empresas etc.). O processo de revitalização urbana, que inclui remanejamento compulsório motivado pelas obras do metrô e alterações no sistema viário.

Ao analisar o Centro Metropolitano de São Paulo, Cordeiro o identifica como o “principal núcleo de atividades da Metrópole, e a área da Paulista considerada

como polo de atrações múltiplas, de serviços e compras, ... de caráter metropolitano” (Cordeiro, op. cit; 92).

Segundo a autora, no período 1950-1970, o crescimento de 293%, na área ocupada pelo Centro Metropolitano, passa de 606.403 m², em 1952, para 1.780.534 m², na década de 1970. Nesse período (1950-1970), a área correspondente ao coração do Centro Principal Metropolitano, somada a sua periferia, teve crescimento de 22%, incorporando 134.470 m², totalizando, assim, uma área de 606.403 m². O Centro Paulista, por constituir a área de maior dinamismo de expansão, na década de 1970, ocupava área de 630.297 m², com uma área de assimilação de 2.373.463 m². (Cordeiro, op. cit; 88) O Centro Principal Metropolitano, mesmo ocupando uma área inferior ao Centro Paulista, tem a maior densidade, com 5.710.153 m² de área construída, contrapondo a 1.591.588 m² do segundo centro.

As características do Centro Paulista expressam os atributos da área onde está localizado, compreendendo: a proximidade dos bairros onde mora a população de maior renda; a facilidade de acesso por meio das vias expressas; a existência de terrenos com grandes áreas, o que possibilita a construção imediata de grandes edifícios que respondam às novas exigências de conforto e eficiência dos escritórios de nível internacional; o prestígio social que representa a área e sua importância paisagística; as mudanças nos padrões do comércio a varejo, que passam da edificação isolada para a galeria, na década de 50, e, posteriormente, para a “drugstore”.

Na década de 1970, a avenida Paulista e a rua Augusta já incorporavam grande área de assimilação, ou seja, perderam o caráter de corredor de serviços e comércio, respectivamente, com a expansão dessas atividades nas ruas transversais e paralelas.

Segundo a autora, a formação do Centro Paulista tem início a partir do corredor comercial da rua Augusta, com a expansão do corredor de serviços metropolitanos da avenida Paulista.

Os atributos facilitadores do processo de expansão da avenida Paulista, apontados por Cordeiro, estão relacionados à função que ela desempenha no sistema viário, constituindo-se em eixo de ligação entre os bairros do sul, sudeste e oeste; a largura de sua caixa, que permite maior fluidez do tráfego, a organização e

despoluição do espaço, e a grande área dos lotes das casas senhoriais possibilitando a construção de edifícios de grande porte.

Nos anos 1970, Cordeiro identifica, nos dois centros, “uma porção central onde as atividades comerciais e de serviços estão mais fortemente concentradas, [denominada] coração do centro” (Cordeiro, op. cit; 81). O coração do Centro Principal Metropolitano corresponde à área do Centro Tradicional - Pátio do Colégio, praças Patricarca e da Sé -, e sua expansão nos anos 1950 - transposição do vale do Anhangabaú -. O seu ponto de maior valor territorial, maior concentração de pedestres e maior trânsito da Metrópole, acontece no cruzamento da rua Xavier de Toledo com a praça Ramos de Azevedo, onde se localiza o Mappin (Cordeiro, op. cit; 84). Trata-se da área mais valorizada do solo urbano, com o maior número e complexidade de atividades econômicas, e que concentra o maior número de edifícios.

O coração do Centro Paulista, localizado no cruzamento da avenida Paulista com a rua Augusta, formado pelas quadras onde estão localizados o conjunto Nacional e o Center Três, além de abrigar o ponto de maior valor territorial – quadra do Conjunto Nacional -, abriga atividades de comércio, serviços, lazer noturno, constituindo um ponto de convergência social (Cordeiro, op. cit; 91).

Ao analisar a constituição dos corredores comerciais metropolitanos, a autora parte do processo de expansão do centro desdobrado. Esses corredores são vias arteriais de maior tráfego e vias radiais que abrigam atividades de negócios, comércio, serviços e uso residencial intenso. Segundo a autora, “o principal fator de sua ocupação reside no fato de oferecerem melhor acesso ao centro, porém não se pode afirmar se foi a expansão do mesmo que as afetou ou se, ao contrário, facilitaram o desenvolvimento para esse segmento da cidade” (Cordeiro, op. cit; 105).

Ao pesquisar os corredores comerciais, a autora selecionou os que estão localizados nas regiões Sul e Sudoeste, pelo fato de representarem a “maior expansão do centro metropolitano”. “As avenidas estudadas, todas de implantação recente, eram de ocupação inteiramente residencial” (Cordeiro, op. cit; 107), mas o processo de mudança de uso estudado pela autora tem, como característica, a diversidade na formação dos corredores.

Os corredores onde se localizam residências senhoriais foram apenas adaptadas para abrigar as novas atividades, mantendo-se as características dos bairros, com ocupação horizontal. É o caso das avenidas Brasil, Europa, Pacaembu, Estados Unidos e Cidade Jardim.

O processo de verticalização faz-se presente nas avenidas Angélica, Rebouças e 9 de Julho, indicando maior concentração de edifícios residenciais. Na avenida Rebouças, é identificada a mesma proporção de prédios residenciais e comerciais.

Cordeiro destaca o caso da avenida Faria Lima, pelo processo de verticalização voltado para abrigar atividades terciárias e quaternárias. A instalação do Shopping Center Iguatemi, em 1966, e o alargamento da rua Iguatemi, transformada na avenida Faria Lima são fatores que vieram potencializar os atributos da mesma. Outro fato importante é a avenida ter, em cada uma de suas extremidades, os subcentros de Pinheiros e Itaim (Cordeiro, op. cit; 109).

Cordeiro constata que, já nos anos 1970, a marginal Pinheiros assume a função de corredor de caráter metropolitano. Juntamente com a avenida Nações Unidas e a Professor Frederico Hermann Jr., abriga repartições de serviços públicos e edifícios de escritórios de padrão internacional (Cordeiro, op. cit; 109).

Em sua pesquisa, Cordeiro identifica os seguintes usos, ao longo dos corredores: comércio, serviços, boutiques, restaurantes comerciais, lanchonetes, bares, restaurantes de nível internacional, boites de luxo, profissionais liberais – principalmente do setor de saúde -, agências bancárias, de investimentos, imobiliárias e seguros. Em alguns corredores, verifica-se a especialização de atividades.

Essa tendência de expansão do centro, ao longo das avenidas, foi incorporada nas diretrizes dos planos urbanísticos – PUB 1969 e PMDI 1971 -, com o propósito de descentralizar as atividades terciárias e aproximar as áreas de varejo do consumidor.

Ao analisar o centro principal da cidade brasileira, Singer (op.cit) refere-se a ele como o local que abriga a maior complexidade dos serviços urbanos, quais sejam: os órgãos da administração pública, a igreja matriz, os tribunais, o distrito financeiro, o comércio atacadista, o comércio varejista de luxo, cinemas, teatros etc. Chama a atenção, também, para o fato de os serviços urbanos se disseminarem por toda a cidade, de tal forma que, à medida que se distanciam do centro, esses serviços vão se tornando mais escassos.

Segundo o autor, a valorização do solo urbano expressa a disputa pelas melhores posições no espaço urbano. Assim, temos uma graduação de valores, sendo que as áreas localizadas no centro são as mais valorizadas – pela facilidade de acesso –, e as áreas de periferia atingem menor valor.

Singer relaciona a expansão do centro principal ao aumento da população, que demanda maior número de serviços e comércio. Esse processo provoca uma série de alterações no espaço urbano, compreendendo o deslocamento dos segmentos de maior renda que residiam em torno do centro, com a substituição de usos nessas áreas, e o aparecimento de um novo centro.

A existência de dois centros, com seus respectivos serviços, determina a existência de duas escalas de valores do solo urbano, com o maior valor localizado nos centros.

Singer ainda destaca que o processo de expansão do centro não acontece apenas pela agregação de novas áreas. A localização das atividades no espaço urbano segue a sua lógica, expressa na aglomeração, potencializando a complementariedade, além de facilitar a tomada de decisões por parte dos clientes, diante de várias opções. “Esta necessidade de expansão de determinados tipos de empresas de forma contígua no espaço entra inevitavelmente em colisão com outros usos do mesmo espaço, o que impõe a reestruturação dos mesmos” (Singer, op. cit; 30).

Esse processo de decomposição da área que envolve o centro cria as condições para que os agentes imobiliários ofereçam nova área de expansão para a localização dos serviços centrais. “Surge assim um centro novo em contraste com o centro antigo” (Singer, op. cit; 30). O autor destaca que esse processo de constituição de um novo centro tem duração de décadas, além de o centro antigo manter uma competição com o centro novo. Os investimentos realizados no centro antigo, durante longo período, com a construção de edificações destinadas à administração pública, educação, cultura, lazer, religião, atividades financeiras, comerciais e de serviços, além da infra-estrutura, conferem a esse setor alto grau de resistência.

O autor identifica, no entorno do centro, zona de transição, que tem como características o uso misto, edificações decadentes, instabilidade e mudança geral, além de ampla variedade de tipos e níveis de funções. As mudanças de uso indicam a substituição do uso residencial pelo uso comercial. Esse processo é motivado não só

pela proximidade do uso comercial, que expulsa os segmentos mais ricos para novas áreas residenciais, mas também pela obsolescência “moral” das edificações, que já não respondem aos novos padrões de moradia, comércio e serviços sofisticados. O deslocamento dos segmentos de maior renda para novas áreas residenciais responde às mudanças culturais, aos avanços tecnológicos e ao uso do carro. Esse movimento de deslocamento provoca rápida obsolescência “moral” das construções. Áreas no entorno do centro, com predomínio do uso residencial, são substituídas por “serviços inferiores: locais de diversão noturna e de prostituição, hotéis de segunda classe, pensões e, num estágio mais avançado de decadência, por cortiços, marginais etc.” (Singer, *op. cit.*; 29).

O autor explica a não-ocupação por camadas médias das residências e comércios abandonados pelos mais ricos, pelo fato de as diversas classes sociais formarem comunidades e se segregarem no espaço urbano. O processo de deterioração dessas áreas está associado à transformação das antigas mansões em cortiços, com a subdivisão de seus espaços em numerosos cubículos, alugados para imigrantes recém-chegados à cidade, além da não-manutenção dos imóveis pelos proprietários, que se justificam com a limitada capacidade de pagamento destes inquilinos.

O processo de obsolescência é atribuído ao grande período de duração das edificações, e à impossibilidade de elas acompanharem as mudanças impostas pelos novos padrões culturais, pelas criações tecnológicas e avanços econômicos. É o caso da popularização do uso do carro que passa a exigir o espaço da garagem, que, anteriormente, não fora previsto; ou ainda a difusão dos eletrodomésticos que leva ao redimensionamento dos espaços.

Ao pesquisar a cidade de Recife, no período 1950 – 1980, Pontual (*op. cit.*) tem como objetivo identificar os instrumentos utilizados pelo capital na transformação do espaço urbano. Para a autora, a produção do espaço urbano é uma das dimensões de expressão dos processos econômico-sociais, característicos de uma determinada formação social. Para alcançar o objetivo proposto, prioriza o estudo de como as leis da concorrência intercapitalista, por meio dos processos de concentração e centralização do capital, interferem na produção do espaço. Concretiza a abordagem por meio do estudo do setor terciário, privilegiando os ramos do comércio de mercadorias e de bancos.

Segundo a autora, nos anos de 1950, os bairros centrais da cidade de Recife compreendiam Santo Antônio e São José e abrigavam parte significativa das empresas industriais, do comércio de mercadorias e serviços. O restante dos bairros era, predominantemente, residencial, com ocupação dispersa e rarefeita, tendo como característica espacial a sua diferenciação e segregação espacial, ou seja, os bairros eram identificados pelo segmento social que abrigavam. Nesse período, no bairro da Boa Viagem, já se concentrava o maior número de residências dos segmentos de maior poder aquisitivo (Pontual, op. cit; 165).

Pontual identifica, nas décadas de 1950 e 1960, um crescimento significativo do setor terciário de Recife, liderado pelas empresas monopolistas. Esse crescimento relaciona-se a um conjunto de fatores que compreendem a instalação das indústrias automobilísticas, no sudeste, e a definição de uma política de industrialização, para o nordeste – por meio da criação da SUDENE -, e ao milagre brasileiro do final dos anos 1960 e início dos 1970. Acrescenta-se, ao anterior, a chegada de grande número de migrantes que provocam significativo crescimento urbano, nesse mesmo período.

A partir desses antecedentes, amplia-se o centro de negócios de Recife e, além dos bairros Santo Antônio e São José, que já compunham o centro, são incorporados os bairros Recife e Boa Vista. “Nesta área se concentravam as funções de direção da região: o porto, o comércio atacadista e varejista, a rede bancária, a SUDENE, as empresas de desenvolvimento e investimentos, os escritórios das grandes indústrias, grande quantidade e variedade de serviços, a administração” (Pontual, op.cit; 199).

A autora conclui que a expansão do centro de negócios emerge a partir da concorrência intercapitalista, por melhores localizações, ocasionando uma elevação do preço da terra, no centro, e, conseqüentemente, a transferência de algumas atividades. Em um primeiro momento, no período 1960-1980, os bairros do centro de negócios experimentam um adensamento, seguido do deslocamento de parte de sua população para outros bairros, onde o preço da terra e o aluguel tinham provavelmente menos valor (Pontual, op. cit; 168 - 172).

As indústrias que se localizavam no centro, a partir dos anos 1960, começam a se deslocar para áreas periféricas da área urbana, mantendo, apenas, seus escritórios no centro de negócios. Os espaços liberados pelas indústrias criam possibilidades de adensamento das atividades terciárias, principalmente o comércio atacadista e os de

intermediação financeira. Pontual identifica uma conjugação de fatores que impulsionaram o processo de deslocamento das indústrias, quais sejam : “a definição da política de incentivos governamentais à industrialização no Nordeste, ao longo da década de 1960; a aprovação do Código de Obras e Urbanismo que restringe a atividade industrial em várias áreas da cidade; a modificação do padrão industrial, passando a requerer extensas áreas para a implantação do estabelecimento industrial, aliado ao crescimento do preço dos terrenos nas áreas mais centrais e urbanizadas da cidade, elevando, substancialmente, os custos de implantação do estabelecimento; e, por fim, a separação entre a produção industrial e o mercado local, uma vez que o objetivo da produção é o mercado nacional” (Pontual, op. cit; 167).

Nesse mesmo período (1960-1970), surgem os primeiros subcentros ou centros comerciais de bairro, localizados nos bairros de Casa Amarela, Afogados, Encruzilhada e Água Fria.

Na década de 1970, o desenvolvimento das atividades terciárias impulsionam a continuidade de expansão do centro de negócios, o que se faz por meio da mudança de uso – residência para comércio -, de várias ruas do bairro Boa Vista. São constituídos, também, vários centros comerciais de bairro, quais sejam: Pina, Boa Viagem, Madalena, Beberibe, e ocorre a expansão do centro do bairro da Encruzilhada, incorporando o bairro Espinheiro. Nesses anos, constituem-se as vias comerciais, compreendendo: Caxandá, José Rufino.

Pontual conclui que os efeitos dos processos de concentração e centralização do capital, sobre o espaço urbano, produzem efeitos diversos. “O primeiro processo provoca o crescimento e expansão da ocupação do espaço pela acumulação de maior número de atividades. Isto é, as novas atividades localizam-se próximas, ao lado das existentes, em um movimento de incorporação contínua de quantas venham a existir. Caso só ocorresse o processo de concentração da produção, a dimensão espacial deste se expressaria pelo adensamento em torno de um ponto inicial (um só centro), cujo movimento, por conjunção de novas atividades, formaria um espaço com relativa homogeneidade de ocupação. A centralização provoca uma criação de uma estrutura hierarquizada do espaço; por alterar um dos elementos básicos do capitalismo – a propriedade do capital, modificando qualitativamente a ocupação do solo. Ao estruturar o espaço proporciona a formação de áreas excludentes e seletivas, e à medida que assim funciona, impedindo o acesso de muitos capitais a tais

espaços; torna difícil que os mesmos se mantenham, sendo, portanto, destruídos” (Pontual, op. cit; 212).

A estrutura de centro, identificada pela autora, compreende quatro níveis de centro. O centro de negócios constitui o núcleo primitivo, autônomo e independente dos demais, - bairros de Santo Antônio, São José e Recife -, abrigando, predominantemente, o comércio atacadista e agências bancárias, explicados pela presença do porto. O centro de Boa Viagem constitui um centro independente, com raio de atendimento que ultrapassa a cidade de Recife, e abriga supermercados, magazines, shopping center, agências bancárias. Essas atividades, em sua maioria, pertencem a grupos econômicos monopolistas. Os centros independentes do centro de negócios abrigam o comércio predominantemente popular, correspondendo aos bairros de Casa Amarela, Encruzilhada e Afogados. Entre os centros que têm maior dependência do centro de negócios, encontra-se o da Graça, Madalena, Cordeiro, e Água Fria. E, por último, os centros que dependem do centro de negócios, com reduzida autonomia funcional, não possuem complementaridade entre si, mas polarizam outros bairros. Esses centros, localizados na periferia, apresentam uma tendência de crescimento liderado pelo comércio atacadista. Os centros com essas características estão localizados nos bairros Engenho do Meio, Ibura, Imbiribeira, Mustardinha, Tejió e Várzea.

1.3 - Os estudos dos anos 1990: as “novas centralidades”

Ao analisar as novas expressões da centralidade urbana, Spósito (op. cit) identifica esse processo como reforço da centralidade, apesar da separação socioespacial das funções comerciais, dos serviços e da gestão, no interior da cidade. A partir de pesquisas empíricas de áreas metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro, e das cidades de Presidente Prudente, São José do Rio Preto e Ribeirão Preto, com população entre 200 e 500 mil habitantes, ela enfoca sua análise na compreensão dos processos socioeconômicos que influem nas mudanças dos espaços intra-urbanos.

A autora afirma que “... o centro não está necessariamente no centro geográfico, e nem sempre ocupa o sítio histórico onde a cidade se originou, ele é antes de tudo ponto de convergência/divergência, é o nó do sistema de circulação, é o lugar para onde todos se dirigem para algumas atividades e, em contrapartida, é o ponto de onde todos se deslocam para a interação destas atividades aí localizadas com as outras que se realizam no interior da cidade ou fora dela. Assim, o centro pode ser qualificado como integrador e dispersor ao mesmo tempo” (Spósito, 1991; 6).

Spósito indica a possibilidade de formação de “outros centros”, motivada pelo crescimento da cidade ou pelas mudanças na divisão territorial do trabalho. Esses centros, com escalas de atuação e influência diferenciada, configuram uma estrutura hierarquizada de centros, no interior do espaço urbano, onde cada um dos centros contém sua “concentricidade”. Por outro lado, na medida que acentua a divisão social do trabalho e, conseqüentemente, a concentração do capital, nota-se a especialização dos lugares e a concentração das atividades nos centros.

O crescimento da área central manifesta-se de forma diferenciada, dependendo do momento histórico e do porte da cidade. Uma das formas anunciadas pela autora é a expansão do centro, com a absorção de suas áreas limítrofes, expressa no deslocamento da população residente, substituindo o uso residencial pelo uso comercial e de serviço. Esse processo de mudanças de uso provoca, muitas vezes, a degradação das áreas, mais freqüente nas áreas metropolitanas do que nas cidades de porte médio.

Nas áreas metropolitanas, as dificuldades de se incorporarem as áreas degradadas deve-se ao elevado preço da terra e à pouca disponibilidade de recursos financeiros para esse tipo de intervenção. Além disso, há a dificuldade de ocupar essas áreas com habitação, pelas condições de esvaziamento em que se encontram e, ainda, a dificuldade de incorporar essas áreas pelos usos de comércio e serviços.

Nas cidades médias, segundo a autora, o processo de degradação das áreas junto ao centro é mais lento e em menor extensão. Esse fato deve-se ao estágio de crescimento da cidade e ao sistema viário e de transporte que não permitem a descentralização das atividades terciárias. Assim, morar próximo ao centro ainda é vantajoso pela proximidade da maior concentração de comércio e serviços, somada à questão do prestígio social. Nas cidades de 200 a 500 mil habitantes, no período de 1950 a 1970, registra-se o processo de verticalização do centro para uso residencial; nos anos 1980, esse processo acentua-se em áreas próximas ao centro.

Spósito observa três processos simultâneos, nessas áreas no entorno do centro, que caracterizam o processo de expansão do centro: as residências de alto e médio padrão são adaptadas para abrigar atividades comerciais e de serviços; a demolição de residências menores e mais antigas, com o remembramento dos terrenos para a construção de edifícios residenciais; e nos setores em processo de degradação, as edificações são adaptadas para o comércio e serviços voltados para o atendimento dos segmentos de menor poder aquisitivo, que se utilizam do transporte coletivo.

A constituição dos subcentros expressa outra manifestação que acompanha o processo de expansão do centro, principalmente nas áreas metropolitanas. Os fatos que impulsionam a formação dos subcentros compreendem: a extensão da área urbanizada e a impossibilidade de um único centro atender a toda população, pela dificuldade de acesso motivado pela ineficiência do sistema de vias e do transporte coletivo.

Para a autora, “os subcentros estão localizados em área de densidade habitacional alta, constituindo-se centros “regionais” no interior da estrutura urbana, e pequenos nódulos de convergência de transporte coletivo”. Os exemplos citados, no caso de São Paulo, são os subcentros de Pinheiros, Vila Mariana, Lapa; e no Rio de Janeiro, Copacabana, Ipanema, Méier e Madureira (Spósito, *op. cit.*; 10).

Outra manifestação registrada por Spósito é a tendência de localização das atividades terciárias tipicamente centrais, ao longo das vias com maior fluxo de veículos, constituindo os eixos comerciais e de serviços. A característica desses eixos compreende áreas que não são contíguas à área central, não podendo ser identificadas como extensão geográfica dos centros principais ou subcentros. Os exemplos de São Paulo são as avenidas Paulista e Faria Lima. Outras avenidas que constituem acesso ao centro, ou o contornam, também se enquadrariam. Os exemplos, em São Paulo, são as ruas da Consolação e 13 de Maio, que demandam a área central; as avenidas 9 de Julho e Francisco Junqueira, em Ribeirão Preto, avenidas Washington Luiz e Coronel Marcondes, em Presidente Prudente, e avenidas Alberto Andaló e Bady Bassity, em São José do Rio Preto, que contornam o centro principal (Spósito, op. cit; 10 - 11).

Os eixos comerciais e de serviços “caraterizam-se pela localização de atividades tipicamente centrais, mas de forma especializada. Ou seja, nelas não se reproduz a alocação de todas as atividades tradicionalmente centrais, mas selecionadamente de algumas destas. Daí, a caracterização do processo como desdobramento da centralidade (ao invés de reprodução da localização das atividades centrais em menor escala, como o que se observa nos subcentros), como se o centro se multiplicasse, desdobrando-se especializadamente em outros eixos da estrutura urbana” (Spósito, op. cit; 11).

A autora identifica os shopping centers como outra forma de localização das atividades tipicamente centrais, que surgem reestruturando o espaço urbano. Esse fato acontece a partir da década de 1960, nas metrópoles, e, na década de 1980, nas cidades de porte médio. O shopping ...“constitui-se numa reprodução, em nova localização, de atividades que tradicionalmente ocupavam o centro principal e/ou outros eixos comerciais na interior da cidade. Tais atividades são, principalmente, comerciais e de serviços (estes ligados ao lazer como cinemas, restaurantes, lanchonetes, e eventualmente serviços bancários)” (Spósito, op. cit; 12).

Spósito reitera o fato de que a diversidade atual de localizações das atividades terciárias, tradicionalmente centrais, no interior da área urbana, não expressa dispersão desta, mas, “ao contrário, revela novas formas de centralidade”. Assim, a estratificação socioespacial que se expressa em estratificação urbana, criada por essas

novas formas de centralidade, chega a constituir, em algumas situações, segregação urbana.

Ao pesquisar sobre a “Centralidade em São Paulo”, Frúgoli (op. cit) destaca que , ...”ainda que no processo geral de expansão urbana possa se observar uma forte tendência à dispersão e à descentralização, é impossível postular que isso signifique a perda de um “centro”, mesmo que não se possa mais falar, no caso de uma metrópole como São Paulo, em uma única centralidade, de feição tradicional e histórica” (Frúgoli, op. cit; 42).

O foco de sua pesquisa está na identificação dos principais grupos e instituições privadas, além de como suas organizações desenvolvem suas ações, seja por mudanças onde se localizam, ou na transferência para novas áreas. Outra dimensão da pesquisa é a articulação dessas organizações com o poder público, com vistas a obter as melhorias desejadas. Pretende, também, verificar quais grupos sociais são mais atingidos pelo jogo de interesses e identificar como a combinação de interesses dos capitais financeiro, imobiliário e comercial pode alcançar a revalorização da área central, como a constituição de novos eixos de centralidade.

Em sua análise, Frúgoli expõe a monocentralidade de São Paulo até os anos 1960; no período do milagre brasileiro (1968-1973), estrutura-se o Centro Paulista, expressando as mudanças na forma de produção capitalista, quando passa do regime fordista para o da acumulação flexível. E nos anos 1990, a criação do Centro Berrini – Marginal Pinheiros representa “um forte exemplo de reestruturação urbana”.

As mudanças que ocorrem, nesse período, concentram-se, principalmente, no centro expandido e no quadrante sudoeste da cidade. Precisamente neste quadrante está localizada a maioria dos bairros das classes média e alta, com a maior taxa de motorização e possui a maior quantidade de avenidas e vias expressas.

O autor identifica que a constituição da metrópole, por suas dimensões e complexidade funcional, desencadeia a fragmentação de centralidade, que se acentua a partir da construção dos shopping centers.

Frúgoli constata que o centro de São Paulo, a partir de meados dos anos 1960, foi sendo abandonado pelas empresas e bancos, que se transferiram para outros subcentros. Os escritórios das grandes empresas se deslocaram para a região da avenida Paulista ou para os corredores comerciais, constituídos pelas avenidas Brigadeiro Luiz Antônio, Rebouças, 9 de Julho, Brasil e Faria Lima. Esse processo

resultou na crescente popularização do centro, na deterioração de parte de seus equipamentos urbanos e no declínio de seu valor imobiliário. O autor identifica, nas ações do poder público e da iniciativa privada, o incentivo do desenvolvimento urbano rumo a novas áreas, em detrimento do centro.

O autor considera que as ações do poder público, nas décadas de 1970 e 80, no sentido de restauro de edifícios que são marcos do antigo centro, não estão sendo suficientes para construir um novo projeto para a área central.

A avenida Paulista, criada no final do século XIX, como área estritamente residencial e local de moradia da burguesia, passa por processo de verticalização nos anos 1940, com a destruição dos antigos casarões, substituídos por edifícios residenciais. A localização da avenida no espigão e a sua constituição como eixo de tráfego, pressionam para a mudança de uso, a partir de meados dos anos 1950, com a construção de edifícios destinados ao uso terciário. A construção do Conjunto Nacional, inaugurado em 1956, constituindo um sucesso empresarial, atraiu outros investimentos, como bares, boates, casas de moda, cinema e teatros. Esse processo de mudança de uso vai expulsar muitos moradores, que vão em busca de áreas mais nobres, nos anos 1970.

O Centro Paulista é formado, principalmente, pelo corredor comercial da Rua Augusta e o corredor de serviços da própria avenida. A localização das sedes dos bancos lhe confere a denominação de centro econômico da metrópole. Além das funções citadas, equipamentos de cultura e lazer estão localizados nos dois eixos.

Na década de 1990, os dados coletados pelo autor sobre o centro Paulista indicam alguns limites de seu desenvolvimento, quais sejam: o envelhecimento dos seus prédios, resultando perda de valor, e os espaços praticamente esgotados.

O centro avenida Luiz Carlos Berrini é construído para abrigar sedes de grandes empresas e prestadoras de serviços. Surgiu no prolongamento do corredor da avenida Faria Lima, em direção à via expressa da avenida Marginal Pinheiros. A liderança desse empreendimento imobiliário deve-se à iniciativa da construtora Bratke e Collet, tendo por iniciativa a construção de uma centena de edifícios de escritórios de alto padrão. O autor cita os seguintes condicionantes que levaram à construção deste centro: o baixo custo do terreno quando foi elaborado o projeto, a facilidade de acesso, as possibilidades oferecidas pelo zoneamento, além de viabilizar uma alternativa ao custo de implantação na Paulista.

“A expansão do centro Berrini, rumo à região da Marginal Pinheiros, foi motivada pelo esgotamento do seu potencial construtivo, e o interesse da construtora Bratke e Collet na expansão de um pólo de desenvolvimento terciário, voltado para grandes empresas. O processo de expansão deste pólo terciário moderno indica claros sinais de uma forte internacionalização do mercado, ou então de sua globalização,...” (Frúgoli, op. cit; 195).

Frúgoli registra a grande expansão dos shoppings, no Brasil, a partir dos anos 80. “São frutos de uma modernização multifacetada, que abarca vários campos: o da distribuição varejista que, conjugada a um dinamismo presente do capital imobiliário, confere uma especificidade própria a esse tipo de empreendimento; são centros comerciais que, como o próprio nome indica, criam determinadas “centralidades urbanas”, visto que aspiram a se tornar sucedâneos de antigos centros tradicionais da cidade e atraem freqüentadores de diferentes bairros; constituem, também, um tipo de “cidade dentro da cidade”, reproduzindo em seu interior uma atmosfera idealizada, procurando banir os atores sociais “desviantes”; vêm se tornando importantes pontos de lazer para vários grupos sociais, sobretudo jovens, que criam, no espaço, diversas formas de sociabilidade” (Frúgoli, op. cit; 94).

Capítulo 2 – Os processos de expansão e setorização funcional e setorização social do Centro de Ribeirão Preto: fins do século XIX ao final dos anos 1960

2.1 – Expansão e Setorização Funcional do Centro: fins do século XIX a 1940

2.1.1 – A economia cafeeira como força motriz do crescimento urbano

A fundação da cidade de Ribeirão Preto vincula-se à presença de colonos mineiros que se dirigiram para a região Norte e Nordeste do Estado de São Paulo, após o esgotamento do ciclo do ouro, em Minas Gerais. Esses migrantes dedicavam-se à criação extensiva do gado, ao artesanato do couro e à agricultura de subsistência. Notícias da excelente qualidade da terra, na região, para o cultivo do café atraem agricultores das regiões fluminense e do Vale do Paraíba, onde as terras vinham apresentando sinais de esgotamento. Era preciso ocupar terras que ainda não tivessem sido exploradas e que representassem grande potencial para a produção (Bacellar, 1999; 59).

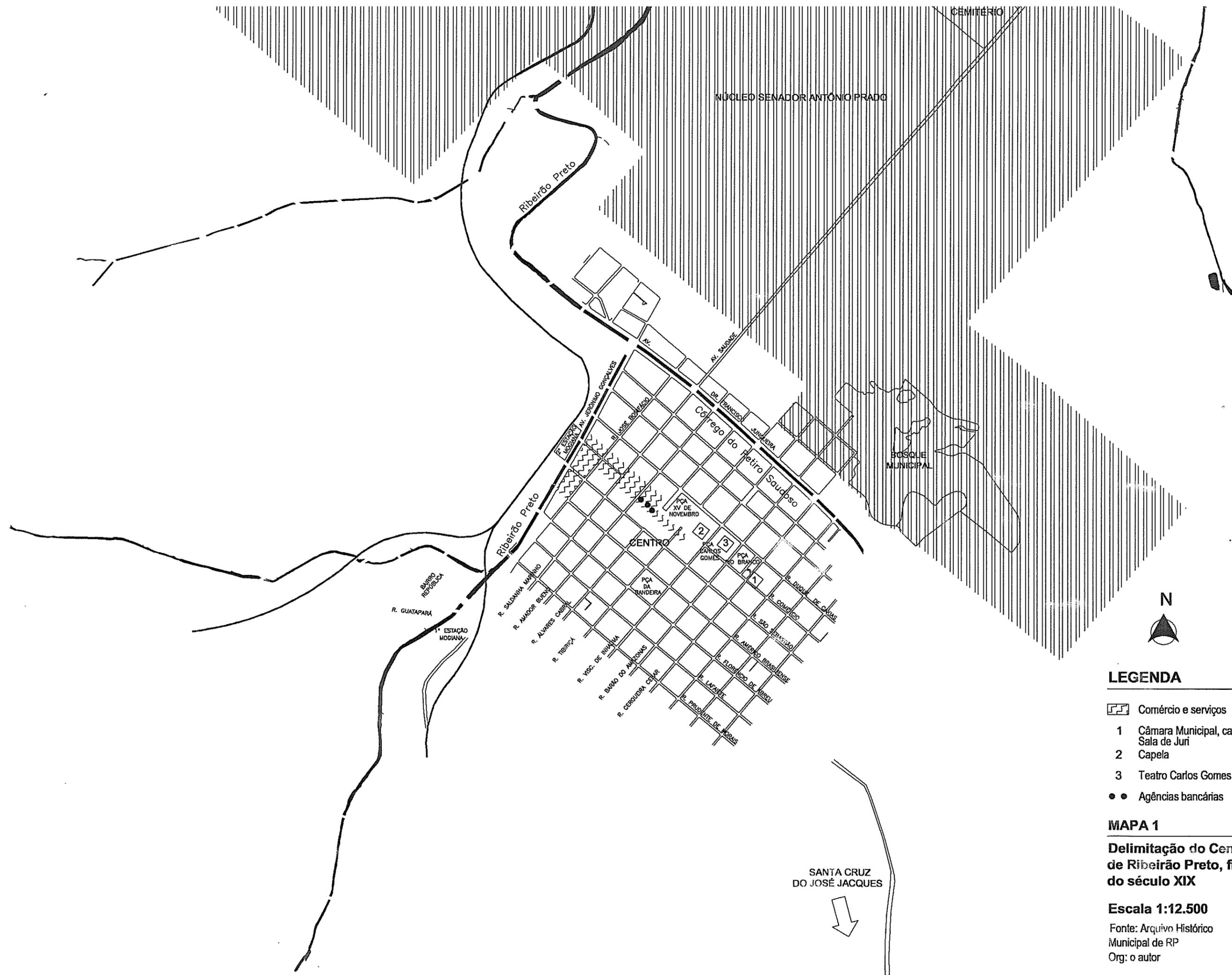
Na escolha da área para a implantação do povoado, foram observadas as exigências estabelecidas pela igreja, objetivando o seu reconhecimento. O conjunto de normas que deveriam ser observadas compreendia: a doação das terras para a igreja, com comprovante legal da posse; a área selecionada deveria estar localizada nas cotas mais altas, para não estar sujeita a inundações; a topografia do terreno não deveria ser muito acidentada e estar próxima de rios. A área doada, que constituiu o patrimônio de Ribeirão Preto, foi destacada da área pertencente à freguesia de São Simão. Essa área foi formada através da doação de vários posseiros, que cederam parte de suas glebas (Brioschi, 1999; 80). A demarcação da área, bem como a escolha do local onde seria construída a Capela de São Sebastião de Ribeirão Preto, ocorreu em 28 de março de 1863. Ribeirão Preto foi elevada a cidade em 1 de abril de 1889, 26 anos após a sua demarcação, tendo passado de Freguesia a Vila, até chegar a Cidade (Cione, 1988; 120).

A partir de 1880, a ocupação da cidade extrapola os limites das terras doadas para sua formação, com a criação do bairro República, localizado junto à Mogiana,

na área compreendida entre as Ruas Guatapar e Caramuru, no caminho de São Simão; a 6 Km da Vila de Ribeirão Preto, foi construída uma capela e, ao seu redor, foram construídas casas de sitiantes, constituindo o bairro Santa Cruz do José Jacques; e, em áreas devolutas, ao norte e nordeste da Vila, foi implantado, em 1887, o núcleo Senador Antônio Prado, cujo parcelamento se destinava, principalmente, aos imigrantes, como forma de assegurar mão-de-obra para o cultivo do café, nas grandes propriedades. Esse núcleo, realizado pelo Estado, para assentamento de colonos, tinha área total de 589 alqueires, com lotes de 10 hectares, que foram financiados aos imigrantes. Posteriormente, foram parcelados esses lotes dando origem a vários loteamentos, que se constituíram numa das áreas de expansão urbana de Ribeirão Preto (Bacellar, op. cit; Valadão, 1997). Na década de 1910, 2 loteamentos são aprovados, localizados no vetor Nordeste, no prolongamento do núcleo Senador Antônio Prado (Mapa 1).

A partir da construo da estrada de ferro Santos-Jundiá, o desenvolvimento da economia cafeeira no Estado de São Paulo passa por um processo de expansão da produo e coloca o estado na liderança nacional, como exportador do produto. Até então, essa liderança era exercida pelo Estado do Rio de Janeiro (Singer, 1977; 30). O desenvolvimento da região de Ribeirão Preto foi fortemente impulsionado pela Santos – Jundiá, que equacionou o problema do transporte da produo até o porto de Santos. A construo dessa ferrovia, viabilizada por meio do financiamento do capital inglês, possibilitou, ainda, o desdobramento da malha ferroviária. Assim, com a constituo da Companhia Mogiana, em 1872, e a construo da Estrada de Ferro Mogiana, que veio atender a toda região Nordeste do estado, em 1883 Ribeirão Preto pode se incorporar ao circuito ferroviário (Bacellar, op. cit; 120). O prolongamento da E. F. Mogiana acompanhou o percurso do desenvolvimento da cultura do café na região, viabilizando o escoamento da produo até o porto e constituindo, ao mesmo tempo, o meio de transporte utilizado no deslocamento da populao.

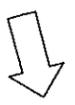
A cultura do café iniciou-se em Ribeirão Preto, em meados dos anos 1870 e, no final da década de 1880, j se destacava como o maior produtor da região. Esse dinamismo econômico atrai fazendeiros de outras regiões e capital para financiar a produo. No período 1914-1930, o município de Ribeirão Preto mantm a liderança entre os 20 municípios que constituem a região da alta Mogiana, no que se



- LEGENDA**
-  Comércio e serviços
 - 1 Câmara Municipal, cadeia
Sala de Juri
 - 2 Capela
 - 3 Teatro Carlos Gomes
 - Agências bancárias

MAPA 1
Delimitação do Centro de Ribeirão Preto, fins do século XIX

Escala 1:12.500
 Fonte: Arquivo Histórico Municipal de RP
 Org: o autor

SANTA CRUZ DO JOSÉ JACQUES


refere ao número de pés em produção, por safra, com 31.394.365 pés de café, e a liderança entre os maiores produtores da região (Franca, São Simão e Sertãozinho), no que refere ao item arroba por mil pés, em 11 das 16 colheitas realizadas no referido período (O Café – Estatística de Produção e Comércio, 1924, 1032-1933; apud Barcellar, op. cit; 125, 127).

A economia cafeeira exigiu a montagem do serviço de comercialização da produção, que compreendia desde o transporte da produção das fazendas produtoras, até a sua distribuição aos países europeus. A distância da região, em relação ao porto, dificultava o acompanhamento do embarque da produção pelo produtor. No período anterior a 1890, com o sistema bancário ainda incipiente, surgiu a figura do Comissário, que acompanhava todas as etapas da comercialização. Muitas vezes, o Comissário chegava a financiar o produtor com recursos próprios, ou por meio de operações bancárias. Com o desenvolvimento da economia cafeeira, a figura do Comissário é substituída pelas casas de exportação, que passam a centralizar a compra de toda a produção. Esse processo possibilita a concentração de grande soma de capital na esfera financeira da economia, viabilizando o surgimento dos primeiros bancos (Bacellar, op. cit; 136).

Ribeirão Preto estava entre as cidades que, nesse período, tinham seus próprios bancos e casas bancárias. Na pesquisa realizada por Saes (1986), estão citados os seguintes bancos: Construtor e Auxiliar de Ribeirão Preto (1891); Italiano de Ribeirão Preto (1902); de Crédito Agrícola de Ribeirão Preto (1902); e as casas bancárias de Ângelo Zerbeti, Domingos Quirollo, Pedro Battagliã e Dumont e Cia. (1895) Esse número de bancos e casas bancárias confere à cidade posição de destaque na região. As cidades que participam da região de Ribeirão Preto e que, no período, também possuíam seus próprios bancos, eram: São Carlos (Banco União de São Carlos – 1891, e Banco Ítalo-popular – 1901) e Araraquara (Banco de Araraquara – 1891). No ano de 1924, o Banco Francês, com sede em Paris, e sucursais em São Paulo, Santos, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre, Recife, Rio Grande, tinha agências em várias cidades da região, entre elas, Ribeirão Preto, Araraquara, São Carlos, Barretos e Bebedouro (Saes, op. cit; 97- 117).

Ao caracterizar o sistema bancário no período anterior a 1920, Saes (1997; 199) chama a atenção para a fragilidade dos pequenos bancos do interior, que não resistiam a qualquer crise, e destaca também “a ausência de instituições públicas

responsáveis pela gestão monetária e creditícia”. Esses bancos tinham importante papel na economia local, pois sua clientela era constituída pelo pequeno comércio, proprietários locais e trabalhadores imigrantes. Segundo o autor, a atuação do sistema bancário, até os anos 1920, respondia às demandas da economia agroexportadora, que compreendia, além da lavoura cafeeira, as atividades comerciais e de serviços - ferrovias, portos e serviços urbanos -, e a incipiente indústria, que deveria ser considerada.

O sistema bancário de São Paulo, até 1920, tinha no segmento urbano da economia seu principal alimentador, particularmente o da capital, e suas relações com o setor agrícola eram limitadas. A maior parte dos empréstimos destinava-se às empresas urbanas, cabendo às atividades agrícolas uma participação secundária. Os Comissários de café, clientes dos bancos, assumiam o papel de financiadores dos fazendeiros. Para exemplificar essa conclusão, o autor cita a relação da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro com o London & Brazilian Bank, durante a década de 1910. O banco atuou como agente da Mogiana, em dois empréstimos realizados em Londres, período em que um grupo estrangeiro exercia o controle acionário da empresa. Motivado por essa relação, o total dos efetivos depositados na conta da Mogiana no banco em São Paulo, correspondia a 50% do seu movimento de depósitos e empréstimos (Saes, op. cit; 199-200).

No período pós-guerra, o governo federal, admitindo a importância dos bancos na definição do volume de meios de pagamento da economia, cria, em 1919, a Câmara de Compensação de cheques. Essa medida visava facilitar as atividades rotineiras dos bancos, e expressava o reconhecimento, pelo governo federal, da importante função que o sistema bancário desempenhava na circulação monetária. A Câmara, vinculada ao Banco do Brasil, foi instalada inicialmente no Rio de Janeiro e, a seguir, em São Paulo, Santos, Porto Alegre, Recife, Salvador, Belém e Ribeirão Preto (Saes, op. cit; 202). A seleção de Ribeirão Preto, como a única representante das cidades do interior, constitui um indicador da sua importância econômica e geográfica.

Nos anos 1920, a região de Ribeirão Preto, que compreendia 8 sub-regiões (Araraquara, Barretos, Franca, Ribeirão Preto, São Carlos, S. Joaquim da Barra e Itajobi), segundo o IBGE (1920), ocupava o 1º lugar na economia do interior do Estado, seja pelo dinamismo de sua economia, seja pela participação de 23% no

total da população do Estado, congregando 70 municípios que compõem sua região. As regiões de Ribeirão Preto e Campinas, nos anos 20, concentravam a agricultura mais avançada do Estado de São Paulo, que se caracterizava pela mecanização e diversificação, abastecendo grande parte do mercado com o fornecimento de matérias-primas e produtos alimentares, somados aos produtos agrícolas para exportação (Negri, 1988).

Segundo o censo de 1920, na região de Ribeirão Preto, concentravam-se 21,95% da PEA estadual, com a seguinte distribuição: 26,13% no setor primário, 13,77% no secundário, e 14,74% no terciário; a sub-região de Ribeirão Preto liderava a atividade econômica, absorvendo 28,06% da PEA regional do setor primário, 27,26% do secundário, e 29,36% do setor terciário (IBGE, 1920; apud Negri, op. cit).

Negri (op. cit) relaciona o crescimento de Ribeirão Preto ao seu distanciamento geográfico da Capital, somado à polarização que exercia sobre vasta região que, na década de 1920, experimentava grande desenvolvimento agrícola e industrial. As demandas decorrentes do crescimento populacional e das atividades produtivas regionais impulsionaram o seu desenvolvimento.

No ano de 1921, foi inaugurada a Cia. Eletro-Metalúrgica Brasileira, localizada no bairro Tanquinho, a 4 km do centro, propriedade de Dr. Flávio Uchôa, fazendeiro e proprietário da hidroelétrica Empresa Força e Luz de Ribeirão Preto, fornecedora de energia para a cidade e mais 20 cidades circunvizinhas. A utilização da energia pela siderurgia era inovadora, representando uma redução de 70% no uso do carvão. O complexo da usina incluía a estrada de ferro São Paulo – Minas para o transporte do minério de ferro da jazida que se localizava a 137 km de Ribeirão Preto e a 32 km de São Sebastião do Paraíso (MG) (Chateaubriand, 1922; apud Câmara Municipal de R.P., 1923). Cione (op. cit; 361) cita que essa siderúrgica forneceu o ferro para a construção do edifício Martinelli, localizado em São Paulo, no ano de 1924.

Nos anos 1930, apesar da crise cafeeira de 1929, Ribeirão Preto e Campinas mantiveram-se como as regiões mais produtivas do Estado. “Na expansão dos anos 1930, a região de Ribeirão Preto começou sua rota ascendente com base na agroindústria moderna, superando o Vale do Paraíba, antes do final da década em produto e emprego industrial e, em 1940, ultrapassando Sorocaba no valor da

produção industrial” (Negri, op. cit). A partir dos anos 30, grande parte das áreas destinadas ao cultivo do café é substituída pelas culturas de cana-de-açúcar, algodão e produtos alimentares.

Na década de 1930, a economia urbana da região de Ribeirão Preto tem significativo crescimento industrial. Em 1937, 549 empresas estavam instaladas na região, empregando 8.960 operários. Entre as indústrias que mais se destacavam, pode-se citar: 9 fábricas têxteis, com 1.576 operários; as fábricas de material de transporte que, em sua maioria, eram voltadas para as estradas de ferro; as usinas de beneficiamento do algodão que, em 1932, eram 14, passam a 53, em 1938; e havia, ainda, 12 usinas produtoras de álcool e açúcar. A participação da região na produção do Estado, no período de 1932 a 1938, passou de 17,9% para 21,8%, no caso do beneficiamento do algodão, e aumentou, respectivamente, de 45,7% e 42,3% as produções do açúcar e do álcool. Em 1939, dos 25,4% do valor da produção industrial estadual, a região de Ribeirão Preto respondia por 6,95%, ocupando o segundo lugar no interior (Negri, op. cit).

O crescimento econômico atrai migrantes que estimulam o crescimento populacional do município de Ribeirão Preto.

Tabela 1 – Crescimento Populacional de Ribeirão Preto – 1874 a 1940

Ano	-	Pop. do município (hab.)	-	Crescimento do período (%)
1874	-	5.522 (1)	-	
1887	-	10.420 (2)	-	1887/1874 - 87,6%
1912	-	58.220 (3)	-	1912/1887 - 458,7%
1920	-	68.838 (4)	-	1920/1912 - 18,2%
1940	-	79.777 (5)	-	1940/1920 - 15,8%

Fontes: (1) (Camargo 1952, apud Brioschi, op. cit; 77); (2) (Valadão, op. cit; 46); (3) e (4) (Thomas, 2000; 46); (5) (IBGE, 1940)

Como se pode observar na Tabela 1 o período de maior crescimento populacional foi entre 1887 e 1912. Este crescimento corresponde à chegada dos imigrantes, principalmente italianos, que vieram trabalhar na cultura cafeeira, provocando a expansão da área urbana, com a incorporação de novos loteamentos.

Nas décadas de 1920 e 1930, o município teve o menor crescimento populacional, motivado pela crise do café (1929), deixando de atrair migrantes, como nos períodos anteriores. Neste período, são aprovados 17 loteamentos, sendo os vetores Nordeste e Oeste da cidade onde acontece a maior expansão (Magalhães, 1997). São bairros destinados aos operários e classe média. Essa tendência de os bairros operários se localizarem nesses quadrantes foi diagnosticada por Reis, em 1944, e mantida até o início dos anos 1990.

O crescimento populacional e do território urbano são acompanhados pela ampliação dos serviços urbanos e de equipamentos de educação e saúde. Entre as obras realizadas no período de fins do século XIX até os anos 1910, na cidade, destacam-se, em 1893, a transferência do cemitério para um dos lotes do Núcleo Senador Antônio Prado, que margeava a estrada de acesso a Batatais e a implantação do bosque Municipal, em 1907, que resultou do desmembramento do outro lote do Núcleo, denominado Chácara Olímpia, que manteve preservado trecho da flora do cerrado. Neste período, foram também parcelados outros lotes do Núcleo Senador Antônio Prado, localizados ao Norte e Nordeste do centro, que vieram a constituir os atuais bairros V. Tibério, Ipiranga e Campos Elíseos.

Em 1903, com a epidemia de febre na cidade, muitas famílias abandonaram a cidade, quando foram realizadas obras de saneamento em áreas alagadiças, que propiciavam a reprodução do mosquito, e providenciados cuidados na disposição final do lixo. No final da década de 1910, ruas e praças foram arborizadas e ajardinadas, inclusive as localizadas no Bairro Vila Tibério e Barracão. A Av. da Saudade, localizada no bairro Campos Elíseos, com seus 1.300 m de extensão, foi toda arborizada com duas fileiras de *Typuanas* no seu canteiro central (Câmara Municipal de R.P., op. cit).

Respondendo à demanda educacional colocada pelo crescimento populacional, foram criadas 9 instituições educacionais, compreendendo o ensino do 1º e 2º grau. Do total das instituições, uma 1 localizava-se no centro, e as demais no seu entorno.

Nos anos 1920 e 1930, foram criadas mais 11 instituições educacionais, sendo 1 de ensino superior (Escola de Farmácia e Odontologia) e as outras 10 voltadas para o ensino de 1º e 2º grau. Destas últimas, 8 estavam localizadas no entorno do centro, e as outras 2 localizavam-se nos bairros V. Tibério e Barracão.

Nos anos 1920, a cidade tem mais de 1.159 edificações representando um crescimento de 41,13%. Predominam as térreas, mas se destaca o crescimento de sobrados e assobradados:

Tabela 2 – Crescimento do Número de Prédios de Ribeirão Preto - 1913 / 1923

Ano	1913	1923	1923/1913
Total de Prédios	2.818	3.977	41,13%
Prédios Térreos	2.765	3.503	12,8%
Assobradados	23	292	1.169,6%
Sobrados	30	189	530,0%
Mais de 1 Andar	-	2	

Fontes: Sá, Miranda & Cia 1913 ; Guião, João Rodrigues, 1923

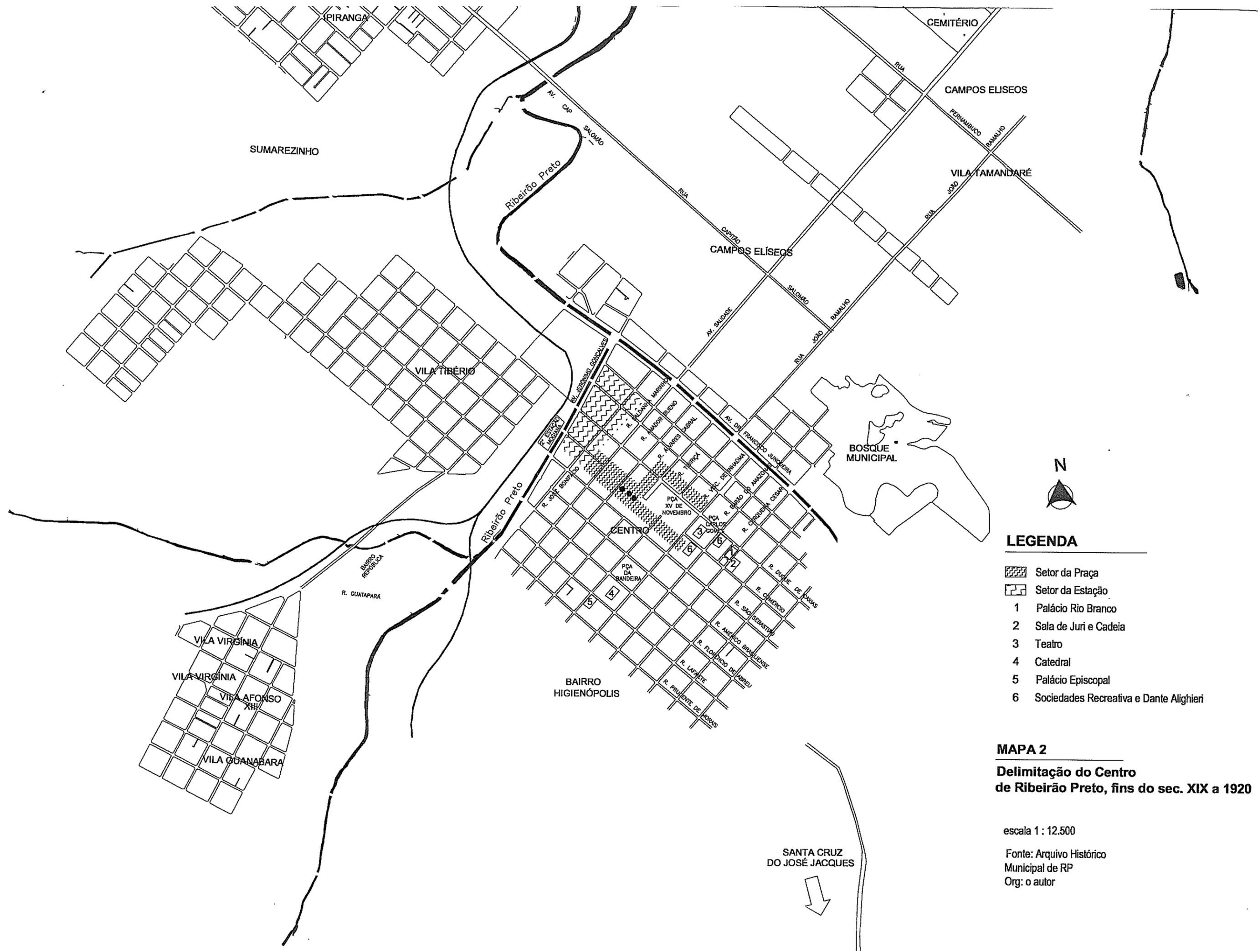
2.1.2 – A primeira expansão do centro: fins do século XIX a 1920

Definidos os limites das terras que constituíram o patrimônio da cidade de Ribeirão Preto, em 28 de março de 1863, foi delimitada uma área de 100 x 400 m, no ponto mais alto da gleba, denominado praça XV de Novembro, para a construção da capela. A área de 145 hectares, que constituía o patrimônio do povoado, foi dividida em quadras, nas dimensões de 100 x 100 m. Esse traçado regular de quadriculas coincide com as normas definidas, a partir do século XVIII, pelos colonizadores portugueses (Reis, 1968; 77). A formação do centro da cidade de Ribeirão Preto está relacionada à construção da capela e à ocupação das faces das quadras adjacentes à praça, com a construção de edifícios que abrigaram a Câmara Municipal, a Sala de Sessões de Júri e a cadeia (1888), o Teatro Carlos Gomes (1897), a sede da Sociedade Recreativa (1905), o Ginásio do Estado (1908), a sede da Sociedade Dante Alighieri (1910), além de casas comerciais e residências (Cione, 1989; 129, 367) (Mapa 2) (Figuras 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.5 e 2.6).

No ano de 1883, foi construída a primeira estação da Mogiana, distante da praça XV de Novembro, no bairro República, próxima ao córrego Ribeirão Preto (no local correspondente à atual avenida Caramuru). A transferência da estação da E.F. Mogiana, para o início da rua do Comércio (2), em 1885, aproxima a estação do centro que se organiza no entorno da praça. A estação foi construída além do córrego Ribeirão Preto, exigindo, para tanto, obras de drenagem, retificação do córrego, abertura da avenida Jerônimo Gonçalves e da rua José Bonifácio, e a construção da praça Schimidt, em frente à estação ferroviária (Valadão, op. cit; 45). No ano de 1910, foi construído o Mercado Municipal, localizado na avenida Jerônimo Gonçalves, a uma quadra da estação (Figuras 2.7, 2.8, 2.9 e 2.10).

A estação, constituindo-se num novo elemento de fluxos de pessoas e de mercadorias, provoca a primeira expansão do centro, ao longo da rua do Comércio, que liga a praça XV de Novembro à estação (Figura 2.11).

No final do século XIX, os bancos localizavam-se na rua do Comércio, entre as ruas Álvares Cabral e Amador Bueno. O Almanach Ilustrado de Ribeirão Preto (1913; 41) relaciona número expressivo de atividades comerciais e de serviços localizados na rua do Comércio, indicando, nesse período, a característica comercial dessa via. Entre as empresas citadas, destacam-se: os bancos, o Grande Bazar



LEGENDA

-  Setor da Praça
-  Setor da Estação
- 1 Palácio Rio Branco
- 2 Sala de Juri e Cadeia
- 3 Teatro
- 4 Catedral
- 5 Palácio Episcopal
- 6 Sociedades Recreativa e Dante Alighieri

MAPA 2
Delimitação do Centro
de Ribeirão Preto, fins do sec. XIX a 1920

escala 1 : 12.500

Fonte: Arquivo Histórico
 Municipal de RP
 Org: o autor

SANTA CRUZ
 DO JOSÉ JACQUES





Figura 2.1 - Igreja e Largo da Matriz - Construção iniciada em 1863



Figura 2.2 - Largo da Igreja Matriz, futura Praça XV de Novembro - 1898

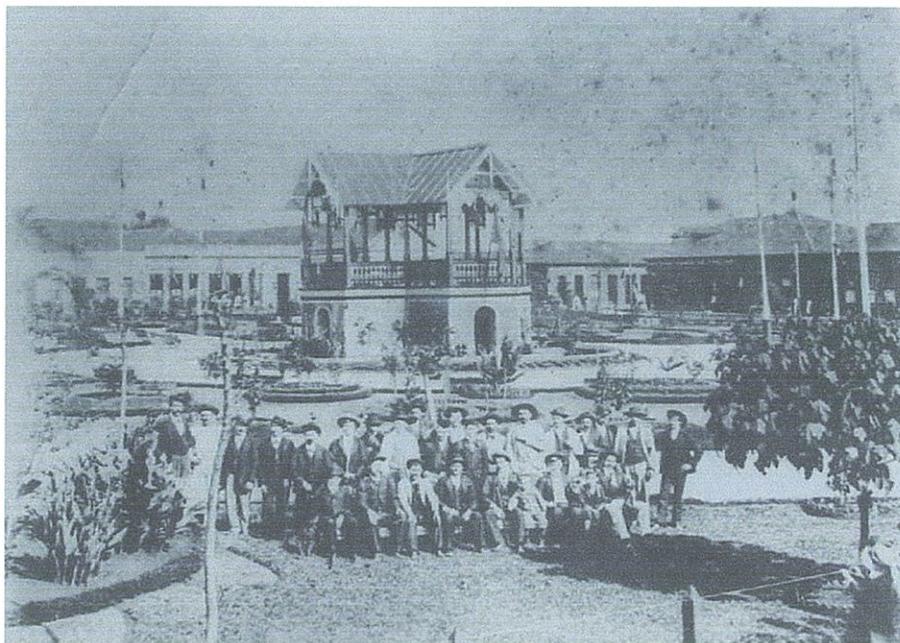


Figura 2.3 - Inauguração da Praça XV de Novembro - 1902

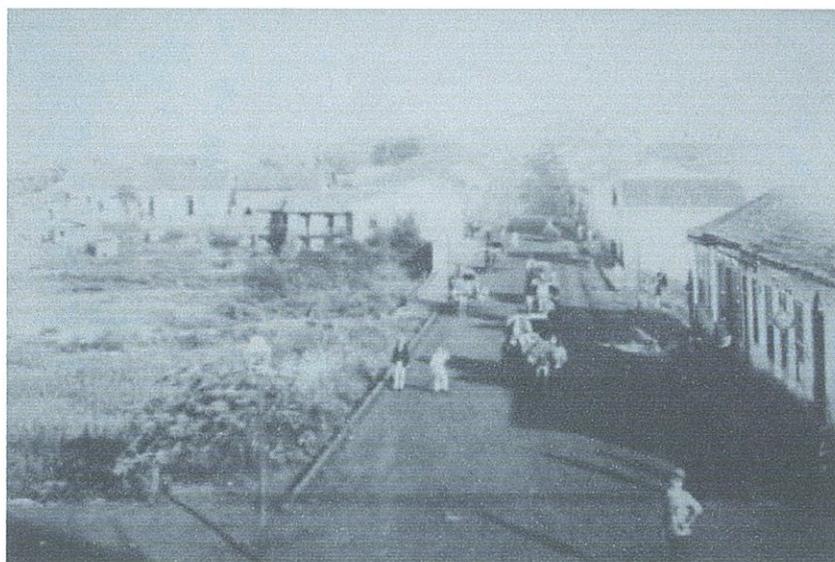


Figura 2.4 - Rua General Osório, próximo à Estação Mogiana - 1899

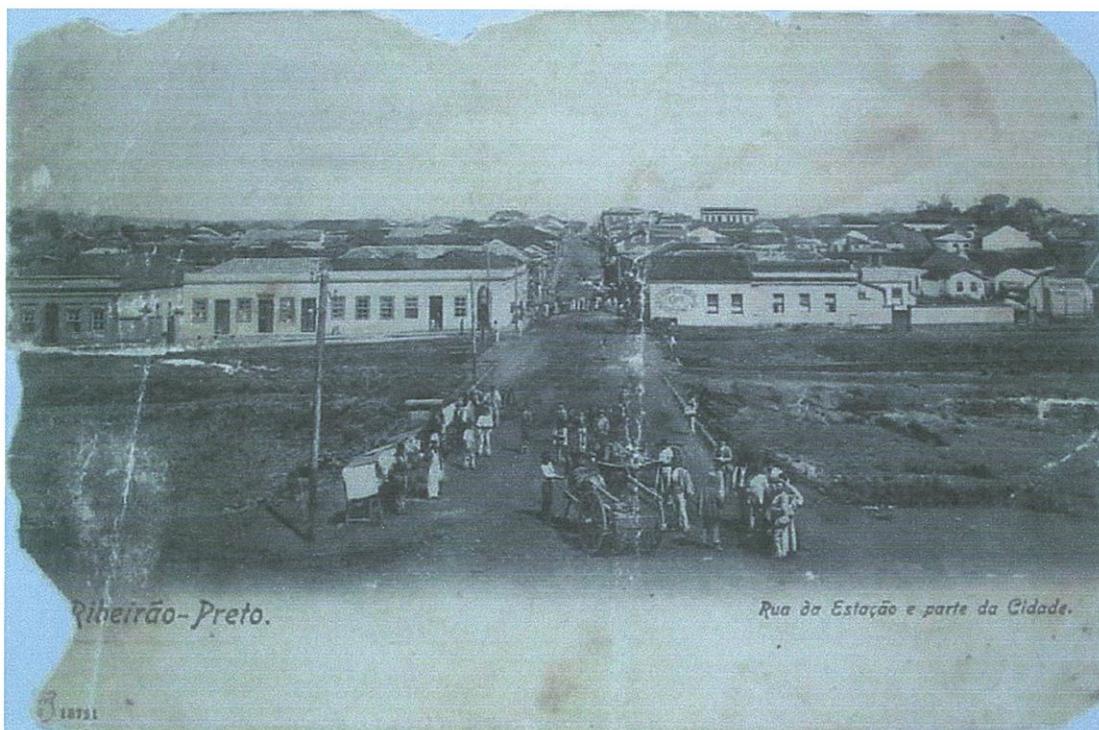


Figura 2.5 - Rua da Estação até o Córrego Ribeirão Preto, prolongamento da Rua General Osório. No alto, à esquerda, pode ser visto os telhados da Igreja e do Teatro Carlos Gomes, na Praça XV de Novembro - 1903



*Figura 2.6 - Casa de Câmara e Cadeia - 1889
Em primeiro plano, Praça Barão do Rio Branco*

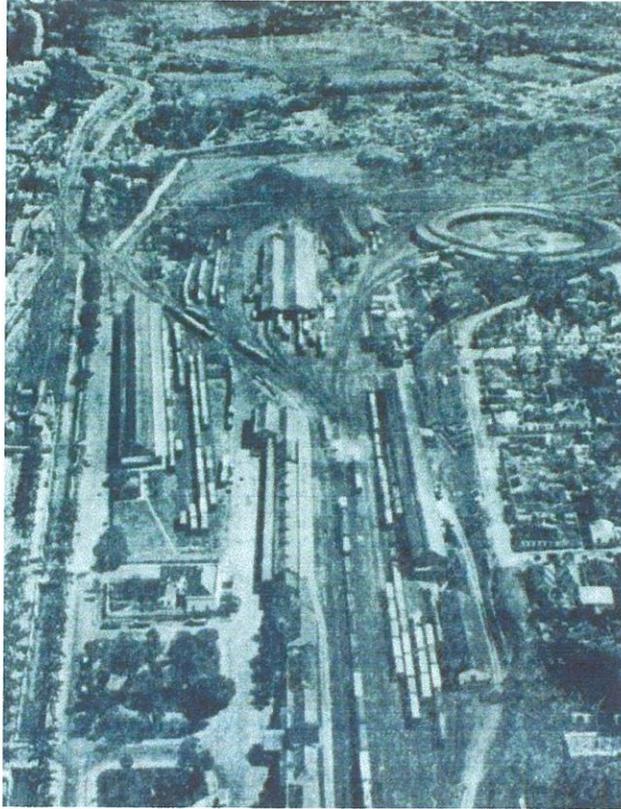


Figura 2.7 - Vista aérea do Complexo Mogiana em Ribeirão Preto

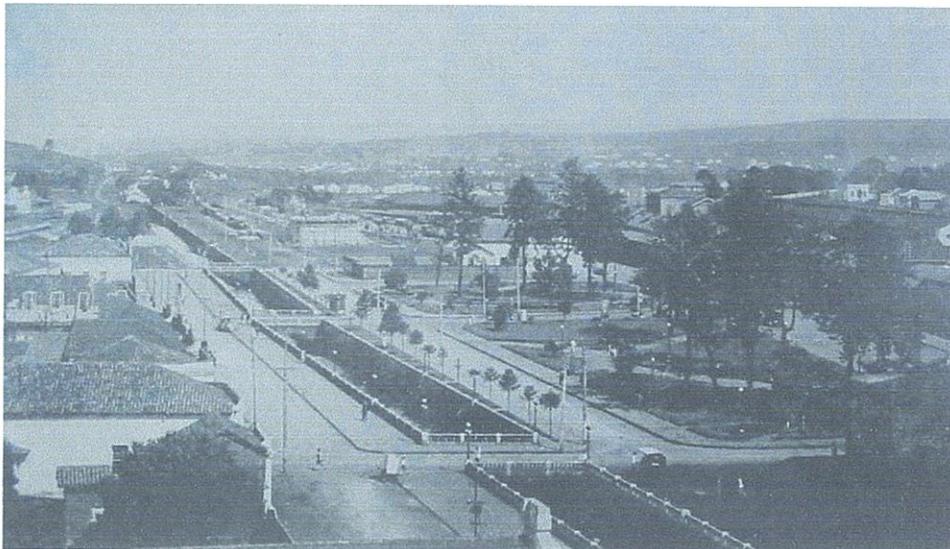


Figura 2.8. - À direita, Praça Shimidt e ao fundo, construção dos Armazéns da Companhia Mogiana - dec. 1920



Figura 2.9 - Mercado Municipal - 1910



Figura 2.10 - Mercado Municipal durante enchente de 1927



Figura 2.11 - Rua General Osório, esquina com Jerônimo Gonçalves - 1900

Andrade, Batista & Cia., Cia. Brasileira de Seguros, Casa Brancato (gramophones e discos), Casa Tavares (secos e molhados), e Sá, Miranda & Cia (editores) (Figuras 2.12 e 2.13).

No ano de 1891, os vereadores, alegando a grande dimensão da praça XV de Novembro, permitiram a ocupação da parte compreendida entre as ruas Inhaúma e Cerqueira César. A população, não conformada, destruiu a cerca, recuperando o espaço correspondente à atual praça Carlos Gomes, que forma um único espaço com a praça XV de Novembro. Mesmo sob protestos, foi mantida a ocupação em uma face da quadra que tem, como limite, a rua Barão do Amazonas; na outra face da mesma quadra, que limita com a rua Cerqueira César, criou-se uma pequena praça denominada Barão do Rio Branco, onde, em 1917, foi inaugurado o Palácio Rio Branco, inicialmente sede do Legislativo e, posteriormente, Executivo Municipal. Essa praça transformou-se no espaço administrativo, que abrigava a Sala de Júri e cadeia, localizada na quadra adjacente da rua Cerqueira César e o Palácio Rio Branco (Cione, 1994; 345) (Figura 2.14).

O Teatro Carlos Gomes, projeto do Eng. Ramos de Azevedo, financiado por um consórcio de fazendeiros, construído na praça XV de Novembro, no espaço atrás da capela, é inaugurado em 1897. As características arquitetônicas adotadas pelo autor, na definição do projeto, seguiram os preceitos da arquitetura eclética, que marcou toda a sua obra (Valadão, 1997; 79) (Figura 2.15).

Com o início da construção da Catedral, na praça 13 de Maio (1), em 1904, foi demolida a capela que deu origem à cidade, localizada na praça XV de Novembro. Com a demolição, a praça passa a se caracterizar como espaço público de lazer e cultura e, no seu entorno imediato, concentram-se sedes de clubes, comércio e serviços, além de palacetes. A praça 13 de Maio, abrigando a Catedral e o Palácio Episcopal, conferiu a esse espaço o significado religioso. Importante destacar que a praça 13 de Maio está localizada a 2 quadras da praça XV de Novembro (Figuras 2.16 e 2.17).

Localizados no centro próximo da praça, outros edifícios que abrigavam atividades de lazer compreendiam a Casa de Diversões Eldorado (1900) e o Cassino Antártica (1910 – 1930), que mantinham programação com artistas nacionais e internacionais; a confeitaria (hoje Pingüim), ponto de negócios e discussões políticas, que se situava no cruzamento das ruas Álvares Cabral e do Comércio, em

frente à praça XV de Novembro; os cinemas Rio Branco, Central (substituiu o Polytheama, incendiado em 1921) e o Ideal (Cione, 1989; Câmara Municipal, op. cit) (Figura 2.18).

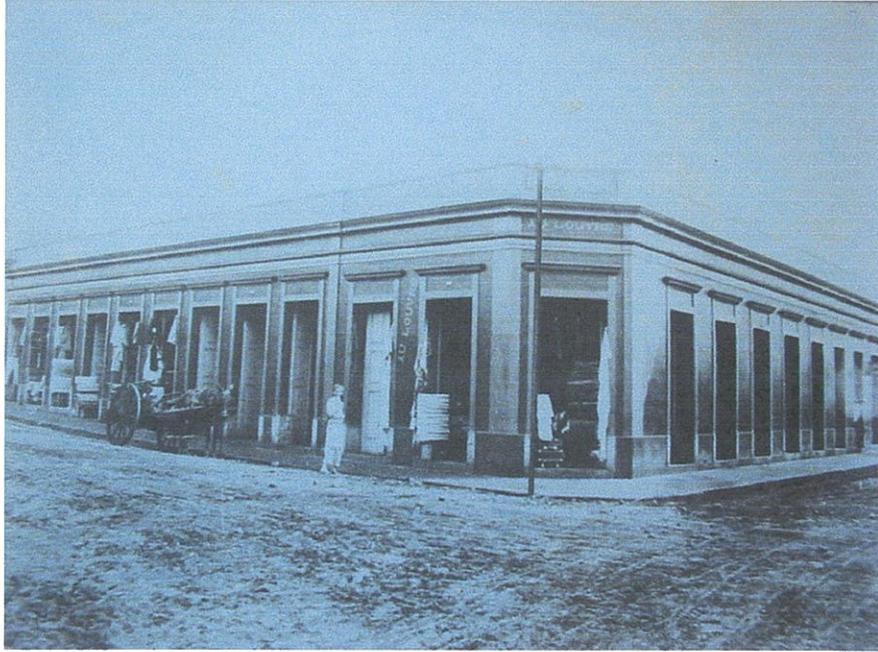


Figura 2.12 - Fachada da loja “Au Louvre” na Rua Duque de Caxias, em frente à Praça XV de Novembro - 1903



Figura 2.13 - Antigo Banco Construtor de Ribeirão Preto - dec. 1910



Figura 2.14 - Palácio do Rio Branco (Câmara Municipal), inaugurado em 1917



Figura 2.15 - Teatro Carlos Gomes, inaugurado em 1897



Figura 2.16 - Projeto da Catedral Metropolitana de Ribeirão Preto - 1902



Figura 2.17 - Palácio Episcopal



Figura 2.18 - Cassino Antártica - 1920

2.1.3 – A segunda expansão e a modernização do centro: de 1920 a 1940

Com o crescimento da atividade comercial e a novas edificações resultando numa disputa pelo espaço do centro, ocorre o deslocamento das camadas de alta renda, para área localizada ao sul. Esse processo de deslocamento das residências leva à mudança de uso, por exemplo, dos seguintes palacetes localizados no centro: o do Dr. Camilo de Matos foi ocupado pela Instituição Moura Lacerda e o do Cel. Joaquim Firmino passou a sediar a Faculdade de Farmácia e Odontologia (Cione, 1994; 362,403). Esse deslocamento responde também às novas exigências, que representavam um novo estilo de morar. O bairro Higienópolis constituiu essa alternativa de moradia, tendo, como atributos, a proximidade do centro, sua localização nas cotas altas e arborização, pela presença de chácaras. Além da proximidade, o bairro é de fácil acessibilidade ao centro, pois o traçado das suas ruas dá continuidade às vias do centro, mantendo as mesmas dimensões das quadriculas.

No período 1920 a 1940, o centro compreende a praça XV de Novembro, a rua Gal. Osório e seu entorno imediato, e áreas adjacentes à estação (Mapa 3). A consolidação desse território se dá através da substituição de antigas construções por edifício de 6 pavimentos e pela ocupação de edifícios desocupados, pelo deslocamento das residências da população de alta renda, para área localizada ao sul, contígua ao centro. Os edifícios construídos no período abrigam as atividades culturais, hotéis, cinemas, escritórios, residências, escolas e hospitais.

A partir da década de 1920, a fisionomia da cidade começa a se transformar, não só com as novas edificações que contrastavam, por suas dimensões e estilos arquitetônicos, com aqueles existentes até então, mas também com a diversificação das atividades centrais e o número de estabelecimentos.

O Quarteirão Paulista e o edifício Diederichsen constituem um dos núcleos simbólicos de maior destaque do centro de Ribeirão Preto. O primeiro foi construído na década de 1920, no auge da economia cafeeira, e o segundo, na década de 1930, no período de crescimento industrial. A localização dos dois conjuntos arquitetônicos, no coração do centro, com suas fachadas principais voltadas para a rua Álvares Cabral, separadas pela rua Gal. Osório, confere

monumentalidade ao centro, onde predominam construções térreas. A concepção dos conjuntos de edifícios explicita o entendimento que os empreendedores tinham sobre o centro de uma cidade moderna, seja pelas atividades diferenciadas que abrigavam em um ou mais edifícios – cultura, lazer, escritórios, hotéis, residência multifamiliar – ou, ainda, pelas soluções arquitetônicas adotadas (Figuras 2.19 e 2.20).

Esses empreendimentos, representando a iniciativa de dois grupos econômicos vinculados à indústria e ao comércio, indicam a entrada destes grupos nas atividades imobiliárias e uma visão inovadora por responder às novas demandas referenciadas em soluções arquitetônicas desenvolvidas nos grandes centros urbanos.

O Quarteirão Paulista tem sua fachada principal voltada para a praça XV de Novembro, prolongando-se nas ruas Duque de Caxias e Gal. Osório. O empreendimento realizado pela Cia. Cervejaria Paulista – indústria de cerveja localizada em Ribeirão Preto - , compreende o Hotel Central, o edifício de escritórios, abrigando, no térreo, a cervejaria e o teatro D. Pedro II. Mesmo formando um conjunto de 2 pavimentos, cada edifício tem características arquitetônicas diferenciadas, motivadas pelas funções que abrigam. O teatro e o edifício de escritórios incorporaram características da arquitetura eclética, enquanto, no hotel, foram adotadas linhas retas.

A Companhia Comércio e Indústria Antônio Diederichsen, empreendedora do edifício Diederichsen, possuía indústrias de fundição e serraria voltadas para atender à lavoura, e máquinas de beneficiar. Possuía, ainda, uma loja de departamentos localizada na rua Saldanha Marinho, entre as ruas São Sebastião e Américo Brasiliense, no setor da estação. Essa loja tinha os seguintes departamentos: setor de comércio onde eram vendidos ferragens, louças e artigos de presentes; eletrodomésticos; automóveis e peças para automóveis; e, no setor de serviços, possuía seção de capitalização, oficina mecânica de automóveis e posto de gasolina (Cia. Diederichsen, 1953).

A crise de 1929 provoca forte impacto na cidade, mas não a paralisa. A diversificação da agricultura, que já vinha acontecendo, amplia-se, e o capital acumulado direciona-se para outros setores. É o caso do setor da indústria e da construção civil, cuja atuação, no centro, é notável. Para a construção do Edifício



Figura 2.19 - Quarteirão Paulista - 1930

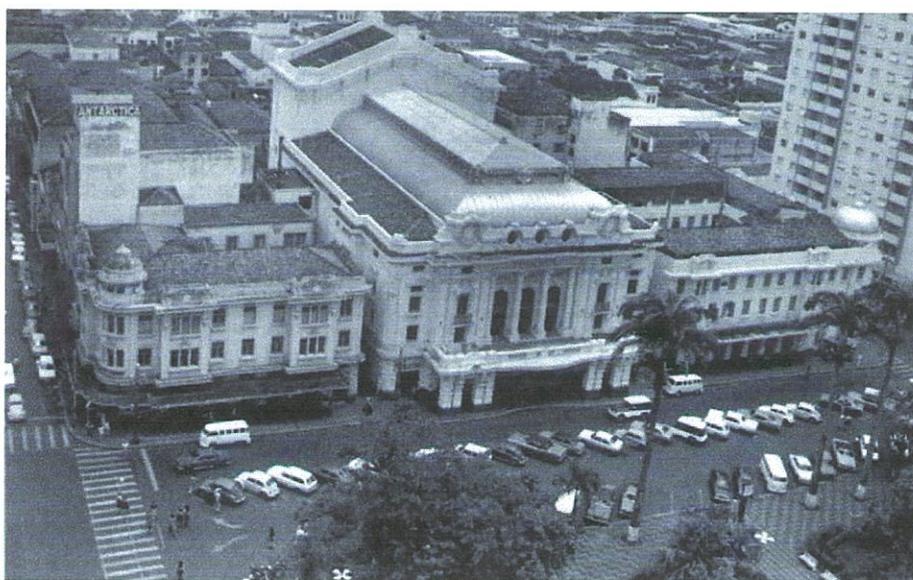


Figura 2.20 - Vista aérea do Quarteirão Paulista - 1930

Diederichsen, adquiriu-se o palacete do Cel. Joaquim da Cunha Diniz, localizado no cruzamento das ruas Álvares Cabral e Gal. Osório, em 1934, que se somou a outro localizado no cruzamento das ruas Álvares Cabral e São Sebastião. No mesmo ano, foi dado o início das obras e a inauguração foi no ano 1937 (Álbum da Construção, 1937). A fusão dos terrenos possibilitou ao Edifício Diederichsen ocupar toda a face da quadra e laterais, com uma frente de 150 m, que se abre para as ruas Gal. Osório, Álvares Cabral e S. Sebastião. Com 6 andares, projetado para uso misto, abriga, no térreo e sobreloja, comércio e 1 cinema; os andares superiores dividem-se em apartamentos e escritórios, e, no último andar, está localizado o hotel. O projeto de arquitetura incorpora influência da arquitetura moderna europeia, do final do século XIX, é um prédio art déco, típico do anos 1930 e 1940 no Brasil (Figuras 2.21, 2.22 e 2.23).

Na década de 1930, a demolição de casarões no centro, é sucedida por outros empreendimentos que, embora não verticalizados, podem ser destacados por seu grande porte. É o caso do Colégio Maria Auxiliadora, Prédio Spadoni e sociedade União dos Viajantes (Cione, op. cit).

O novo loteamento, aprovado em 1923, foi implantado em uma área de chácaras, localizado em cotas mais altas do que as do centro, onde equipamentos coletivos haviam sido implantados, como o Hospital Beneficência Portuguesa, o novo prédio do Ginásio do Estado (1920) (3), a nova sede do Colégio Santa Úrsula (1914), Colégio Episcopal (1920), Estádio da Sociedade Recreativa, que atendiam aos moradores do novo bairro. A subdivisão das chácaras, em lotes com maior área, viabiliza a construção de grandes residências com jardins nos recuos frontal e lateral. Além das residências, foram construídos outros equipamentos: os colégios N. Sr^a. Aparecida, Marista, Seminário Maria Imaculada nos anos 1930, e o hospital São Francisco nos anos 1940. Porto e Bueno (1948), referindo-se a esse bairro, dizem que aí estavam “localizados os mais suntuosos palacetes residenciais”.

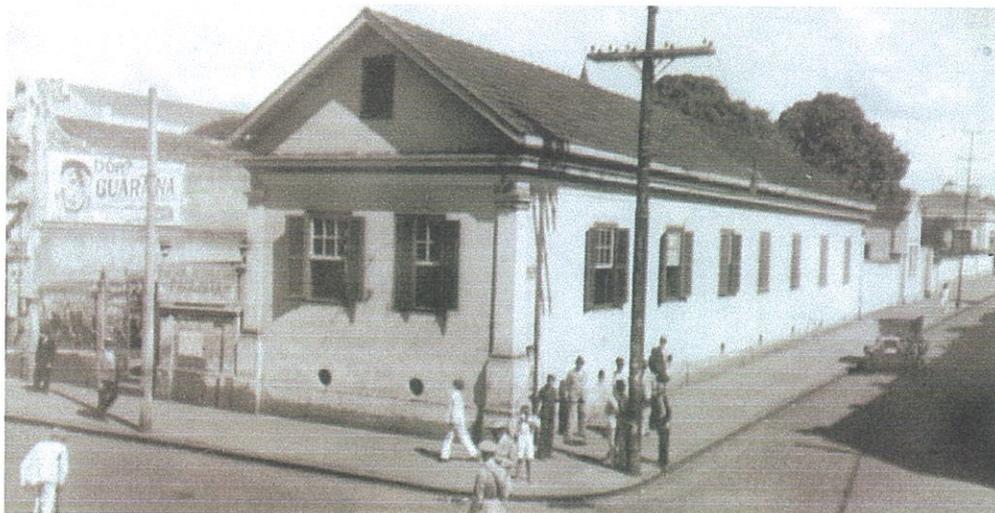


Figura 2.21 - Casa do Cel. Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, esquina da Rua General Osório com Rua Álvares Cabral, antes da construção do Edifício Diederichsen, em frente à Praça XV de Novembro

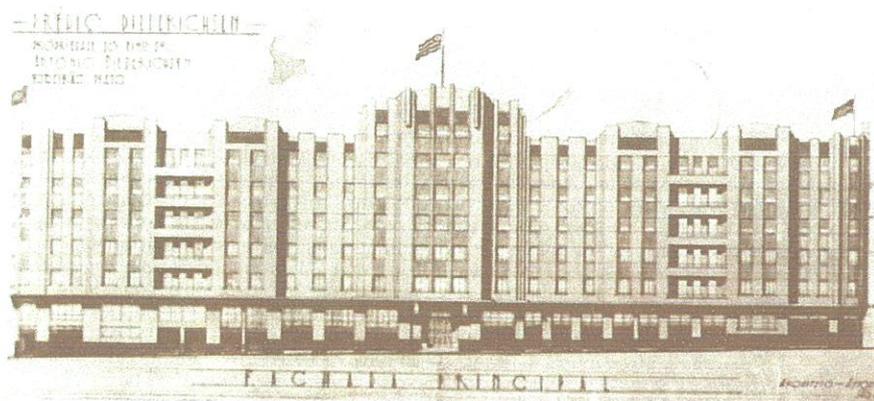


Figura 2.22 - Fachada principal do Edifício Diederichsen - 1934



Figura 2.23 - Construção do Edifício Diederichsen - dec. 1930

2.1.4 – A setorialização funcional do centro de Ribeirão Preto

O processo de expansão do centro de Ribeirão Preto, no período de fins do século XIX a 1940, ocorre associado à formação de 2 setores que se diferenciam pelas atividades que abrigam: o setor da praça XV de Novembro e o setor da estação Mogiana.

A economia urbana é movida pela economia cafeeira e a cidade abriga o segmento comercial dessa economia: o beneficiamento da produção, os insumos necessários ao cultivo, além do comércio e serviços. Parte do capital extraído dessa economia é aplicado nas atividades urbanas, seja no setor imobiliário, nas casas bancárias ou, mesmo, na indústria (Cione, 1989; 119, 466, 467 e Saes, op. cit; 198).

No setor da Praça XV de Novembro e em seu entorno, localizam-se a administração municipal, o Judiciário, teatro, sede de clubes, escolas, comércio, serviços diversificados e residências. A concentração dessas atividades atrai a população, seja pelas festas, encontros, lazer ou compras (Figura 2.24). Nas proximidades da estação, concentravam-se hotéis, pensões, indústria e comércio atacadista (Cione, 1994). Assim, o que caracteriza o entorno da estação é a complementaridade que as atividades aí localizadas estabeleciam com o transporte ferroviário (Mapa 3) (Figuras 2.25).

Nas quadras que confrontam com a praça XV de Novembro e outras, compreendidas entre esta e a praça da Bandeira, localizam-se o comércio de artigos importados, bancos, hotéis, casas de seguro, escritórios e consultórios. No ano de 1936, o Catálogo da Empresa Telefônica Municipal registrou a presença de 3 bancos localizados na rua Gal. Osório – Banca Francesa e Italiana, Banco do Comércio e Indústria e Banco do Brasil - e 3 bancos na rua Álvares Cabral – Banco São Paulo, Banco Comercial do Estado de São Paulo e Banco de São Paulo -, ou seja, os bancos estavam agrupados nas duas faces da mesma quadra.

Importante destacar a existência, nesse período, de três lojas de departamentos, todas localizadas no centro: no setor da praça XV de Novembro, a Notre Dame de Paris, fundada em 1907, vendia produtos importados e localizava-se na rua Amador Bueno, 53; o Grande Bazar Andrade, Batista & Cia, possuía lojas nas ruas Gal. Osório 90,92,94,96 e Amador Bueno 58; e a Casa Brancato, localizada



Figura 2.24 - Rua General Osório, em frente à Praça XV de Novembro - 1920

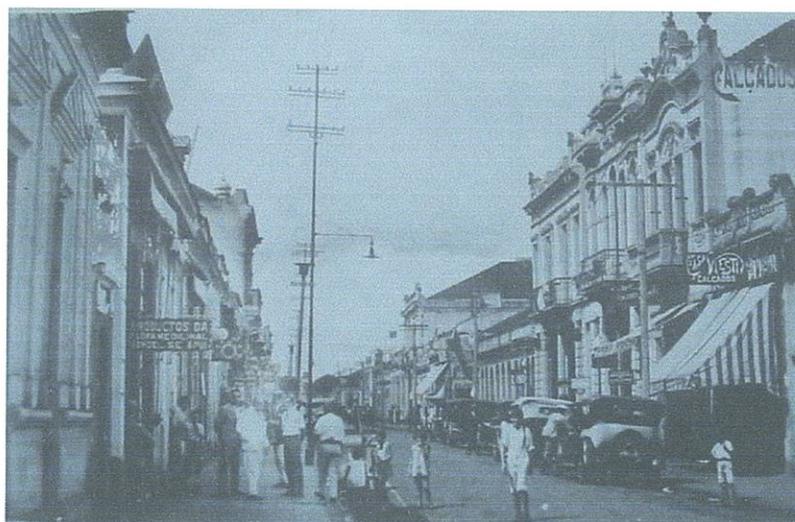


Figura 2.25 - Comércio na Rua Saldanha Marinho - dec. 1930

na rua Gal. Osório 61. A Notre Dame de Paris, no mesmo período, é citada por Villaça (op. cit; 253) e Müller (op. cit; 131) como exemplo de sofisticação do comércio do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Nas quadras localizadas entre a Praça 15 e a Estação da Mogiana, está instalado o comércio diversificado, incluindo artigos para a agricultura, oficinas de móveis, máquinas, padarias, livraria e papelaria (Almanach Ilustrado de R. P.; op. cit).

No setor próximo da estação, localizam-se armazéns, indústrias, depósito de café, comércio de ferramentas, instrumentos para a lavoura, hotéis e pensões. (Gaetani, 1999; 75) As indústrias Cia. Cervejaria Antártica (1911) -, Cia Cervejaria Paulista (1914) e o mercado municipal (1900) estão localizados na Av. Jerônimo Gonçalves, marginal ao córrego e à Praça Francisco Schimidt, onde se localizava a estação da Mogiana (Mapa 3).

Os dados do Almanach Ilustrado de Ribeirão Preto, publicado em 1913, permitem dimensionar o dinamismo e a sofisticação da economia urbana, relacionando os tipos de atividades e o número de unidades.

Entre as atividades comerciais e serviços localizados no centro, destacam-se: agências de negócios (9), agências de seguros (2), agências de bancos (4), capitalistas (8), compradores de café (18), hospedarias (6), hotéis (6), lojas de fazendas e armarinhos (23), restaurantes (10), alfaiates (34), afinadores de pianos (2), consertador de instrumentos musicais (1), guarda-livros (15) (Almanach Ilustrado de R. P.; op. cit).

As atividades culturais e recreativas localizadas no centro compreendiam: 8 associações recreativas literárias, 5 associações recreativas, 8 associações beneficentes, 2 teatros, 1 cassino e 3 cinemas, além de quatro jornais que tinham circulação diária, 2 semanários e outros pequenos periódicos (Cione, 1989; Valadão op. cit).

Desde o início da formação da cidade, o comércio e a habitação compartilhavam a mesma edificação no centro, seja na forma de anexos, comércio, na frente, e residência, no fundo do lote, ou mesmo sobrados, com a habitação no primeiro andar.

Na pesquisa realizada por Gaetani (1999), que compreende o período 1915 a 1945, o autor identifica, já no começo do século, a presença, numa mesma quadra

área compreendida no entorno da praça XV de Novembro, de edificações comerciais e habitacionais de diferentes padrões e portes. Esta afirmação nos permite afirmar a inexistência de uma setorização social no centro, neste período.

Segundo o autor “As casas térreas de baixo e médio padrão eram sempre alinhadas ao passeio, com uma das laterais sobre a divisa do terreno.” O recuo lateral utilizado como entrada foi comum na década de 20, quando a dimensão foi aumentada para permitir a entrada de carros (em média 2.30 m).

A implantação da moradia de padrão alto, principalmente do tipo sobrado, fazia-se com recuos frontais maiores e, dependendo da área, implantava-se a casa no centro do terreno. Nesses recuos, implantavam jardins e, a partir dos anos 20, o espaço era utilizado para carros” (Gaetani, op. cit; 80).

As praças XV de Novembro e 13 de Maio, por se caracterizarem como espaços nobres da cidade, abrigavam as residências da burguesia agrária e comercial. Na primeira, localizavam-se os palacetes do Dr. Camilo de Matos, Innechi, e Cel. Francisco Junqueira, além de abrigar atividades comerciais e serviços. E na segunda, espaço residencial, estavam situados os palacetes Cel. Joaquim Firmino, Shimidt e Cel. Domingos V. de Andrade (Cione, 1992; 362 e Sá Manaia & Cia op. cit; 94) (Figura 2.26).



Figura 2.26 - Ao fundo Palacete Inecchi e, em primeiro plano, a sede da Sociedade Recreativa inaugurada em 1908, em frente à Praça XV de Novembro

2.1.5 - As intervenções urbanísticas: embelezamento, saneamento e abertura de vias

As intervenções urbanísticas realizadas nas cidades brasileiras, no período 1895-1930, caracterizam-se por melhoramentos e embelezamentos. O fato de as epidemias atingirem as cidades colocou o saneamento como ação prioritária. Portanto, os melhoramentos urbanos realizados são relativos ao projeto e à implantação de obras de infra-estrutura; aos projetos de ajardinamento de praças e parques, além do estabelecimento da legislação urbanística. Os melhoramentos específicos para as áreas centrais expressam-se nas construções dos prédios da administração pública e escolas, no ajardinamento e embelezamento das praças. Essas intervenções já não se realizam ao acaso, mas seguem o estabelecido nos projetos (Leme, 1999; 22, 24).

Estas características que são reveladas nos estudos de pesquisadores, sobre diferentes cidades brasileiras, podem ser observadas também no centro de Ribeirão Preto, no período de fins do século XIX a 1940. Ou seja, as ações desenvolvidas, na cidade, tiveram as mesmas referências dos projetos desenvolvidos em outras cidades brasileiras, no período, que, por sua vez, expressavam influências do urbanismo e arquitetura europeus. Essas obras incluem saneamento dos córregos Ribeirão Preto e Retiro Saudoso, que margeiam o centro; urbanização de praças, principalmente da XV de Novembro que neste período, passou por diversas reformas, e implantação de 4 avenidas que delimitam a área onde está localizado o centro.

O relato de viajantes que visitavam Ribeirão Preto, na década de 1890, descreve a cidade como local de poeira e lama. Essa situação altera-se, no centro, a partir das obras de urbanização que se iniciam em 1897, com canalização da água, instalação da luz elétrica, implantação da rede de esgoto e pavimentação, no ano de 1903. A Rua Gal. Osório é calçada com paralelepípedos e as demais ruas do centro são pavimentadas com macadame (mistura de brita e saibro, com espessura de 30 cm) (Câmara Municipal de R. P., op. cit).

As intervenções urbanas realizadas na década de 1920 deram uma nova dimensão à cidade. Na administração do Prefeito João Rodrigues Guião (1920-

1923), entre as obras de remodelação da cidade, realizou-se: a substituição do calçamento de macadame por paralelepípedo, na reforma da praça XV de Novembro, e a implantação de novas praças e ruas (Cione, 1994; 129) (Figura 2.27).

Motivado por disposições do governo federal, que exigia que todas as cidades realizassem obras em comemoração ao centenário da independência do Brasil (1922), o governo municipal projetou uma avenida perimetral. A avenida planejada não foi implantada, mas, em substituição, foram implantadas quatro avenidas que delimitaram a área reconhecida como quadrilátero central. Com traçado quase idêntico ao da perimetral projetada, as avenidas Jerônimo Gonçalves, Francisco Junqueira, Independência e 9 de Julho delimitam a área que compreende o centro, o bairro Higienópolis e o setor constituído como prolongamento do centro, com a continuidade das ruas e mesma dimensão das quadras. Importante salientar que as avenidas Jerônimo Gonçalves e Francisco Junqueira tangenciavam parte do centro. Na implantação dessas duas avenidas, que margeiam os córregos Ribeirão Preto e Retiro Saudoso, respectivamente, foram realizadas obras de canalização e retificação dos rios (Migliorini, 1997; 86). Na avenida Jerônimo Gonçalves, com largura de aproximadamente 32 m, margeando o córrego, foram construídas muretas com balaústres e plantadas 2 fileiras de palmeiras imperiais, nos anos 1925 e 1927, respectivamente. Na avenida Francisco Junqueira, com largura aproximada de 36 m, margeando o córrego, foram plantados vários tipos de árvores de grande porte. Nas avenidas 9 de Julho, com aproximadamente 22 m de largura, foram plantadas cibipirunas, e, Independência, com a mesma largura, no canteiro central foram plantadas várias espécies de árvores de grande porte. Essas quatro avenidas viabilizaram a ligação dos diversos setores da cidade, independentemente do centro, assumindo a função de distribuição do tráfego.

A praça da República, construída em 1913, localizada em Niterói, projeto dos arquitetos Emilio Tessain (francês) e Pedro Campofiorito (italiano), constitui uma referência pelo seu estilo italiano com influência francesa, que adota a “composição cartesiana, traçados geométricos precisos e caminhos ao longo de eixos cruzados. Seus canteiros são baixos alinhados com ervas e arbustos dispostos em padrão simples e simétrico. As árvores são de baixo porte, sempre aparadas”.

No centro da praça foi colocado um monumento de bronze comemorando “O Triunfo da República” (Leme, op.cit; 279).



Figura 2.27 - Praça XV de Novembro já urbanizada e com traçado geométrico - dec. 1920

Na última remodelação da praça XV de Novembro, realizada nos anos 1937 e 1938, no governo do Prefeito Dr. Fábio de Sá Barreto (1937-1943), foi implantado o traçado geométrico dos caminhos, de forma simétrica, convergindo para 2 pontos da praça, onde foram construídos uma fonte luminosa e um monumento de bronze ao Soldado Constitucionalista. Os arbustos eram mantidos baixos, podados em formas geométricas, acompanhando os desenhos dos canteiros. Também foram reformadas as praças Camões e 7 de Setembro, localizadas no Bairro Higienópolis, e reorganizado o Bosque Municipal, com a instalação do zoológico, localizado no bairro Campos Elíseos. Além das obras mencionadas, o plantio de árvores se destaca entre as ações promovidas pela administração municipal (Miranda, 1979).

2.2 – Expansão, setorização funcional e setorização social: de 1940 ao final dos anos 1960

2.2.1 – O crescimento industrial e a proliferação de loteamentos

A região de Ribeirão Preto, no período 1940-1960, era a 2ª em importância agrícola do Estado de São Paulo e destacava-se por sua rede de cidades. A economia brasileira e, particularmente, a paulista, passa por grandes mudanças, principalmente a partir de 1956, com o Plano de Metas do Governo JK, que definiu políticas de desenvolvimento da indústria pesada. Esse fato tem como consequência a subordinação da agricultura à acumulação industrial, que se expressa por meio da tecnificação e quimificação da produção agrícola (Negri, op. cit).

A industrialização desenvolvida nos anos 1930, até meados dos anos 1950, na região de Ribeirão Preto, restringia-se ao processamento dos produtos agrícolas cultivados na região. Com o Plano de Metas, implanta-se a indústria metal-mecânica, que produz os meios de produção para o cultivo agrícola e para a agroindústria que se instala em Ribeirão Preto, Sertãozinho e Matão. A nova dinâmica, própria do capital industrial, provoca profundo impacto no urbano, com a complexificação dos insumos e serviços exigidos pela nova produção. Provoca mudanças, também, na estrutura social da região, com o crescimento da classe média, que se constitui com significativo peso político (Negri, op. cit).

A criação do Campus de Ciências Médicas da USP, na década de 50, significou um marco no desenvolvimento da educação pública e a constituição de um centro médico de atendimento à população, que extrapola a região polarizada por Ribeirão Preto. O campus foi implantado na fazenda onde funcionava a Escola Prática de Agricultura, construída em 1934, localizada a uma distância aproximada de 2 km do centro, no vetor de expansão Oeste (Figura 2.28).

Os anos 1940, 1950 e 1960 marcam o grande aumento de empregos urbanos na região de Ribeirão Preto, com crescimento de 12,6%, nos anos 1940; de 14,7%, nos anos 1950; e de 14,1%, nos anos de 1960. A criação de empregos no setor terciário foi de 10,6%, 16,0% e 14,6% nas décadas de 1940, 1950 e 1960,

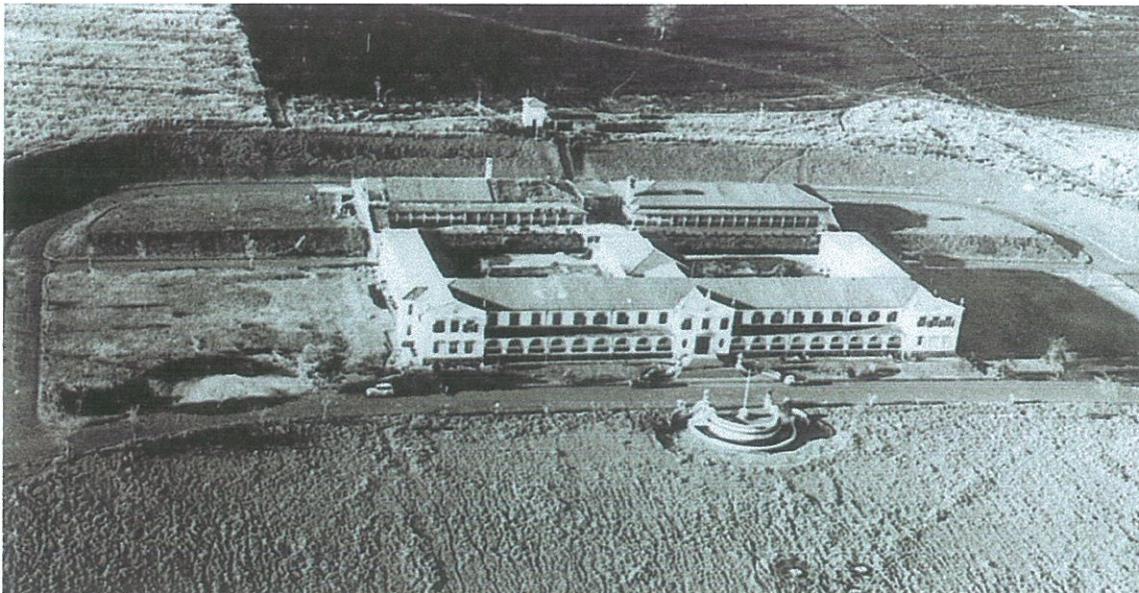


Figura 2.28 - Vista aérea da Faculdade de Medicina - 1952

respectivamente. Note-se o crescimento do emprego, no setor terciário, superior ao total dos empregos criados nos anos 1950 e 1960.

O município de Ribeirão Preto não acompanha a dinâmica populacional da sua região, que decresceu 4,2%, entre 1920-1940, e 2,4%, entre 1940-1950. (Semeghini, 1992; 161) Ao contrário, sua população cresce 15,5% nos anos 1940, passando de 79.771 hab., em 1940, para 92.160 hab., em 1950. Nesse mesmo período, o crescimento da população urbana é de 34,8%, totalizando 46.946 hab., em 1940, e 63.312 hab., em 1950. Como parte do mesmo processo, a população rural do município diminui em 23,1%. (IBGE, 1940 / 1950).

O censo de 1940 registra o fato de a população do distrito sede concentrar-se majoritariamente na cidade. Nesse ano, a sua taxa de urbanização é de 71,8%, chegando a 81,7%, em 1950. Esse contingente populacional coloca uma série de demandas, que incluem desde habitação até infra-estrutura urbana, serviços públicos e trabalho. Segundo este último mesmo censo, a PEA, no município de Ribeirão Preto, apresenta a seguinte distribuição: setor primário, 53,3%, setor secundário, 14%, e setor terciário, 32,7%. Importante destacar a liderança ainda do setor primário na absorção da mão-de-obra, apesar da elevada taxa de urbanização, e a proporção elevada da presença do setor terciário (IBGE, 1940, 1950) (Tabela 3).

Tabela 3: População economicamente ativa do município de Ribeirão Preto - de 1940 a 1991

Ano	Setor Primário		Setor Secundário		Setor Terciário		Total da PEA	
	Nº. Abs.	%	Nº Abs.	%	Nº Abs.	%	nº Abs.	%
1940	13.918	53,3	3.653	14,0	8.554	32,7	26.125	100,0
1950	10.208	29,1	9.308	26,5	15.559	44,4	35.075	100,0
1970	8.579	12	18.096	25,5	44.296	62,4	70.971	100,0
1980	7.125	4,8	36.597	24,4	106.177	70,8	149.899	100,0
1991	5.625	3,1	46.328	25,8	127.518	71,1	179.471	100,0

Fonte: IBGE. 1940, 1950, 1970, 1980 e 1991

O setor imobiliário, respondendo ao crescimento populacional, aprovou, no período 1940-1970, 185 loteamentos, representando uma grande expansão da área urbana. Na década de 1950, foi aprovado o maior número, totalizando 122 loteamentos, ou seja, 66% do total dos projetos. Esses loteamentos estão distribuídos em todas as regiões da cidade. Importante destacar que, na década de 1940, foi aprovado o loteamento Jardim Sumaré e foi lançado o Alto da Boa Vista,

aprovado em 1987 (Magalhães, op. cit). Os dois loteamentos, formando uma única grande área urbanizada, destinavam-se às camadas de alta renda e estavam localizados na área mais valorizada da cidade, no vetor Sul, em área adjacente à avenida 9 de Julho, portanto davam continuidade ao bairro Higienópolis. Outro aspecto importante eram seus atributos, divulgados por Porto e Bueno (op. cit): área localizada em cotas mais altas em relação ao centro, oferecendo vistas bucólicas; tranqüilidade garantida por se tratar de uma área exclusivamente residencial e seu traçado viário moderno, com largas avenidas. A avenida Independência foi prolongada no loteamento, constituindo a principal via de ligação do bairro com o quadrilátero. No ponto mais alto do bairro, essa avenida cruza com a avenida Prof. João Fiúza, onde foi projetada uma grande rotatória (Figuras 2.29 e 2.30).

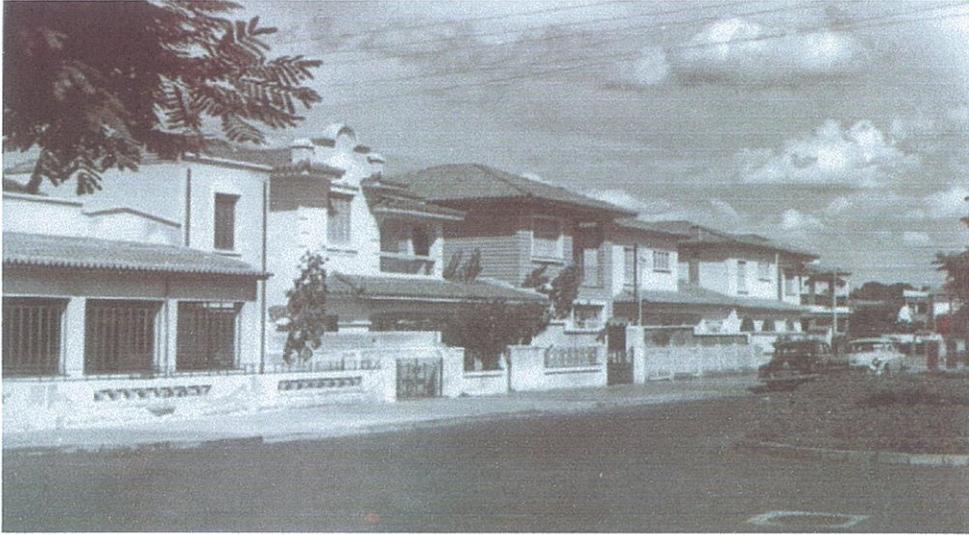


Figura 2.29 - Avenida 9 de Julho - 1956



Figura 2.30 - Vista panorâmica dos bairros Sumaré, Jardim América, Alto da Boa Vista

2.2.2 – O Plano Diretor de José de Oliveira Reis, de 1945

É o primeiro plano que trata a cidade toda. Como vimos no período anterior, era o centro que reunia a maioria das atividades de comércio, serviços, administração pública e lazer.

Tendo como referência o crescimento populacional que ocorre nos anos 1930 e início dos anos 1940, o Prefeito Alcides de Araújo Sampaio (3/5/1944 a 20/11/1944) convidou o Engenheiro Urbanista José de Oliveira Reis para elaborar o Plano Diretor para Ribeirão Preto. O plano, concluído no ano seguinte, na administração de Luiz Gomes de Mattos, não chegou a ser implementado, mas deixou registrado o diagnóstico do quadro urbano, além de propostas urbanísticas inovadoras para a cidade. Ao expor as diretrizes para o Plano Diretor, Reis enfatizou que as mesmas deveriam ser adaptadas às condições locais, tendo como referência os condicionantes “físicos, técnicos, econômicos, financeiros ou sociais” (Reis, 1945).

Suas propostas se direcionavam para as áreas não urbanizadas e de expansão urbana, não alterando o espaço da cidade já consolidado. A única mudança estrutural compreendia o deslocamento da estação ferroviária, localizada no centro, para a área limítrofe da Vila Tibério com o bairro Barracão.

Entre suas propostas para o crescimento urbano, indica a necessidade de se ter uma cidade mais compacta, evitando-se a formação dos vazios urbanos, por ele identificados. Chamava a atenção do poder municipal para seu papel fiscalizador, evitando a aprovação dispersa de loteamentos, e, conseqüentemente, a formação de vazios urbanos (Reis, op. cit).

Os projetos propostos pelo autor, para a área de expansão urbana, indicam o interesse em criar áreas diferenciadas, e, através do desenho urbano, criar identidade própria a cada bairro. As vias principais da cidade deveriam contornar o bairro, de forma a manter sua interioridade e manutenção de grandes espaços verdes. Esses espaços ao mesmo tempo em que impõem uma monumentalidade ao espaço público, constituem um eixo de simetria ao traçado do loteamento. As superquadras, destinadas às habitações, deveriam abrigar os edifícios em seu perímetro, liberando o centro da quadra para área de convivência. Este aspecto é inovador na medida em que o enfoque adotado tem clara preocupação com o meio ambiente e qualidade de

vida urbana. Essa proposta utiliza os mesmos princípios adotados por Agache, para o Rio de Janeiro, quando propõe o modelo de ocupação da quadra fechada (Reis, 1955).

A proposta para a ampliação do dimensionamento do aeroporto, com vistas a pousos de aviões de grande porte, sinalizando o papel polarizador de Ribeirão Preto, dá ao projeto uma visão prospectiva.

Oliveira Reis propõe um zoneamento, dividindo a cidade em oito zonas, respeitando os processos em curso, ou seja: ao Sul e Sudeste, zona residencial 1, destinada às camadas de maior renda; a Nordeste, zona residencial 2, destinada às camadas de média renda; e a oeste, zona residencial 3, destinada aos operários, junto da zona industrial (Reis, 1945) (Mapa 4).

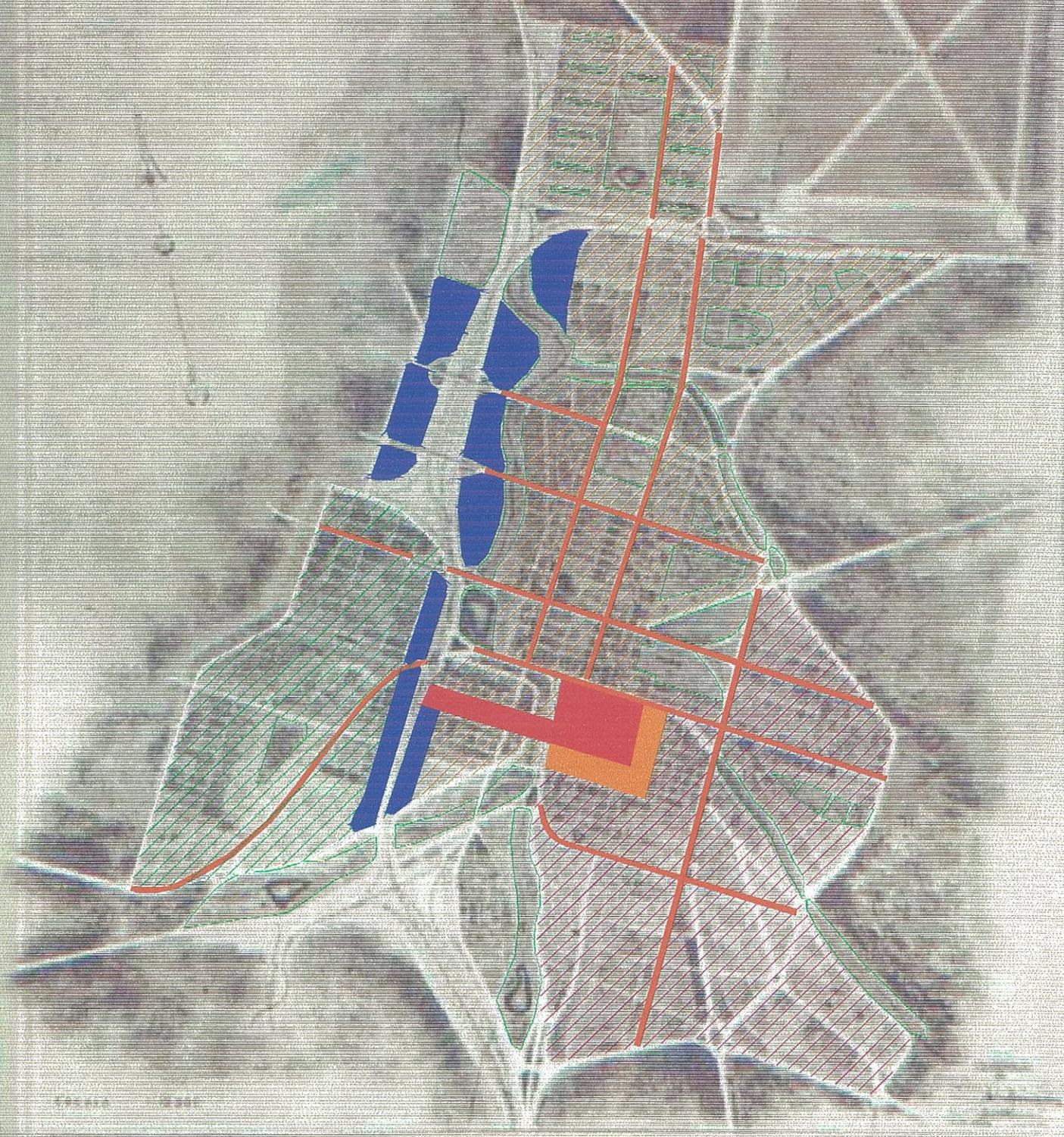
A zona comercial foi dividida em 2 categorias: zona comercial 1 (ZC1), compreendendo o centro e a área de expansão do centro em direção à nova localização proposta para a estação da Mogiana, situada na divisa da Vila Tibério com o bairro Barracão; e zona comercial 2 (ZC2), compreendendo as áreas limítrofes a ZC1 e as quadras ao longo das ruas radiais e transversais, criando eixos comerciais, onde se localizaria o comércio de atendimento aos bairros. (Reis, op. cit) Esta proposta objetivava manter a interioridade dos bairros, delimitando áreas de comércio e residência e consolidava a presença do comércio ao longo da avenida da Saudade e das ruas Luís Barreto e Capitão Salomão, registrado no cadastro de empresas realizado em 1948 (Porto e Bueno, 1948).

Na delimitação da zona industrial, considerou o baixo custo dos terrenos, a proximidade das vias férreas o distanciamento das zonas residenciais, não muito longe do centro comercial, e a jusante dos ventos dominantes. Criou a zona de especificações diversas, para atender situações imprevisíveis o que “dependerá de fatores indicados pelo desenvolvimento e tendências da cidade”. Finalizando o zoneamento, a área que estivesse além da perimetral externa, constituía a zona agrícola ou rural (Reis, op. cit).

Oliveira Reis propõe a hierarquização do sistema viário, visando disciplinar o trânsito no interior da malha urbana. A estrutura proposta para abrigar 400 mil habitantes era delimitada por uma via perimetral externa.

O sistema viário proposto compreendia vias radiais, perimetrais, transversais e locais, respeitando-se o traçado das vias implantadas. Assim, a perimetral interna

RIBEIRÃO PRETO
ESTADO DE S. PAULO
ESQUEMA DO PLANO DIRETOR



LEGENDA: ZONEAMENTO

MAPA 4

-  Zona Comercial 1ª categoria
-  Zona Comercial 2ª categoria
-  Zona Industrial

-  Zona Residencial
-  Zona Residencial 2
-  Zona Residencial 3

-  Praças e Parques

é formada pelas avenidas que delimitam o quadrilátero (Jerônimo Gonçalves, Francisco Junqueira, Independência e 9 de Julho). O prolongamento dessas avenidas, incluindo a Av. Saudade, R. Luís Barreto, mais as 5 novas vias que seriam implantadas na área de expansão urbana, totalizavam 11 vias radiais. As avenidas transversais propostas, cuja função é a de ligação entre bairros, são as ruas Capitão Salomão, Pernambuco e Paraguai. Propunha-se, ainda, a implantação de “parkways”, ao longo dos parques propostos nos vales dos córregos Ribeirão Preto, Retiro Saudoso e Tanquinho (Mapa 5).

Os parques tinham o objetivo de “amenizar o clima, criar uma reserva florestal, sanear as várzeas com um mínimo de despesas e a criação de parkways”. (Reis, op. cit) Ainda sobre a criação de áreas verdes, Reis propunha triplicar a área do bosque Municipal, mas, infelizmente, prevaleceu a lógica do capital imobiliário e a gleba prevista para a ampliação foi loteada.

O Plano Diretor de Oliveira Reis, ainda que não tenha sido aprovado, vai influenciar as propostas elaboradas nas décadas seguintes. As vias radiais propostas foram implantadas e a sua transformação em corredores comerciais se concretizou.

Reis seguiu os mesmos preceitos urbanísticos dos planos elaborados no período 1930-1950. Esses planos tinham, por objetivo, o conjunto da área urbana, e propunham: um sistema de vias e de transporte que integrasse os diversos bairros, o centro e a área de expansão urbana; a divisão do espaço urbano em zonas; e a institucionalização de órgão de planejamento na estrutura administrativa das prefeituras (Leme, op. cit; 25).

As concepções urbanas de Reis, expressas nas suas propostas, têm como referência os planos propostos e as intervenções urbanas que estavam sendo implementadas nas capitais brasileiras, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo, somando ainda os debates sobre as questões urbanas que estavam presentes nos congressos e revistas especializadas e a participação, nesse debate, dos urbanistas franceses e norte-americano – Agache, Le Corbusier, Le Bret, Bardet, Moses.

Na exposição de seu plano, Reis propôs a institucionalização do planejamento municipal, com a criação de uma comissão, órgão técnico, ou departamento, para desenvolver o plano para a cidade. A proposta de envolver a sociedade civil, no debate das questões urbanas, era defendida por Luís Inácio



LEGENDA : SISTEMA VIÁRIO

MAPA 5

 VIAS PERIMETRAIS

 VIAS RADIAIS

 VIAS TRANSVERSAIS

Romero de Anhaia Mello, desde os anos 1920, tendo, como referência, a experiência norte-americana de planejamento da cidade de New York (Feldman, 1997; 668).

Na visita que faz a Ribeirão Preto, em 1955, Reis critica as soluções de continuidade das vias existentes nas áreas de expansão urbana e reafirma a proposta contida no Plano Diretor, em que estabelece um “sistema de vias arteriais de caráter periférico às super quadras, dentro das quais seriam projetadas as unidades de vizinhança (neighborhood unit – unité de voisinage)”. Essa proposta teve como paradigma as propostas dos urbanistas norte-americanos Clarence S. Stein e Henry Wright para Radburn, localizada no Município de Fairlawn, Estado de Nova Jersey, e Clarence Perry para os subúrbios de Nova York .

Stein e Wright definem a unidade de vizinhança como local de moradia, excluindo a atividade de trabalho. Esta proposta constitui uma alternativa à metrópole, valoriza a habitação junto aos parques, criando uma ambientação próxima à natureza. A circulação dos pedestres seria através destes parques, totalmente independente da circulação de veículos, garantindo segurança no deslocamento das crianças até a escola e equipamentos de lazer. O subúrbio é dividido em Unidades de Vizinhança, que tem escola no centro das superquadras. Essas unidades são definidas a partir do raio de atendimento das escolas, considerando a distância a ser percorrida pelas crianças, da habitação até a escola (Stein, 1951). O subúrbio não contempla o isolamento em relação a outros bairros; o seu traçado hierarquizado, criando interioridade própria às super quadras, prevê vias expressas que interligam com outras áreas da cidade, tendo o carro como meio de transporte.

Os loteamentos existentes em 1945 ocupavam áreas de cotas mais altas, e os vales não tinham sido ocupados, o que motiva Reis a propor a implantação dos parques de fundo de vale, delimitada pelas “parkways”, visando amenizar a temperatura e baratear o saneamento necessário às áreas alagadiças. Esse conjunto de quesitos demonstrava a preocupação de Reis com a funcionalidade, a estética e o saneamento das cidades, que estavam presentes no Plano Diretor de Alfred Hubert Agache, para o Rio de Janeiro, elaborado no período 1926 a 1930, denominado plano de remodelação e embelezamento (Leme, op. cit; 361, 162). A influência de Agache

deve-se ao fato de Reis como funcionário público do então Distrito Federal, ter participado da Comissão do Plano Diretor, em 1936, da revisão do plano de Agache.

2.2.3 – A expansão do centro e a dupla setorização: social e funcional

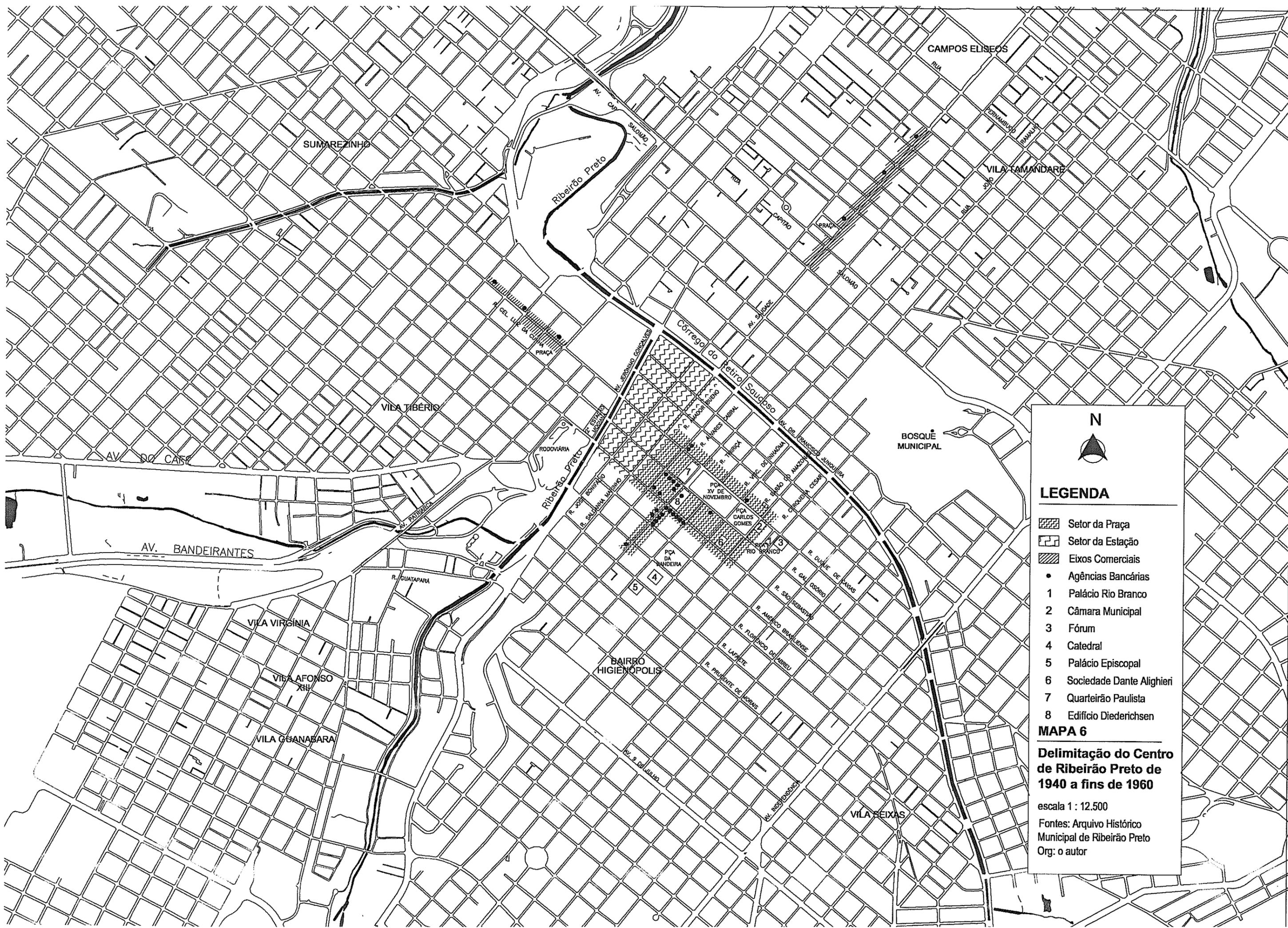
O centro, em 1940, se caracterizava pela setorização funcional. No setor da praça XV de Novembro, localizavam-se o comércio e serviços diversificados, as atividades de lazer e cultura, os órgãos públicos, agências bancárias, a sede da Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto e o único edifício de 6 andares. O setor da estação Mogiana abrigava o comércio atacadista, indústrias e atividades correlatas com a ferrovia.

As mudanças que ocorrem no centro, nas décadas de 1940-1960 são marcadas pelos processos de expansão e setorização que assumem características diferenciadas do ocorrido nos anos anteriores a 1940. A setorização, no período anterior, caracterizava-se fundamentalmente pelo tipo de atividade. Já nos anos 1940-1970, a setorização é marcada também pela diferenciação do atendimento às diversas classes sociais, ou seja, setores de comércio e serviços voltados para atender às camadas de menor renda e outros setores que atendem às camadas de alta renda.

A expansão do setor da praça XV de Novembro, neste período, representou a incorporação de poucas quadras ao núcleo anterior. Confrontando com a área que o setor ocupava no período até 1940, conclui-se que foram incorporadas aproximadamente 2 quadras em cada um dos vetores Sul e Leste, no entorno da praça XV de Novembro. Esse setor caracterizava-se por abrigar as atividades de intermediação financeira, serviços prestados principalmente a empresas, consultórios médicos e odontológicos, estabelecimentos de ensino, comércio sofisticado, lojas de departamentos, teatro, clubes, associações culturais, cinema, restaurantes, lanchonetes, cafés etc. (Mapa 6) (Reis, op. cit; Porto e Bueno, op. cit).

A área ocupada pelo setor da estação, no período de 1940 a 1970, também teve pouco crescimento. Sua mudança mais significativa foi o crescimento do comércio popular diversificado. Esse fato tornou-se a característica principal do setor., seguido do comércio atacadista e indústrias (Reis, op. cit; Porto e Bueno, op. cit).

Em 1948, o centro (setor da praça e estação) de Ribeirão Preto abrigava 74,8% do total das atividades dos setores de comércio e indústria, consolidando posição destacada na cidade. Os outros dois núcleos comerciais localizados nos



LEGENDA

-  Setor da Praça
-  Setor da Estação
-  Eixos Comerciais
- Agências Bancárias
- 1 Palácio Rio Branco
- 2 Câmara Municipal
- 3 Fórum
- 4 Catedral
- 5 Palácio Episcopal
- 6 Sociedade Dante Alighieri
- 7 Quarteirão Paulista
- 8 Edifício Diederichsen

MAPA 6
Delimitação do Centro de Ribeirão Preto de 1940 a fins de 1960

escala 1 : 12.500
 Fontes: Arquivo Histórico Municipal de Ribeirão Preto
 Org: o autor

bairros abrigavam apenas 22,3% do total das empresas. No Bairro Campos Elíseos, localizado a Nordeste, localizavam-se 13,7% das empresas, e na V. Tibério, localizada a Noroeste, 8,6%: ainda que indiquem uma tendência de descentralização das atividades, não chegam a competir com o centro. Os bairros Jd. Paulista, Retiro, V. Virgínia, República, Tanquinho, V. Seixas, e Barracão têm participação inexpressiva, conforme levantamento realizado por Porto e Bueno, em 1948 (Tabela 4).

Entre as atividades que estão localizadas no centro, temos a seguinte classificação de acordo com sua participação no rol geral das atividades: lojas especializadas (42,2%); indústrias (14,3%); outros serviços coletivos e pessoais (10,9%); alimentação (8,8%); produtos alimentícios (8,5%); serviços prestados principalmente às empresas (7,9%); tecidos e calçados (5,7%); saúde e serviços sociais (5,5%). (Tabela 2) Essas atividades concentram-se, especialmente, nas ruas Saldanha Marinho (16,6%), Gen. Osório (15,5), São Sebastião (9,5%), Tibiriçá (9,0%), Álvares Cabral (8,0%), José Bonifácio (6,0%), Américo Brasiliense (4,1%), Mariana Junqueira (2,8%), Visc. de Inhaúma (2,8%). (Porto e Bueno, op. cit) A maioria dessas empresas localizava-se no setor da praça XV de Novembro.

As indústrias não localizadas no setor da estação dividiam-se entre os bairros Campos Elíseos, que abrigava 39,1%, e a V. Tibério, com 23,3%.(Tabela 2)

O período de 1940 ao final dos anos 1960 é particularmente importante para Ribeirão Preto, por corresponder ao grande crescimento experimentado pela cidade. Esse crescimento, que foi parte do novo desenvolvimento econômico, ancorado na agroindústria e na indústria metal-mecânica, colocou uma nova dimensão para as questões urbanas.

Foram implantados numerosos loteamentos, em todos os setores da cidade, demarcando um modelo de crescimento horizontal de baixa densidade, que se mantém até a atualidade. A partir dos anos 1960 registra-se o processo de verticalização no centro, voltado principalmente, para a habitação.

O desenvolvimento econômico e o crescimento populacional motivam o crescimento da demanda por produtos e serviços, que elegiam o centro para se localizarem, pois, neste período, era o local privilegiado pelo comércio, serviços, lazer, tornando-o o único espaço de convergência de toda a cidade.

Tabela 4: Participação das empresas em 1948 - Ribeirão Preto

Atividades	Centro	C. Eliseos	V. Tibério	J. Paulista	Retiro	V. Virgínia	República	Tanquinho	V. Seixas	Barracão	Total
Saúde e Serviços Sociais	90	5%	8	2,7%	1	0,5%	3	21%	2	8%	104
Ensino	31	2%	3	1,0%	2	1,1%					36
Intermediação Financeira	28	2%					1	7%			29
Serviços Princ. Empresas	129	8%	5	1,7%	2	1,1%			1	4%	137
Obras de Const. Civil	17	1%	1	0,3%	1	0,5%					19
Transp. Armaz. e Comunic.	30	2%	16	5,4%	4	2,1%					52
Manut. e Repar. de Veículos	32	2%	9	3,0%	4	2,1%					46
Outros Serv. Colet. Pessoais	179	11%	23	7,7%	22	11,6%					229
Lazer	20	1%	5	1,7%	3	1,6%				1	31
Alojamento	45	3%	1	0,3%							47
Alimentação	145	9%	49	16,4%	41	21,7%	2	14%	2	8%	252
Prod. Alimentícios	139	8%	35	11,7%	35	18,5%	3	21%	4	16%	252
Tecidos / Calçados	93	6%	8	2,7%	8	4,2%					111
Lojas Especializadas	396	24%	15	5,0%	16	8,5%	2	14%	3	12%	434
Supermercado / Açougue	16	1%	4	1,3%	4	2,1%					24
Atacadistas	15	1%			2	1,1%					18
Indústria	234	14%	117	39,1%	44	23,3%	2	14%	7	28%	406
TOTAL	1.639	100%	299	100,0%	189	100,0%	14	100%	25	100%	2.200

FONTE: PORTO, Sebastião e BUENO, Rubens Ribeiro (1948). "Roteiro de Ribeirão Preto - Cidade Padrão de Progresso no Coração do Brasil".

Fruto do desenvolvimento econômico, concentrador de renda, as diferenças sociais se acentuam, refletindo na segregação sócio-espacial da cidade. O crescimento que já espelhava a segregação social, ao dividir a cidade nos vetores Sul e Sudeste, abrigando os bairros das camadas de alta renda, e no quadrante Norte e Oeste, as camadas de média e baixa renda, também se expressa no centro, com a separação do comércio de luxo e popular.

No final dos anos 1960, o centro, que se caracteriza pela separação das atividades voltadas às classes altas daquelas voltadas às classes populares., com a formação do setor de comércio e serviços de luxo, no setor na praça XV de Novembro e no seu entorno, abriga também o setor bancário, os órgãos públicos, a sede da Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto, atividades de lazer e cultura e vários edifícios. Com a transferência da estação Mogiana para a periferia da cidade, no vetor Nordeste, e o deslocamento das atividades relacionadas ao transporte ferroviário, o comércio e serviços populares passam a predominar no setor.

A formulação dos planos de José de Oliveira Reis, em 1945, e do Plano de Vias, nos anos 1960, é motivada pela grande expansão territorial que a cidade havia alcançado, com a formação de vazios urbanos, o crescimento populacional.

O Plano de Vias, elaborado nos anos 1960, ainda que na sua concepção expresse uma preocupação com o conjunto da cidade, na sua implementação ficou reduzido à implantação do sistema de vias. Mesmo reduzido nas suas propostas iniciais, tornou-se fundamental para o crescimento da cidade, que adotou o modelo urbanístico de baixa densidade e o uso do carro como o principal meio de transporte. A implantação das avenidas radiais facilitou a comunicação centro-bairros e as avenidas de ligação, entre bairros e o anel viário, criou alternativas de acesso aos vários setores da cidade.

2.2.4 – A constituição do setor bancário

Os bancos, nas primeiras décadas do século XX, localizavam-se na rua Gal. Osório, no quarteirão contíguo à praça XV de Novembro, entre as ruas Álvares Cabral e Amador Bueno. No ano 1936, os bancos localizavam-se na Gal. Osório - entre as ruas Álvares Cabral e Amador Bueno - e na Álvares Cabral – entre Gal. Osório e São Sebastião, portanto em duas faces da mesma quadra que se localizava na diagonal, em relação à praça XV de Novembro.

Na década de 1950, as 23 agências bancárias mantêm-se concentradas nas áreas mais privilegiadas do comércio: nas ruas Gal. Osório e Álvares Cabral, expandindo para as ruas São Sebastião, Américo Brasiliense e Amador Bueno. Nesses endereços, são construídos grandes edifícios que abrigam as sedes dos bancos e que representam seu poder econômico. Importante destacar que o setor ocupado pelos bancos se localizava no setor da praça, desde o final do século XIX, quando os primeiros bancos e casas bancárias foram instalados em Ribeirão Preto. Santos (op. cit) e Pontual (op. cit) identificam, em Salvador e Recife, respectivamente, que a escolha da localização por parte dos bancos, tem como critério a proximidade das atividades comerciais já consolidadas.

Santos (op. cit; 89) faz a seguinte análise quanto aos critérios adotados pelos bancos sobre a escolha de sua localização: “O desenvolvimento do comércio na cidade Alta e na Calçada levou os bancos a abrirem agências metropolitanas , sobretudo na rua Chile e Ajuda onde se encontram sete delas. Novas agências foram abertas em São Pedro, Baixada dos Sapateiros e Calçada, estas sob a influência das indústrias de Itapagipe e do comércio. Para fazer uma idéia da valorização da rua Chile como localização bancária basta acrescentar que uma casa de chá, de enorme clientela, fechou recentemente suas portas para acolher um guichê bancário, bem como o fato, já mencionado, da ocupação de algumas partes do Palácio do Governo por um guichê secundário do Banco do Brasil”.

Na análise que desenvolve sobre a localização dos bancos, argumentos de Pontual (op. cit; 218) coincidem com os levantados por Santos: “No Recife, desde o século XIX, já existiam bancos, localizados no centro de negócios; só na década de 50 começam a surgir agências nos bairros. Significa que este ramo não induz o crescimento do comércio, mas se localiza nos centros já consolidados, alteram a

forma de ocupação dos mesmos por apropriarem as melhores localizações, sobrepondo-se, inclusive, aos estabelecimentos do comércio de mercadorias, ao mesmo tempo que atrai para sua vizinhança os seus maiores concorrentes”.

No centro de Ribeirão Preto, na década de 1950, observa-se o mesmo processo: mantém-se como local privilegiado para localização das atividades econômicas que crescem, assim como os bancos que totalizavam 28 agências, no ano de 1961. Esse número representa 93% das agências sediadas na cidade (Tabela 5).

Ao longo da década de 1960, essa situação começa a se modificar. Em Ribeirão Preto, em 1970, havia 25 bancos, com 33 agências. Dessas, 26 localizavam-se no centro, representando 79% do total. Comparando-se esses dados com os de 1950 e 1961, a localização das agências, no centro, representavam 96% e 93%, respectivamente. Essas informações indicam que, na década de 1960, tem início o processo de descentralização da atividade bancária.

As agências localizadas no centro, no ano de 1970, ocupam uma área mais abrangente, seguindo a expansão do centro, e mantém a característica da proximidade entre as agências. O setor bancário já não se mantém tão concentrado em apenas algumas faces de quadras; suas novas localizações ocupam área mais abrangente do centro, mas mantendo-se circunscritas ao setor da praça, junto ao comércio e serviços de luxo (Mapa 6).

Tabela 5: Participação das Agências Bancárias por década - Ribeirão Preto - de 1950 a 2000

Centro e Eixos Comerciais	1950	1961	1970	1981	1987	2000
Centro	23	28	26	52	56	33
Avs. Saudade/ Costa e Silva	1	1	3	11	9	11
Av. do Café/ V. Tibério		1	3	3	6	4
Eixos Comerciais			1	16	16	21
Avs. 9 de Julho/ Independência				4	12	24
Av. Castelo Branco				2	2	9
Total	24	30	33	88	101	102
	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Total de Bancos	1950	1961	1970	1981	1987	2000
Ribeirão Preto	22	25	25	35	51	37
	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Total de Bancos	1950	1861	1970	1981	1987	2000
Centro e Eixos Comerciais	21	26	24	34	45	35
Centro	95%	93%	77%	54%	57%	41%
Avs. Saudade/Costa e Silva	1	1	3	10	8	9
Av. do Café/ V. Tibério		1	3	3	4	4
Eixos Comerciais			1	10	10	9
Avs. 9 de Julho/Independência				4	10	22
Avs. Castelo Branco				2	3	6
Total de Bancos	22	28	31	63	79	85
	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Catálogos Telefônicos 1950 / 1961 /1970 / 1981 / 1987 / 2000

2.2.5 - A verticalização concentrada no centro: edifícios residenciais, comerciais e mistos

A construção de edifícios altos, depois do edifício Diederichsen, em 1933, permanece paralisada, sendo retomada, em 1948, com a construção do Hotel Umuarama, com 11 pavimentos, localizado na rua São Sebastião, e vizinho do primeiro. Esse empreendimento também foi executado pela Cia. Comércio e Indústria Antônio Diederichsen. Na década de 1950, acelera-se o processo de verticalização, com a construção de 10 edifícios de 11 a 19 pavimentos. Desses, 5 construídos nos anos 1950-1954 e outros 5, nos anos 1955-1959. Na década de 1960, dos 26 edifícios construídos no centro, 17 foram construídos no período 1960-1964 e 9, nos anos 1965-1969 (Migliorini, op. cit; 93) (Figuras 2.31 e 2.32).

Migliorini registra que, até o ano de 1960, a maioria dos edifícios destinava-se ao uso comercial. Na década de 1950, os 10 edifícios construídos totalizavam 21.487,59 m² de área construída; desse total, a área destinada à habitação se restringiu a apenas 28 unidades de apartamento, indicando a ênfase do espaço comercial. Na década de 1960, ocorre significativo aumento do número de apartamentos, totalizando 574 unidades. Os 26 edifícios construídos, nesse último período, somam 144.530,62 m² de área construída, representando um crescimento de 60,8% em relação a década anterior (Migliorini, op. cit; 93).

Observando-se o gráfico elaborado por Migliorini, relacionando o número de edifícios por uso e tipo – edifícios residenciais altos (de 8 a 19 pavimentos), edifícios residenciais baixos (de 1 a 3 pavimentos), edifícios mistos altos (de 5 a 18 pavimentos) edifícios mistos baixos (de 1 a 2 pavimentos), edifícios comerciais altos (de 5 a 16 pavimentos) e edifícios comerciais baixos (de 1 a 3 pavimentos) -, pode-se identificar que, no período 1950-1954, predominam os edifícios comerciais altos; no quinquênio seguinte, a liderança divide-se entre os edifícios residenciais altos e os edifícios mistos baixos (Figura 2.33). Na década de 1960, na primeira metade, destacam-se os edifícios residenciais altos, seguidos dos edifícios comerciais altos; no período 1965-1969, a liderança é dos edifícios mistos altos (Migliorini, op. cit; 98).



Figura 2.31 - Vista aérea de Ribeirão Preto - 1940

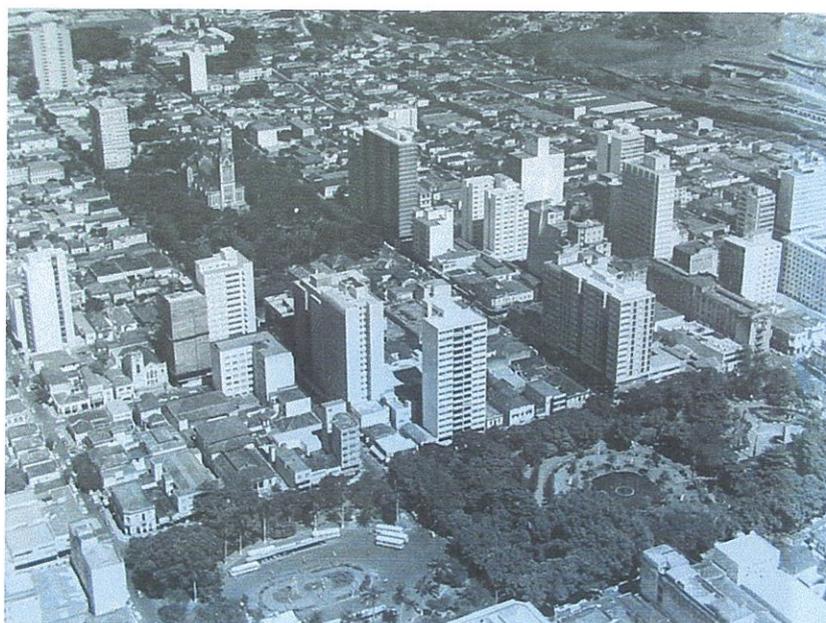


Figura 2.32 - Vista aérea de Ribeirão Preto - 1968

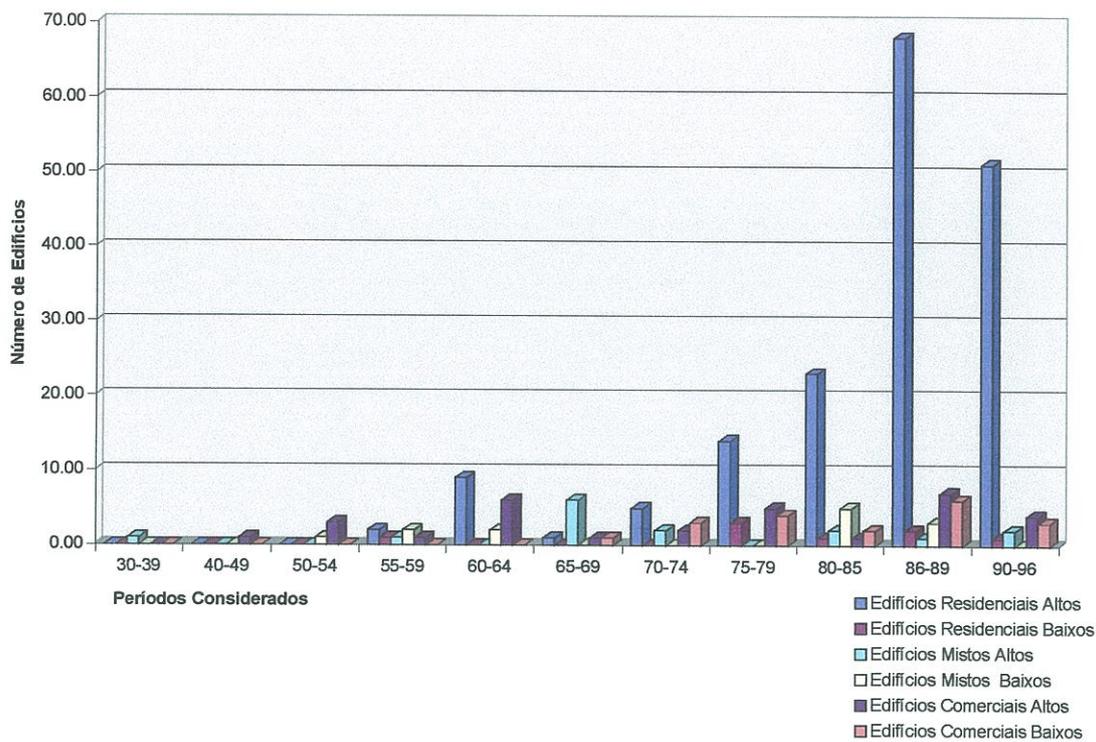


Figura 2.33 - Gráfico Tipologia dos edifícios verticalizados no quadrilátero central

2.2.6 - O surgimento dos eixos comerciais

No diagnóstico realizado sobre a cidade de Ribeirão Preto, em 1945, quando elaborou a sua proposta de Plano Diretor para a cidade, o engenheiro José de Oliveira Reis constatou que, além do centro onde se localiza o comércio diversificado, com escala de atendimento a toda a cidade (denominado 1ª categoria), existia também o comércio de atendimento, em menor escala, nos bairros Campos Elíseos e Vila Tibério (denominado 2ª categoria). O bairro Campos Elíseos está localizado no vetor Nordeste e a Vila Tibério, no vetor Noroeste. Nos Campos Elíseos, o comércio concentra-se, principalmente, ao longo da avenida Saudade e, na V. Tibério, ao longo da rua Cel. Luiz da Cunha. Essas duas vias constituem os dois primeiros eixos comerciais da cidade. A avenida da Saudade era o principal acesso ao bairro Campos Elíseos e por onde os viajantes chegavam, procedentes de Brodowski, Batatais, Franca e Sul de Minas Gerais; e a rua Cel. Luiz da Cunha era o acesso principal aos bairros V. Tibério e Ipiranga, onde viviam os operários.

A constituição desses dois núcleos comerciais nos vetores Nordeste (avenida da Saudade) e Noroeste (rua Cel. Luiz da Cunha), ultrapassando o quadrilátero e, portanto, transpondo os córregos Retiro Saudoso e Ribeirão Preto, está voltada para o atendimento das camadas de menor renda. A barreira geográfica constituída pelos córregos Ribeirão Preto e Retiro Saudoso, que separa o centro dos bairros Campos Elíseos e Vila Tibério, determina a descontinuidade física entre eles. No caso da Vila Tibério a barreira geográfica soma-se à barreira física constituída pelos trilhos da E.F. Mogiana.

Situação semelhante foi registrada por Villaça, para as cidades de São Paulo e Belo Horizonte. Segundo o autor, nas duas capitais, os centros, são delimitados por rios – em São Paulo, também, por via férrea –, mas isto não impediu que se desenvolvessem os primeiros subcentros voltados para o atendimento de setores populares. É o caso do Brás, em São Paulo, e do bairro Floresta, em Belo Horizonte (Villaça, 1978; 333).

No caso de Ribeirão Preto as atividades de comércio e serviços, localizadas nas citadas vias, têm a escala de atendimento dos bairros, situados nestes vetores, sem a complexidade funcional própria do subcentro.

Mas o centro era indiscutivelmente o setor que polarizava os demais, por abrigar atividades diversificadas que atendiam ao conjunto da cidade, sejam elas comerciais, serviços, administração pública ou lazer.

2.2.7 – O Plano de Vias dos anos 1960

No início dos anos 1950, o congestionamento do centro da cidade constituía-se em um dos problemas urbanos. Objetivando solucionar essa situação, foram aprovadas várias leis (Anexo 2) que autorizaram o Executivo Municipal, entre outras providências, a desapropriar áreas tendo em vista o prolongamento das avenidas Independência, 9 de Julho e Via do Café; e das ruas Rio Grande do Sul, Ceará, XI de Agosto, Olavo Bilac, Lafayette, Amadeu Amaral e Vicente de Carvalho, além do alargamento da Av. Saudade.

Nos anos 1960, o Departamento de Obras da Prefeitura constituiu uma comissão com representantes de diversos segmentos sociais, inclusive com a participação do DER-SP, sob a liderança do Arq. Mário Alfredo Reginato e do Eng. Carlos Chaves, para elaborar um novo Plano de Vias. Esse plano orientou as intervenções realizadas no período dos anos 60 e 70.

O plano consistia num reticulado de avenidas expressas e ruas coletoras, com distância de 500 m entre as mesmas. Esse reticulado, formado por quadrículas de 500X500 m, constituiriam unidades de vizinhança, onde se localizariam as escolas de 1º grau, área verde, equipamentos comunitários. A partir desses princípios, o quadrilátero central compreenderia 4 unidades de vizinhança. As avenidas expressas teriam 33 m de largura e, as coletoras, 18 m; as avenidas de fundo de vale teriam largura de 120 m (Gabarra, 2001).

Esse reticulado é delimitado pelo anel viário, que constitui um grande entroncamento rodoviário, articulando as rodovias Anhangüera – SP 330 (São Paulo – norte do Estado – Minas Gerais), Rod. Abrão Assed – SP 333 (Serrana, Cajuru, região leste do Estado), Rod. Cândido Portinari – SP 334 (Brodowski, Batatais, Franca, região nordeste do Estado), Rod. SP 388 (Jardinópolis), Rod. Atilio Balbo – SP 222/333 (Sertãozinho, região sudoeste do Estado), Rod. Mário Donegá– SP 291 (Dumont, Pradópolis) e Rod. Antonio Machado Sant’Anna – SP 225 (Araraquara, São Carlos).

A participação do DER-SP na elaboração do Plano de Vias enfatiza o seu caráter regional e viabiliza financeiramente a sua implantação. A coincidência dos interesses políticos do Município e do Estado e o apoio técnico favorável ao plano formam uma base sólida para a sua concretização. O plano potencializa o papel

polarizador de Ribeirão Preto sobre a região, articulando-o à rede rodoviária estadual e integrando os diversos setores da cidade, por meio de vias expressas. Trata-se de um plano concebido tendo como premissas o novo modelo de acumulação do capital, que tem a indústria automobilística como propulsora desse modelo.

O Plano de Vias compreende 2 vias perimetrais e 8 vias radiais. A 1ª via perimetral tangenciava o centro na avenida Francisco Junqueira, contornando os setores centro norte e centro sul; e a 2ª perimetral é o próprio Anel Viário. Este delimitava a área urbana, excluindo os corredores onde foram implantadas as vias expressas. Esse expediente foi adotado com o objetivo de garantir os recursos do Governo Estadual, que não investe nas áreas urbanas.

O Plano, ao estabelecer um sistema hierarquizado de vias e a ampliação da área urbana, propõe uma estrutura viária que direcione o crescimento da cidade. Por outro lado, o conjunto de vias radiais convergentes para o centro reafirma a importância deste setor, garantindo a acessibilidade centro-periferia. O Anel Viário, além de desviar o tráfego de passagem, cria alternativa de comunicação inter-bairros (Mapa 7).

O Plano de Avenidas, elaborado por Francisco Prestes Maia, publicado em 1930, tornou-se referência para os trabalhos desenvolvidos para Ribeirão Preto, por Reis em 1945, no seu Plano Diretor, e, no início dos anos 1960, pela Comissão que elaborou o Plano de Vias, liderada pelo arquiteto Mário Alfredo Reginato e pelo engenheiro Carlos Chaves.

O plano de Prestes Maia compunha-se de 3 avenidas perimetrais, sendo que a 1ª perimetral delimitava o entorno do centro, denominado “perímetro de irradiação”. Desse perímetro, partiam as 12 vias radiais em direção a todos os quadrantes, estabelecendo a ligação entre as 3 perimetrais (Leme, op. cit; 392). A proposta de Reis compreendia 2 perimetrais e um conjunto de 11 vias radiais, que partiam da 1ª perimetral, na direção dos diversos vetores de expansão urbana, e se estendiam até a 2ª perimetral. Coincidentemente, o Plano de Vias também compreendia 2 perimetrais e um conjunto de 5 vias radiais que, partindo da 1ª radial, nas diversas direções, se estendiam até a 2ª perimetral.

Outros pontos coincidentes, entre as propostas de Reis e de Prestes Maia, dizem respeito à implantação de “parkways”, ao longo dos parques de fundo de vale, e a criação de grandes parques. Prestes Maia propunha a implantação de “parkways” ao longo dos rios Tietê, Pinheiros, Ipiranga e Tamanduateí, compondo a 3ª perimetral, e a criação de grandes parques urbanos (Leme, op. cit; 392). Reis propõe a implantação de “parkways” no vale dos córregos Ribeirão Preto, Retiro Saudoso e Tanquinho (Plano Diretor, 1945).

Capítulo 3 – A não-expansão e a popularização do Centro de Ribeirão Preto: final dos anos 1960 a 2002

3.1 – O deslocamento do comércio de luxo: final dos anos 1960 a 1980

3.3.1 – O fortalecimento do setor sucro-alcooleiro e a implantação das avenidas expressas

O crescimento econômico da região de Ribeirão Preto, nos anos 1970 deve-se, principalmente, à exportação de seus produtos agrícolas (sucos cítricos, calçados e têxtil). Em meados da década, com a crise do petróleo, é implementado o Pró-álcool, que veio impulsionar, ainda mais, a economia regional. O incentivo à cana-de-açúcar e seu processamento cria uma grande demanda para a indústria metal-mecânica, que produz implementos agrícolas, máquinas pesadas e bens de capital, para as usinas de açúcar e álcool. Essas empresas localizam-se, principalmente, em Sertãozinho, Matão e Ribeirão Preto. O desenvolvimento da agro-indústria na região exige das cidades uma diversificação dos serviços de apoio, comércio e sistema financeiro (Caiado, *op. cit.*; 41,42).

O significativo número de agências bancárias localizadas em Ribeirão Preto, constitui um indicador da importância da economia da cidade e da região. Ribeirão Preto constitui a 3ª praça financeira do país, pela polarização que exerce sobre sua região e pelo fato de ela ter mantido expressivo crescimento econômico nas décadas de 1970 e 1980 (Semeghini, *op. cit.*; 182).

O setor financeiro, além do seu crescimento físico, foi um dos setores que passou por grandes mudanças na automação de seus serviços, resultado de sua política adotada em nível nacional. A localização dos bancos, nas últimas quatro décadas, passa por profundas mudanças, motivadas pelo processo de descentralização das atividades terciárias, e mesmo pelas novas estratégias dos bancos, frente ao mercado cada vez mais competitivo (Pontual, *op. cit.*).

A região de Ribeirão Preto desenvolveu uma rede urbana bastante ramificada, com 87 municípios, mas fortemente polarizada, com o crescimento urbano concentrado em alguns núcleos. O censo de 1970 registra 2 municípios

com mais de 100 mil hab. (Ribeirão Preto e Araraquara), 3 municípios com população entre 50 e 100 mil (São Carlos, Franca e Barretos), 14 com população entre 20 e 50 mil, e 67 municípios com população abaixo de 20 mil. A polarização de Ribeirão Preto vem elevando a sua participação no total da população regional: em 1970, abrigava 14,38% do total da população; passa a abrigar 16,90%, em 1980, e, no ano de 1991, abriga 17,25% (Caiado, op. cit; 49, 50) (Mapa 8).

De 1970 a 1980, a população da cidade passa de 197.045 hab. para 300.838 hab.. Ribeirão Preto não mantém o nível de crescimento alcançado na década de 1950, que foi de 83,5%. Nas décadas de 1960 e 1970, a população urbana de Ribeirão Preto teve crescimento de 69,6% e 52,7%, respectivamente, indicando a tendência de queda no crescimento populacional (IBGE, 1970, 1980). Importante ressaltar a atração migratória que o município exerceu, na década de 70, quando se fixaram 62 mil imigrantes, fato que é amenizado na década seguinte, com a fixação dos imigrantes nas cidades menores da região (Semeghini, op. cit; 176).

Nos anos 1960 e 1970, foram aprovados 84 loteamentos, representando expressiva expansão da área urbana no vetor Sudeste e Sul, com a implantação dos loteamentos Ribeirânea, City Ribeirão e Jardim Canadá (Magalhães, op. cit). Dos loteamentos aprovados no período, 48 deles foram na década de 1960, representando 57% do total.

Esse processo de crescimento da cidade é acompanhado pelo início da implantação das avenidas expressas do Plano de Vias, no final dos anos 1960, que se constituíram como eixos viários estruturadores do espaço urbano. O conjunto de avenidas proposto está direcionado ao atendimento a todas as regiões da cidade. Na década de 1960, foram implantados o anel viário, a via expressa Sudeste (avenida Castelo Branco), a via expressa Sudoeste (prolongamento da rodovia Mário Donegá até a avenida Bandeirantes), a via expressa Oeste (avenida Bandeirantes), a avenida Meira Júnior e iniciada a implantação da avenida 13 de Maio. Prosseguindo a implantação dos eixos viários, na década de 1970, foram construídas a via expressa Sudeste (prolongamento da avenida Francisco Junqueira, no trecho compreendido entre as avenidas Meira Júnior e Costábile Romano), a via expressa Noroeste (avenida Galvão César, prolongamento da avenida D. Pedro I), a avenida Costa e Silva, e concluída a avenida 13 de Maio (Gabarra, op. cit) (Mapa 7).

A implantação dessas avenidas facilitou o acesso centro-bairro e a comunicação entre os bairros. O conjunto de avenidas formado por Galvão César, 13 de Maio e Castelo Branco, localizadas no prolongamento da avenida D. Pedro I e rua Capitão Salomão, constituiu-se em alternativa à passagem pelo centro, ligando as regiões Leste-Oeste da cidade. As avenidas Meira Júnior e Costábile Romano prolongaram as avenidas Independência e 9 de Julho, que delimitam o quadrilátero e se constituíram em vias radiais.

Os censos de 1970 e 1980 registram a seguinte distribuição da PEA, no período: o setor primário teve participação de 12% e 4,8%; o setor secundário absorveu, respectivamente, 25,5% e 24,4% da mão-de-obra; e o setor terciário teve participação de 62,4% e 70,8%. Esses dados indicam uma forte redução da mão-de-obra nas atividades agrícolas e extrativas; a indústria manteve, praticamente, a mesma posição, com variação de 0,3%, no período, e o setor de comércio e serviços, além de crescer 8,7%, manteve folgada liderança sobre os outros setores (Tabela 3).

Observam-se mudanças no perfil do comércio e serviços, que resultaram dos desdobramentos do novo processo de industrialização e urbanização. Os dados do Cadastro de Empresas Municipal, da cidade de Ribeirão Preto, referente ao setor do quadrilátero central, onde se localiza o centro, apontam as seguintes atividades que se destacam nos anos 1970 e 1980: na liderança estão os serviços de saúde e serviços sociais, seguido dos serviços de apoio, principalmente, às empresas, e, em 3º lugar, as lojas especializadas (Tabela 6).

No período anterior (anos 1940 a 1960), as atividades localizadas no centro, que mais se destacavam, eram: as lojas especializadas, seguidas das indústrias e outros serviços coletivos e pessoais. Ainda que a base cadastral não seja a mesma, dificultando o confronto de dados, é possível constatar, pelos dados acima, o crescimento das atividades de serviços localizados no centro, seja na área da saúde e social, ou no apoio técnico às empresas; outro dado importante, já citado anteriormente, se refere ao deslocamento das indústrias, do centro, e a permanência das lojas especializadas entre as atividades mais importantes.

Tabela 6: Participação das empresas por década - Quadrilátero Central de Ribeirão Preto - de 1970 a 2000

ATIVIDADES	ANTERIOR 1970		DÉCADA DE 1970		DÉCADA DE 1980		DÉCADA DE 1990	
Saúde e Serviços Sociais	38	22,1%	106	24,0%	229	18,97%	498	11,7%
Ensino	1	0,6%	10	2,3%	33	2,73%	134	3,1%
Intermediação Financeira	7	4,1%	23	5,2%	46	3,81%	188	4,4%
Serviços Princ. Empresas	19	11,0%	84	19,0%	215	17,81%	736	17,2%
Atividades de Informática	0		1	0,2%	8	0,66%	61	1,4%
Atividades Imobiliária	0		3	0,7%	24	1,99%	111	2,6%
Obras de Const. Civil	2	1,2%	5	1,1%	17	1,41%	65	1,5%
Transp. Armaz. e Comunic.	0		23	5,2%	41	3,40%	80	1,9%
Manut. e Repar. de Veículos	22	12,8%	26	5,9%	78	6,46%	211	4,9%
Outros Serv. Colet. Pessoais	5	2,9%	24	5,4%	105	8,70%	460	10,8%
Agência de Viagem	1	0,6%	4	0,9%	7	0,58%	43	1,0%
Lazer	3	1,7%	7	1,6%	5	0,41%	27	0,6%
Alojamento	3	1,7%	5	1,1%	13	1,08%	39	0,9%
Alimentação	8	4,7%	14	3,2%	60	4,97%	329	7,7%
Prod. Alimentícios	2	1,2%	2	0,5%	6	0,50%	8	0,2%
Tecidos / Calçados	6	3,5%	9	2,0%	11	0,91%	76	1,8%
Lojas Especializadas	30	17,4%	57	12,9%	158	13,09%	752	17,6%
Supermercado / Açougue	2	1,2%	2	0,5%	1	0,08%	9	0,2%
Atacadistas	11	6,4%	9	2,0%	87	7,21%	214	5,0%
Indústria	12	7,0%	27	6,1%	63	5,22%	233	5,5%
TOTAL	172	100,0%	441	100,0%	1207	100,00%	4274	100,0%

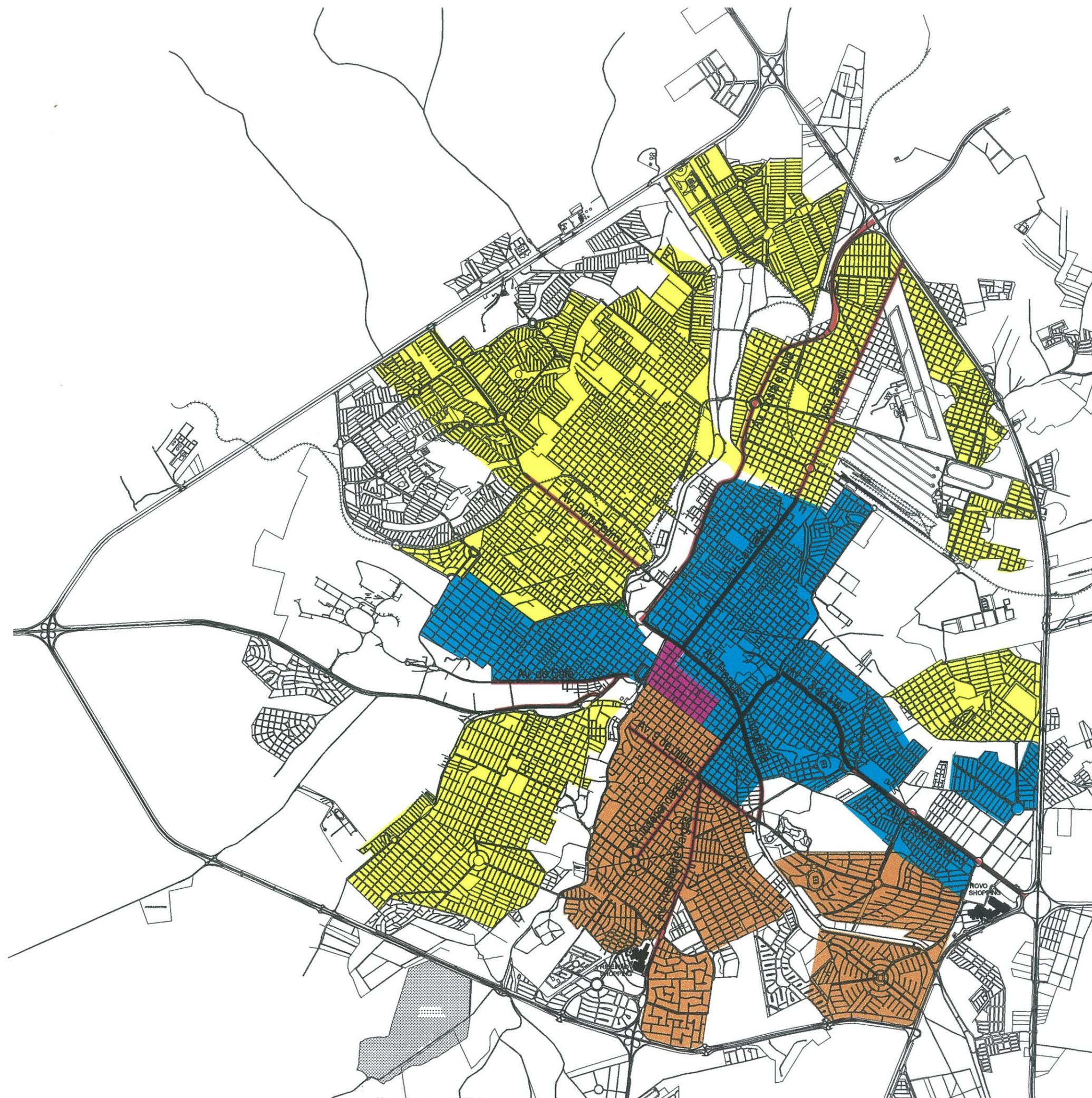
Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda Ribeirão Preto/ CODERP. Cadastro de Empresas 2001

3.1.2 – O deslocamento do comércio e serviços de luxo em direção aos bairros de alta renda

A ocupação dos loteamentos localizados no vetor sul, implantados na década de 1940 e 1950, onde residiam camadas de alta renda, atraiu o comércio de luxo na direção desses novos bairros. Esse processo de expansão do centro se expressa na constituição de um eixo de comércio de luxo, ao longo da rua Barão do Amazonas, no trecho compreendido entre o centro e a avenida 9 de Julho, extrapolando os limites do centro (Mapa 9). Ou seja, ocorre em Ribeirão Preto o mesmo processo de expansão do comércio de luxo, ao longo do acesso aos bairros de camadas de alta renda, identificado por Müller (op. cit; 167), Cordeiro (op. cit; 154) e Villaça (op. cit; 277), em São Paulo, na rua Augusta; por Santos (1959; 82), em Salvador, no acesso aos bairros de alta renda; por Villaça (op. cit; 277), no Rio de Janeiro, na constituição do subcentro de Copacabana, Belo Horizonte, na Savassi, e Porto Alegre, na Independência; por Pontual (op. cit; 168), em Recife, na Boa Viagem.

No ano de 1981, registrou-se a presença de 4 agências bancárias na avenida 9 de Julho, que cruza a Barão do Amazonas, prenunciando a formação de um novo setor bancário. A formação desse novo setor ao longo da avenida, se diferencia do anterior, nos seguintes aspectos: sua formação não se caracteriza pela concentração em algumas quadras, mas se distribui ao longo da avenida, intercalado-se com outras atividades comerciais; a escolha do eixo viário mais tradicional da cidade, com grandes lotes, antes ocupados por palacetes, viabilizam a implantação de estacionamentos para seus clientes; e a proximidade dos bairros de alta renda. (Mapa 8.1) Mais uma vez, como no período anterior, as agências seguem a localização do comércio de luxo.

Os bancos localizados no centro se concentravam em quatro quadras, até a década de 1960, configurando um setor bancário compacto, abrigando 93% das agências bancárias da cidade. Essa situação se altera na década de 1970, quando novas agências são criadas, mantendo o princípio da proximidade entre elas, mas ocupando uma área maior do centro. É possível inferir a importância econômica que o centro mantém nessa década, apesar da formação dos eixos comerciais, pelo



LEGENDA

- Centro
- Eixos Comerciais
- Bairros de Alta Renda
- Bairros de Baixa Renda
- Bairros de Média Renda

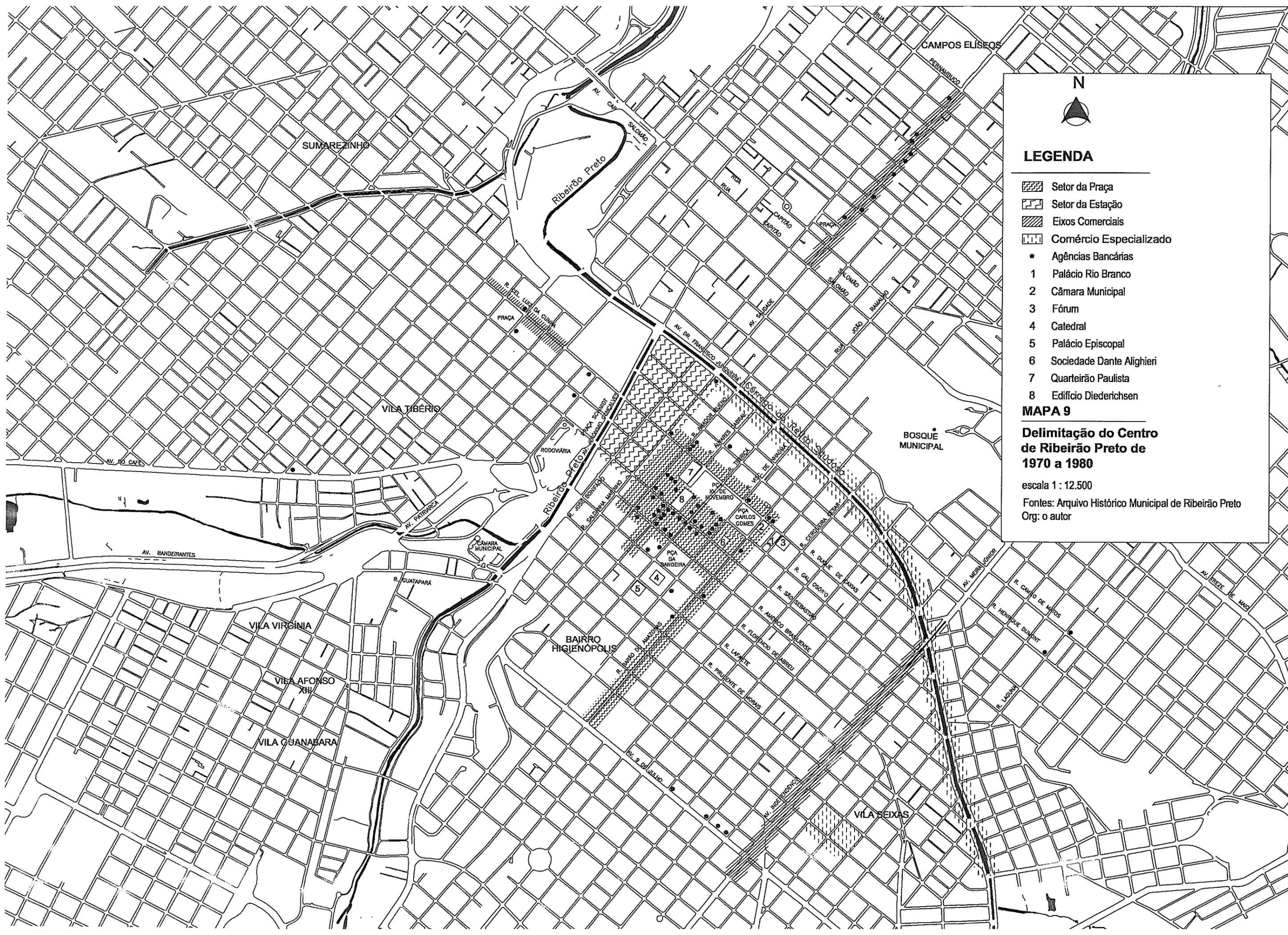
MAPA 8.1

**Delimitação do Centro
Bairros de alta, média e
baixa renda**

Localização dos eixos comerciais

escala 1 : 12.500

Fontes: Arquivo Histórico Municipal de Ribeirão Preto
Org: o autor



N



LEGENDA

- Setor da Praça
- Setor da Estação
- Eixos Comerciais
- Comércio Especializado
- Agências Bancárias
- 1 Palácio Rio Branco
- 2 Câmara Municipal
- 3 Fórum
- 4 Catedral
- 5 Palácio Episcopal
- 6 Sociedade Dante Alighieri
- 7 Quarteirão Paulista
- 8 Edifício Diederichsen

MAPA 9

Delimitação do Centro de Ribeirão Preto de 1970 a 1980

escala 1 : 12.500

Fontes: Arquivo Histórico Municipal de Ribeirão Preto
Org: o autor

crescimento do número de agências bancárias que se verifica: no ano 1970, eram 26 agências que se localizavam no centro, e passam para 52, no ano 1981, representando crescimento de 100%.

Quando se analisa a distribuição das agências em toda a cidade, constatamos que vem decrescendo a sua participação em relação ao total de agências. No ano de 1970, esse número é reduzido para 79%, e, no ano de 1981, a redução persiste com 59% do total de agências localizadas no centro.

Esse processo de descentralização das agências bancárias, no espaço urbano, está vinculado à consolidação dos eixos comerciais e à necessária proximidade dos clientes. A consequência desse fato, para o centro, indica que as pessoas não necessariamente precisam se dirigir ao centro para o acesso aos serviços bancários; passam a se utilizar das várias opções oferecidas pelos bancos (Mapa 9) (Tabela 5).

O processo se repete em relação às empresas. Identificou-se que o centro vem perdendo, gradativamente, participação no total das empresas localizadas em Ribeirão Preto. Essa afirmação é passível de comprovação a partir do Cadastro de Empresas Municipal, referente ao setor do quadrilátero, onde o centro está localizado, e por ser a área onde se concentra o maior número de empresas localizadas no setor. No ano de 1970, o quadrilátero abrigava 33,6% do total de empresas, e, no ano 1980, essa participação se reduz a 28,9%. Apesar da redução, o centro continua a manter a liderança na concentração do maior número de empresas (Tabela 6).

Confrontando os dados dos anos 1970 e 1980, constatou-se que as atividades que caracterizam o quadrilátero central compreendem: serviços de saúde e sociais, serviços prestados, principalmente, às empresas, lojas especializadas e outros serviços coletivos e pessoais. Nesse período, não houve mudanças na participação dessas atividades, na classificação geral. Tendo como referência os dados de 1980, os serviços de saúde e serviços sociais mantêm a liderança (19%), seguidos dos serviços prestados, principalmente, às empresas (17,8%), e, em 3º lugar, as lojas especializadas (13%). É importante destacar o crescimento dos outros serviços coletivos e pessoais (8,7%) que, nos anos 1970, participavam com apenas 5,4% do total das atividades (Tabela 6).

3.1.3 – A área da Estação: comércio, serviços e moradia da população de baixa renda

O chamado setor da estação, no centro, delimitado pelas avenidas Jerônimo Gonçalves e Francisco Junqueira, e ruas Saldanha Marinho e Américo Brasiliense, a partir do início dos anos 1960, sofreu forte impacto com a transferência da estação da E.F. Mogiana. A nova localização da estação, no vetor Nordeste, distante do centro, teve por objetivo eliminar a barreira que dividia a cidade e gerava dificuldade de acesso aos bairros Vila Tibério, Vila Virgínia, e outros que se localizam nos seus prolongamentos. Essa decisão de mudança da estação eliminou o grande fluxo de pessoas e mercadorias, e as atividades que mantinham algum vínculo com o transporte ferroviário. Ou seja, as atividades que dinamizavam o setor da estação e o seu entorno, foram transferidas, entraram em decadência ou foram simplesmente eliminadas.

A transferência das indústrias e comércio atacadista, localizados nesse setor, não se deve apenas à mudança da estação, mas também à prioridade dada ao transporte rodoviário, a partir desse período. Assim, muitas atividades que se localizavam junto à estrada de ferro elegeram áreas próximas às rodovias, com vistas a facilitar os fluxos de mercadorias.

As atividades de comércio e serviços de apoio à ferrovia, tais como hotéis, pensões, restaurantes, bares, entraram em processo de declínio. Permanecem, no setor da estação, o mercado municipal, um terminal de ônibus urbano e algumas empresas tradicionais, como o setor comercial da Cia. Comércio e Indústria Antônio Diederichsen (Figura 3.1.).

O processo de mudança de usos, iniciado na década anterior, se acentua, com a ocupação por serviços inferiores dos edifícios desocupados, mantendo o caráter popular, e outros edifícios foram transformadas em residência das camadas de baixa renda. Singer (op. cit; 29 e 30), ao analisar o processo de expansão do centro, explicita o conceito de serviços inferiores, a seguir:

“Na medida em que a cidade vai crescendo, centros secundários de serviços vão surgindo em bairros, que formam novos focos de valorização do espaço urbano. O crescimento urbano implica necessariamente uma reestruturação do uso



Figura 3.1 - Rua General Osório, com as atividades complementares, próximo à Estação Mogiana - 1927

das áreas já ocupadas. Assim, por exemplo, o centro principal tem que se expandir à medida que aumenta a população que ele serve. Esta expansão esbarra nos bairros residenciais “finos” que o circundavam, determinando o deslocamento de seus habitantes para novas áreas residenciais “exclusivas”, providencialmente criadas pelos promotores imobiliários. O anel residencial que circunda o centro principal se desvaloriza e passa a ser ocupado por serviços inferiores: locais de diversão noturna e de prostituição, hotéis de segunda classe, pensões e – em estágio mais avançado de decadência – por cortiços, marginais, etc. O envolvimento do centro principal por uma área de decomposição social cria condições para que a especulação imobiliária ofereça aos serviços centrais da cidade nova área de expansão. Surge assim um “centro novo” em contraste com o “centro antigo”.

Na rua Saldanha Marinho, entre a avenida Francisco Junqueira e rua Duque de Caxias, constata-se a especialização no comércio de móveis; no trecho seguinte, entre a rua Duque de Caxias e Américo Brasiliense, predomina o comércio de roupas, tecidos, presentes, calçados e eletrodomésticos.

Na rua José Bonifácio, no trecho delimitado pela avenida Francisco Junqueira e rua Maria Junqueira, constata-se a especialização no comércio de peças de carros, motos, peças para máquinas; no trecho seguinte, entre as ruas Mariana Junqueira e Duque de Caxias, localizam-se lojas de componentes eletroeletrônicos; e nas faces de quadras do entorno do mercado, situam-se bares, lanchonetes e o pequeno comércio diversificado.

A presença de sobrados, no setor da estação, se manteve, com a localização do comércio no térreo, e o andar superior utilizado como residência. A desvalorização da área está relacionada ao desinteresse dos proprietários em investir na manutenção dos imóveis, alegando baixo rendimento com os aluguéis, e, por outro lado, os novos inquilinos, sem recursos para investir em melhorias. Esse processo teve, como consequência, a desvalorização geral do setor, expressa na depreciação das edificações, o que se soma ao preconceito social da localização de casas de prostituição.

Pode-se constatar que o setor da estação teve significativo aumento da sua população, na década de 1970. Os estudos comparativos da população residente no setor, tendo por base os dados dos censos de 1970 e 1980, realizados por

Migliorini, revelam que nesse período, metade do setor teve aumento de 0% a 10% da sua população, e a outra metade, acréscimo de 30% a 60%. (Migliorini, op. cit; 96) Nesse mesmo período, o crescimento da população urbana de Ribeirão Preto foi de 52,6%, indicando que parte do setor acompanhou esse crescimento. A área onde registrou-se o maior crescimento populacional do quadrilátero corresponde à localização dos sobrados que mantiveram uso misto.

A escolha desse setor para residência, pelas camadas de baixa renda, deve-se a vários fatores, quais sejam: o centro de Ribeirão Preto é o local onde são oferecidos mais empregos, pelo fato de abrigar o maior número de empresas da cidade (Tabela 7); a proximidade residência-trabalho elimina o gasto com transporte; também a proximidade dos equipamentos de saúde, escolas (desde o primeiro ciclo até a faculdade), comércio, serviços, lazer, rodoviária; e, provavelmente, o baixo preço dos aluguéis.

Este processo de abandono de alguns setores do centro foi identificado por Müller (op. cit; 177), em São Paulo, localizados nas zonas de transição; por Santos (op. cit; 158), em Salvador, na formação dos cortiços; pelo IBGE (op. cit; 37), no Rio de Janeiro, localizados nas áreas periféricas ao centro; por Cordeiro (op. cit; 91), em São Paulo, no subsetor de degradação; por Villaça (op. cit; 154), em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte, Porto Alegre, no abandono do centro por parte das classes média alta e alta; por Singer (op. cit; 29), no deslocamento das camadas de alta renda e sua substituição por serviços inferiores.

Tabela 7: Distribuição das atividades terciárias: Centro e Eixos Comerciais - de 1970 a 2000
Taxa de crescimento do número de empresas por década

CENTRO E EIXOS COMERCIAIS	Anterior 1970		Década 1970		Década 1980		Década 1990		80/70	90/80
	1970	%	1970	%	1980	%	1990	%		
Centro	172	42,3%	441	33,6%	1207	28,9%	4274	25,5%	274%	354%
Avs. Saudade / Brasil / Costa e Silva	46	11,3%	223	17,0%	892	21,4%	3685	22,0%	400%	413%
Avs. 9 de Julho / Independência / Pres. Vargas	16	3,9%	154	11,7%	591	14,2%	2834	16,9%	384%	480%
V. Seixas	133	32,7%	338	25,8%	813	19,5%	2786	16,6%	241%	343%
Avs. Bandeirantes / Café / V. Tibério	28	6,9%	117	8,9%	481	11,5%	2447	14,6%	411%	509%
Avs. 13 de Maio / Meira Junior	4	1,0%	16	1,2%	74	1,8%	337	2,0%	463%	455%
Av. Castelo Branco	6	1,5%	7	0,5%	44	1,1%	125	0,7%	629%	284%
Av. D. Pedro I	2	0,5%	16	1,2%	74	1,8%	278	1,7%	463%	376%
TOTAL	407	100,0%	1312	100,0%	4176	100,0%	16766	100,0%		

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda Ribeirão Preto / CODERP. Cadastro de Empresas, 2001

3.1.4 – A continuidade da verticalização do centro: predominância dos edifícios residenciais de classe média

Nas décadas de 1960 e 1970, o processo de verticalização do quadrilátero cresce, mas não de maneira uniforme, ao longo dos 20 anos. Nesse período, foram construídos 65 edifícios, com 1647 apartamentos. No período 1960-1964 foram construídos 17 edifícios que totalizaram 352 apartamentos; de 1965 a 1969, a construção de edifícios diminui para 9, que somavam 222 apartamentos; de 1970 a 1974, a construção de edifícios se eleva para 12, com 296 apartamentos; e, finalmente, de 1974 a 1979, foram construídos 27 edifícios, totalizando 777 apartamentos (Migliorini, *op. cit.*; 93).

O crescimento nos 5 primeiros anos de 1960 corresponde ao período de desenvolvimento de economia sucro-alcooleira e da implantação da indústria metal- mecânica. Na 2ª parte dos anos 1960, diminui a construção de edifícios, mas, a partir desse período até o final dos anos 1970, há uma curva ascendente, coincidindo com o desenvolvimento econômico de Ribeirão Preto e da sua região, somado ao estabelecimento de linhas de crédito para financiamento de habitação pelo Banco Nacional de Habitação - BNH.

Segundo Migliorini (*op. cit.*; 93), nos anos 1960 e 1970, predomina a construção de edifícios residenciais, expressos no número de apartamentos (1647), situação que contrasta com os dados da década de 1950, em que predominou a construção de edifícios comerciais ou mistos, com apenas 28 apartamentos.

A partir da comparação que a autora estabelece entre os números da população residente nos anos de 1970 e 1980, registrados pelo censo do IBGE, no quadrilátero, pode-se identificar índices de crescimento da população, no setor da praça XV de Novembro, enquanto para 50% da área do quadrilátero foi registrado decréscimo da população. Os índices identificados para o setor da praça, na área delimitada pelas ruas Álvares Cabral, Américo Brasiliense, Saldanha Marinho e Duque de Caxias, indicam crescimento populacional de 30% a 60%; na área que tem como limite a rua Álvares Cabral, Américo Brasiliense, Visconde de Inhaúma e Duque de Caxias, o índice de crescimento foi de 0% a 10%; e na área delimitada pelas ruas Visconde de Inhaúma, Américo Brasiliense, Cerqueira César e Duque

de Caxias, o crescimento populacional foi de 10% a 30%. Esses indicadores permitem a conclusão de que grande número dos edifícios construídos, no período, está localizado no setor da praça.

Os dados apresentados indicam o crescimento da população dos dois setores que compõem o centro de Ribeirão Preto, em contraposição à queda da população, no restante do quadrilátero, o que indica a sua importância e o seu dinamismo. Ao se ampliar a função residencial, somada às outras já existentes (órgãos públicos, setor bancário, comércio, serviços, cultura, lazer), confere-se, ao centro, a vitalidade expressa no uso contínuo de seus espaços.

3.2 – O crescimento do comércio popular no centro: dos anos 1980 até 2002

3.2.1 – O crescimento econômico com o Pró-álcool, a proliferação de conjuntos habitacionais e favelas

O programa Pró-álcool, implantado a partir de 1975, se estende na década de 1980, provocando forte impacto nas cidades da região e, particularmente, em Ribeirão Preto. Ao contrário da estagnação da economia nacional e do baixo crescimento econômico do Estado de São Paulo, que ficou abaixo do crescimento nacional, a região de Ribeirão Preto, abrigando uma agricultura articulada à agro-indústria, voltada para o mercado externo, registrou crescimento econômico. A participação de Ribeirão Preto na receita da região respondia por 40%, e seu comércio e serviços absorvia 26% da População Economicamente Ativa – PEA - regional. O desdobramento desse crescimento econômico expressa-se na geração de empregos, no fluxo de renda, e no aumento da demanda às atividades de comércio e serviços de apoio (Semeghini, op. cit; 172, 182).

O crescimento do comércio da cidade, refletindo o desenvolvimento econômico, se expressa nos investimentos realizados no período. O Shopping Ribeirão é inaugurado em 1981, sendo o primeiro da cidade e o segundo do interior do estado; no ano de 1987, é instalado o hipermercado Carrefour. A localização desse shopping no vetor Sul, junto ao anel viário, a 4 Km do centro, vincula-se ao eixo de expansão urbana da cidade, composto pelas avenidas 9 de Julho, Independência e Presidente Vargas. Nesse eixo localizam-se os bairros das camadas de alta renda, e há facilidade de acesso dos consumidores das cidades vizinhas. Seguindo essa mesma lógica de localização, o Novo Shopping é construído no vetor Sudeste, a 6 Km do centro, no final da década de 1990. Nesse mesmo período, constrói-se o Shopping Santa Úrsula, a 300 m do centro, no bairro Higienópolis, tendo em vista o atendimento da população de alta renda residente em seu em torno.

No setor da saúde, Ribeirão Preto se destaca por sediar o centro do Serviço Unificado de Saúde – SUS –, de toda a região, e o Hospital das Clínicas,

localizado no Campus da Universidade de São Paulo, constituindo-se como hospital de referência de toda a região.

O setor de educação universitária se amplia com a criação de novos cursos nas instituições existentes, e na criação de novas faculdades e universidades. A Instituição Moura Lacerda, fundada em 1923, possui duas unidades, uma localizada no bairro Campos Elíseos, a 400 m do centro, e o novo campus, localizado no vetor Leste, a 6 Km do centro, junto à Rodovia Anhangüera. A Faculdade de Ciências Biológicas da Universidade de São Paulo, criada em 1951, localiza-se no vetor Oeste, a 4 Km do centro. No vetor Sudeste, estão localizadas a Universidade de Ribeirão Preto – UNAERP -, fundada em 1958, no bairro Ribeirânia, a 4 Km do centro; as Faculdades Barão de Mauá criadas em 1967, no Bairro Jardim Paulista, a 2 Km do centro; e a Faculdades Colégio Osvaldo Cruz - COC -, fundada em 2000, também no bairro Ribeirânia, a 4 km do centro. No vetor Sul, está localizada a Universidade Paulista - UNIP -, criada em 1995, a 5 Km do centro, junto ao anel viário.

O censo de 1991 registrou a diminuição no ritmo de crescimento demográfico do Brasil, que passou de 2,5%, em 1980, para 1,6%, em 1991. O Estado de São Paulo acompanhou essa queda, mas ficou acima da média nacional; no ano de 1980, sua taxa de crescimento foi de 3,5%, e diminuiu para 2%, em 1991. O interior do Estado de São Paulo teve crescimento acima da média do Estado, passando de 2,6%, em 1980, para 2,3%, em 1991 (Feldman, 1999: 5). Essa menor queda, no interior, é explicada em parte pelo “processo de interiorização da indústria paulista”, expresso na sua participação do produto industrial estadual: quando, no ano de 1970, respondia por 25% e passa a responder por 45%, em 1991. “Além de se tornar, ao longo da década de 80, o segundo aglomerado industrial do país, o interior teve, também, desenvolvidas suas atividades terciárias, no contexto do processo mais amplo de modernização da vida urbana, com a reestruturação dos mercados de bens de consumo resultante do desenvolvimento tecnológico e dos meios de comunicação. Na década de 70, o crescimento do chamado terciário moderno já foi mais intenso no interior do que na metrópole” (Feldman, op. cit; 5, apud, Gonçalves 1994, Negri, 1996, entre outros).

Ribeirão Preto acompanhou o fenômeno de queda do crescimento populacional. Na década de 1970, o crescimento foi de 48,4%, nos anos de 1980, de 38,9%, e nos anos de 1990, de 16,6%. Além da diminuição do crescimento populacional, como parte do fenômeno a nível nacional, outro componente no caso de Ribeirão Preto deve-se ao redirecionamento das correntes migratórias para as cidades da região (Sertãozinho, Guariba, Barrinha), somado ao processo de mecanização da colheita da cana de açúcar, que vem reduzindo drasticamente o número de empregos. A população do município é praticamente toda urbana, representando 99,6% do total. A importância do comércio e serviços na economia do município se expressa na concentração de 83,1% da População Economicamente Ativa neste setor; na indústria trabalham 13,9% e, na agricultura, apenas 3%.

A expansão da cidade de Ribeirão Preto, no período 1980-2000, é impulsionada pela ação da Companhia Habitacional de Ribeirão Preto (COHAB-RP), que construiu 22 conjuntos e 7 loteamentos. Na década de 1980, dos 25 loteamentos aprovados, 11 compreendiam conjuntos habitacionais e 14, loteamentos implantados pela iniciativa privada. A localização dos conjuntos habitacionais concentra-se, em sua maioria, no quadrante Oeste-Norte da cidade, a uma distância que varia de 3 a 3,5 Km do centro. Os loteamentos da iniciativa privada localizam-se de forma dispersa, nos diversos vetores da cidade. Com a extinção do Banco Nacional da Habitação (BNH), em 1986, encerrou-se a política habitacional definida pelo regime militar, que se caracterizou pela imposição de um modelo de conjunto habitacional para todo o país, independente das características ambientais ou culturais. Identificada como uma política autoritária, própria do regime militar, não chegou a realizar seu objetivo básico, ou seja, a construção de casas para a população de baixa renda. Apenas 15% dos investimentos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) foram destinados para a construção de habitações para famílias com renda inferior a 5 s.m. (Bolaffi, 1986). Foi atribuído a Caixa Econômica Federal o papel de agente financeiro dos programas habitacionais. A crise da economia nacional, nos anos de 1980, fez com que a captação de recursos através do FGTS diminuísse sensivelmente, além dos saques motivados pelo desemprego e o crescente número de operários sem carteira assinada.

A COHAB-RP, no período 1993-1996, amplia e diversifica suas ações, criando mais de 10 mil unidades, entre habitações e lotes urbanizados, contrastando com sua atuação nos 25 anos anteriores, quando foram produzidas 25 mil moradias (Italiano, 1997). Os programas implantados com recursos do município compreenderam lotes urbanizados, conjunto habitacional de apartamentos, remoção de favelas, locação social; com recursos federais foi implantada a Vila Tecnológica; e, em parceria com o setor privado, foi desenvolvido programa de lotes urbanizados. As intervenções da COHAB-RP, na década de 90, resultaram em 11 conjuntos e 7 loteamentos, sendo que a iniciativa privada, isoladamente, não lançou nenhum outro loteamento. Os conjuntos habitacionais mantêm a mesma localização da década anterior, quadrante Oeste-Norte, e os programas de lotes urbanizados localizam-se no vetor Nordeste, a 4 Km do centro. A falta de recursos do Governo Federal, para habitação, e a pressão do movimento organizado por moradia, acrescido do aumento de favelas e cortiços, fazem com que os estados e municípios desenvolvam programas com recursos próprios, ou em parceria com o setor privado. No período de 1980 a 1996, a COHAB-RP produziu 23.262 habitações unifamiliares, 4.645 apartamentos e 8.903 lotes urbanizados (COHAB –RP).

Apesar do aumento da produção de habitações e lotes urbanizados pela COHAB-RP, esse esforço foi insuficiente para responder à demanda existente, principalmente das camadas com rendimento de até 3 salários mínimos. A deterioração das condições de vida, em Ribeirão Preto, se expressa nos levantamentos realizados pela Secretaria Municipal do Bem Estar Social, nos anos 1981, 1990 e 2001, que revelam o aumento dos núcleos de favelas, correspondentes a 10, 17 e 33 núcleos. As favelas começam a surgir em Ribeirão Preto, nos anos 1980, com o crescimento dos núcleos de 70%, e, de 82,3% nos anos 1990. O crescimento desses núcleos se expressa nos levantamentos realizados nos anos 1980, 1990 e 2001, quando foram cadastrados 596, 1.333 e 5.027 barracos, respectivamente. Esse crescimento do número de barracos corresponde a 223%, nos anos de 1980, e de 337%, nos anos 1990 a 2001. Os 33 núcleos abrigavam em 2001, o total de 6.205 habitantes, representando 12,3% da

população do município de Ribeirão Preto (Secretaria Municipal do Bem Estar Social de Ribeirão Preto, 1994, 2001).

Nos anos de 1980 e 1990, prosseguiu-se a implantação de vias expressas, localizadas nos fundos dos vales, objetivando ligar o centro aos bairros, de forma a contornar os bairros. Na década de 1980, foram implantadas as vias Expressas Norte e Sul (avenida Caramuru), constantes do Plano de Vias dos anos de 1960, e a avenida Thomas Wately (trecho avenida Brasil - anel viário); esta última avenida constitui uma transversal às avenidas expressas. Nos anos 1990, foram construídos os prolongamentos da avenida Expressa Sul (avenida Adelmo Perdizza, até o anel viário) e avenida Expressa Sudeste (Francisco Junqueira, até a rodovia Anhangüera, constituindo-se num novo acesso à cidade, componente do Plano de Vias, dos anos de 1960), e a avenida Thomas Wately (trecho avenida Brasil – via expressa Norte).

Nas décadas de 1980 e 1990, o processo de verticalização no quadrilátero, ao contrário das décadas anteriores, que privilegiaram o centro, passa a concentrar-se na área correspondente ao bairro Higienópolis. A grande maioria desses edifícios é de residências de alto padrão, voltadas para as camadas de alta renda. A localização privilegiada do bairro deve-se à sua proximidade do centro, do novo setor bancário formado ao longo da avenida 9 de Julho, e do comércio e serviços de luxo que vêm se desenvolvendo no entorno da mesma avenida. Importante destacar que a rua Barão do Amazonas é uma das ruas do bairro Higienópolis e constituiu-se na expansão do centro, a partir de fins dos anos de 1960, abrigando o comércio de luxo. Somado aos atributos locacionais, o bairro, como já foi mencionado, possui lotes de maior área, o que facilita a compra dos terrenos pelas construtoras, pelo fato de não envolverem muitos proprietários. Comparando-se a população residente, recenseada pelo IBGE nos anos 1980 e 1991, constatou-se que 67% das quadras do bairro Higienópolis tiveram crescimento populacional de até 60% e, nas outras 33%, o crescimento variou de 60% a 150% (Migliorini, op. cit; 97) (Figuras 3.2 e 3.3).



- Setor da Estação Mogiana
- Setor da Praça XV de Novembro
- Bairro Higienópolis

*Figura 3.2 - Vista aérea de Ribeirão Preto - dec. 80
Processo de Verticalização*



*Figura 3.3 - Vista aérea de Ribeirão Preto - 1996
Processo de Verticalização*

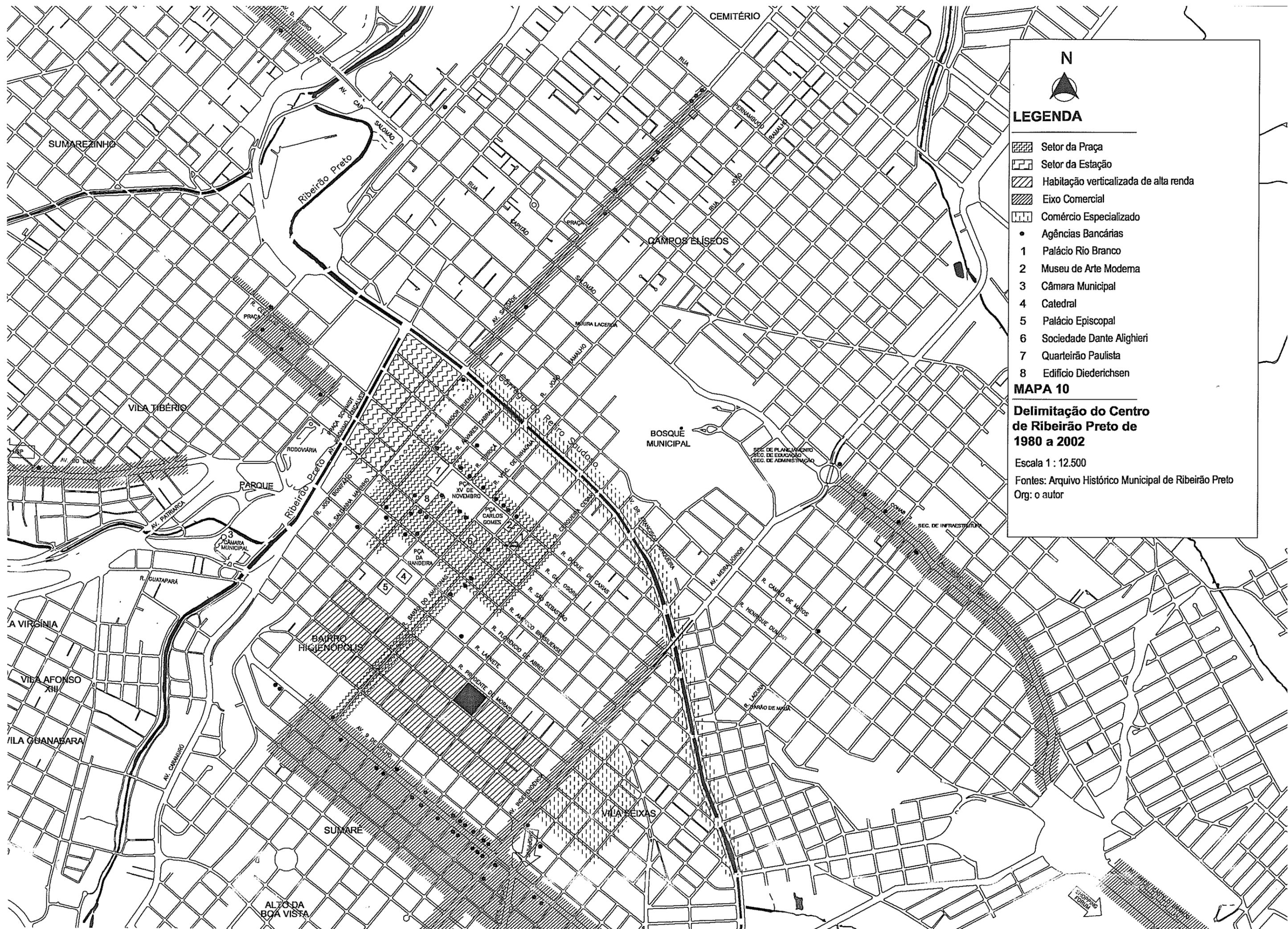
Tabela 8: Crescimento da população do bairro Higienópolis, no período 1980-1991, segundo os dados censitários:

Índice de crescimento -----	Número de quadras
Acima de -30% -----	10
-30% a -10% -----	12
-10% a 0% -----	---
0% a 10% -----	10
10% a 30% -----	5
30% a 60% -----	15
60% a 100% -----	7
100% a 150% -----	8
Total -----	67

Fonte: IBGE, 1980, 1991; apud, Migliorini, 1997; 97

- Limites da área verticalizada do bairro Higienópolis: rua Prudente de Moraes, avenida Independência, rua Quintino Bocaiúva, rua Bernadino de Campos e rua Amador Bueno (Mapa 10).

A partir dos dados obtidos por Migliorini (op. cit), referentes ao quadrilátero central, foi possível identificar que o crescimento populacional, no período 1980-1996, concentra-se principalmente na área correspondente ao bairro Higienópolis. Outro levantamento publicado pelo jornal Folha de São Paulo, indicando a localização dos edifícios em construção no quadrilátero, no ano 1993, registrou que, do total de 54 edifícios, 28 encontravam-se na área correspondente



LEGENDA

- Setor da Praça
- Setor da Estação
- Habitação verticalizada de alta renda
- Eixo Comercial
- Comércio Especializado
- Agências Bancárias
- 1 Palácio Rio Branco
- 2 Museu de Arte Moderna
- 3 Câmara Municipal
- 4 Catedral
- 5 Palácio Episcopal
- 6 Sociedade Dante Alighieri
- 7 Quarteirão Paulista
- 8 Edifício Diederichsen

MAPA 10

Delimitação do Centro de Ribeirão Preto de 1980 a 2002

Escala 1 : 12.500

Fontes: Arquivo Histórico Municipal de Ribeirão Preto
Org: o autor

ao bairro Higienópolis. (Folha de São Paulo, em 3/10/1993; apud, Migliorini op. cit, 99) Esses dados possibilitam estender, para o bairro, as conclusões da pesquisa de Migliorini. A tipologia predominante dos edifícios aprovados, no período 1980-1996, constitui-se de edifícios residenciais altos, de 8 a 19 pavimentos. Quanto ao número de unidades por andar, verificou-se, a partir de 1975, que a média de apartamentos por andar é de 5, representando uma redução de 3 unidades em relação aos períodos anteriores. Quanto a esse fato, enfatiza a autora que “os apartamentos oferecidos no Quadrilátero Central apresentavam áreas cada vez maiores, e, portanto, passavam a ser destinados às camadas de maior poder aquisitivo da população”. Outro aspecto identificado pela pesquisa refere-se à área média dos terrenos, que, no período 1975-1996, tiveram suas áreas ampliadas, passando de 500 m² do período anterior, para área próxima a 1.000 m² (Migliorini, op. cit; 94 – 98).

Para se avaliar a magnitude do processo de verticalização no quadrilátero, no período 1980-1996, o número de projetos de edifícios aprovados somam 181, representando 70% do total de edifícios aprovados desde a década de 1930. No quinquênio 1980-1985, foram aprovados 33 edifícios, no seguinte, 86, e 62, no período 1990-1996. O total dos 181 edifícios aprovados abrigavam 5.650 apartamentos. A queda no número de edifícios aprovados no último período é explicada, principalmente, pela crise econômica nacional que atinge a região, pela extinção do Pró-álcool, pela queda dos produtos agrícolas e aprovação restritiva à construção de edifícios altos, no quadrilátero (Migliorini, op. cit; 93).

O centro de Ribeirão Preto ,nas duas últimas décadas, passa pelo processo que é comum aos grandes centros urbanos brasileiros, que é o “abandono do centro pela elite”. Esse processo identificado por Villaça (op. cit) e Singer (op. cit), expressa a combinação de uma série de fatores, que são: a necessidade de expansão do centro, acompanhando o crescimento da cidade; a reorganização das atividades comerciais e de serviços, motivada, pelo processo de monopolização do capital, pelas mudanças organizacionais, e pelos avanços tecnológicos; a difusão do uso do carro, impulsionando a mobilidade das pessoas; e os interesses do capital imobiliário em oferecer “espaços novos” mais adequados para atender às novas necessidades.

Nesse período, o centro manteve os seus limites e adensamento do período anterior (Mapa 10). As mudanças que ocorreram estão relacionadas à substituição do comércio e serviços de luxo pelo comércio popular e, também, ao porte das empresas. Esse comércio e serviço popular são representados por grandes empresas que possuem redes de grandes lojas, instaladas em vários pontos do centro. A constituição das redes é a expressão do processo de concentração e monopolização do capital comercial, que é parte do processo de globalização do capital que atingiu todos os setores da economia brasileira.

Outro aspecto do mesmo processo de mudança do caráter do centro de Ribeirão Preto diz respeito ao deslocamento das atividades de lazer e entretenimento. Esse fato retira do centro seu caráter de animação noturna, com a subtração da sua dimensão de local do encontro e das festas. Permanecem as atividades de consumo, trabalho e habitação. Para os antigos moradores, o centro mantém sua dimensão simbólica, por abrigar as praças XV de Novembro, da Bandeira, sedes do Executivo Municipal, da Associação Comercial e Industrial, a Catedral, Palácio Episcopal, o teatro D. Pedro II, museu, bibliotecas e algumas edificações de valor histórico.

3.2.2 – A expansão do comércio popular

No período 1980-2000, o centro de Ribeirão Preto compreende o setor da praça e da estação, mantendo-se o mesmo do período anterior. Caracteriza-se pela localização da sede do Executivo Municipal e das Secretarias de Finanças, e Saúde, do teatro, da sede da Associação Comercial e Industrial, da Catedral e do Palácio Episcopal, das atividades financeiras, do comércio e de serviços populares diversificados. O centro de Ribeirão Preto continua a abrigar a maior concentração de empresas cadastradas da cidade, diferenciando-se dos eixos comerciais que abrigam menor número de empresas pulverizadas numa área maior.

Nesse período, inicia-se o processo de popularização do centro de Ribeirão Preto, somado ao deslocamento da Câmara Municipal, Secretaria Municipal, Fórum, sedes de bancos, cinemas, restaurantes, além do comércio e serviço de luxo.

No levantamento de campo realizado em 2002, foram identificadas as seguintes ruas, cuja atividade de comércio é predominante (acima de 60%): ruas Duque de Caxias, Gal. Osório, São Sebastião, Américo Brasiliense, José Bonifácio, Saldanha Marinho, Amador Bueno, Álvares Cabral, Tibiriçá, Visconde de Inhaúma, Barão do Amazonas. As ruas que abrigavam o mesmo número de comércio e serviços, são: ruas Marcondes Salgado e Cerqueira César.

Ao verificar a distribuição do número de atividades por rua, constatou-se que o maior número de empresas está localizado na rua Barão do Amazonas, representando 19% do total, em 2002. Essa rua, que constituiu a expansão do centro no final dos anos de 1960, abriga o comércio de luxo, composto, principalmente, por lojas especializadas, que se deslocaram do centro em direção aos bairros das camadas de alta renda, a partir de fins dos anos de 1960. Entre as atividades aí localizadas, as que mais se destacam são as boutiques, lojas de confecções, e sapatos em menor número. Em 2º lugar, a rua São Sebastião, que abriga 15,4% do total das atividades. Nessa rua que, em 1948, dividia-se entre comércio e serviços, em 2002 predominam as atividades comerciais, destacando as lojas especializadas. Entre estas, as lojas de confecções lideram, seguidas das lojas de departamentos e bares. Em 3º lugar, a rua Gal. Osório (antiga rua do Comércio)

abriga 13,2% das atividades, como: as lojas de confecções, seguidas das lojas de sapatos. O potencial comercial dessa rua foi inibido com as obras de revitalização do centro, no início dos anos de 1990, quando foram fechados 4 de seus quarteirões, para a construção do calçadão. Esse fato eliminou sua função de ligação centro-bairros. Em 4º lugar, a rua Américo Brasiliense participa com 9,4% do total das atividades, com as lojas de confecções na liderança, seguidas dos bares. Essa rua que, em 1948, dividia-se entre comércio e serviços, chega, em 2002, com seu potencial ampliado, abrigando majoritariamente as lojas especializadas, secundadas pelos serviços de alimentação e outros serviços coletivos e pessoais, com menor expressão. Em 5º lugar, está a rua Saldanha Marinho, com participação de 7,7% do total. Entre as atividades que abriga, a principal são as lojas de móveis. Essa rua teve seu potencial reduzido em relação a 1948, mesmo constituindo um dos principais acessos do centro ao bairro Campos Elíseos. Seu caráter de via comercial foi mantido, tendo a predominância de lojas especializadas, em 2002. Em 6º lugar, a rua Duque de Caxias, com participação de 7,3% no total, que tinha inexpressiva participação, em 1948, e, atualmente, abriga predominantemente lojas especializadas. O destaque está com as lojas de móveis e de molduras, mas também estão aí localizadas 7 agências bancárias. Constitui um dos principais acessos do centro ao bairro V. Tibério. Importante destacar que esse conjunto de 6 vias abriga 72% do total das atividades localizadas no centro de Ribeirão Preto, em 2002, tendo como característica a localização das lojas especializadas (Tabela 9).

No período 1960-2000, o setor de comércio e serviços passa por profundas transformações, a partir do novo modelo econômico que tem, na concentração e centralização do capital, seu embasamento. São constituídas as novas redes de lojas de departamentos (algumas já existiam em 1948) e supermercados, incluindo o comércio atacadista. Nesse período, as lojas de departamento, localizadas no centro, compreendem: A Modelar, Cia. Com. Ind. Diederichsen, Casa Affonso, Casas Pernambucanas, Casa Progresso, A Especialista, Lojas Americanas, Supermercado Pão de Açúcar, Magazine Luiza (anos 1980), Casa Bahia (anos 1990). Na década de 1970, duas dessas lojas tinham filiais no eixo comercial

Tabela 9: Distribuição das empresas por rua do Centro de Ribeirão Preto - ano 2002

Atividades	Olavo Bilac	Vicente de Carvalho	Amadeu Amaral	Bernardino de Campo	Rui Barbosa
Saúde e Serviços Sociais	21 40,4%	17 48,6%	17 70,8%	28 77,8%	21 63,6%
Ensino		1 2,9%	1 4,2%		1 3,0%
Intermediação Financeira	3 5,8%			1 2,8%	
Serviços Princ. Empresas	1 1,9%	2 5,7%	1 4,2%	2 5,6%	1 3,0%
Manut. e Repar. de Veículos	1 1,9%		0,0%		
Outros Serv. Colet. Pessoais	4 7,7%	2 5,7%	1 4,2%		3 9,1%
Alimentação	7 13,5%	1 2,9%	2 8,3%	3 8,3%	3 9,1%
Lojas Especializadas	15 28,8%	12 34,3%	1 4,2%	2 5,6%	4 12,1%
Supermercado / Açougue			1 4,2%		
TOTAL	52 100,0%	35 100,0%	24 100,0%	36 100,0%	33 100,0%
Serviços	30 57,7%	22 62,9%	20 83,3%	31 86,1%	26 78,8%
Comércio	22 42,3%	13 37,1%	4 16,7%	5 13,9%	7 21,2%
TOTAL	52 100,0%	35 100,0%	24 100,0%	36 100,0%	33 100,0%

Fonte: Levantamento de campo - o autor

avenida Saudade, localizada no bairro Campos Elíseos; é o caso das Casas Pernambucanas e Lojas Americanas, e do Magazine Luíza nos anos de 1990. As lojas de departamentos situadas no centro localizam-se no setor antes ocupado pelo comércio de luxo e antigas agências bancárias.

A tendência de o centro abrigar grandes lojas não se restringe às lojas de departamentos e drogarias, mas também grandes lojas especializadas que comercializam sapatos, roupas, presentes e miudezas em geral (lojas 1.99). Essas lojas localizam-se, principalmente, no setor que abrigava, anteriormente, o comércio voltado para as camadas de baixa renda. Pode-se observar a mudança no porte das lojas, que passaram a ocupar o espaço de várias pequenas lojas.

O processo de deslocamento das secretarias municipais, do centro para outros bairros da cidade, tem início nos anos 1980, com a localização das Secretarias da Educação e Serviços de Obras Sociais, no bairro Campos Elíseos. Nos anos de 1990, esse processo se acentua com sete secretarias localizadas fora do centro.

As atividades noturnas que mantinham a animação do centro, após o horário comercial, já não se encontram no centro. Os cinemas, transformados em redes, abrigaram-se nos shoppings. Os bares e restaurantes deslocaram-se para os eixos comerciais e seus entornos, motivados pela facilidade de acesso, espaço para estacionamento e modismos de cada período. A falta de movimentação noturna provoca um diferencial no centro, que era o local do encontro, cultura e lazer. No período noturno os espaços públicos ficam abandonados, possibilitando o uso inadequado por alguns cidadãos.

Os comerciantes do centro, impressionados com as mudanças que ele vinha sofrendo e, conseqüentemente, a perda de seu prestígio, fizeram gestões junto ao Governo Municipal para que desenvolvesse alguma ação para tentar reverter esse processo. Assim, no início dos anos de 1990, foi implantado o calçadão, que compreendeu o fechamento de 8 quarteirões; 4 quarteirões da rua Gal. Osório, 1 da rua Álvares Cabral, e 1 da rua Tibiriçá. Essa intervenção que se restringiu a um projeto pontual, visando apenas criar maior espaço de circulação de pedestres, veio agravar os problemas de circulação de veículos no centro e, por outro lado, não conseguiu reverter o processo de popularização do centro.

A transferência do Fórum, nos anos de 1990, para o vetor Sudeste de expansão urbana, vem agravar a descentralização do centro. Motivados por esse fato, escritórios de advocacia e serviços de apoio acompanharam esse deslocamento. Grandes escritórios de advocacia vieram localizar-se nos bairros Ribeirânia e Nova Ribeirânia, onde está localizado o Novo Fórum.

3.3 – Os Eixos Comerciais de Ribeirão Preto: o desdobramento do centro

A formação dos eixos comerciais em Ribeirão Preto, como já mencionado, iniciou-se, na década de 1940, ao longo da avenida da Saudade e na rua Cel. Luiz da Cunha, localizadas nos bairros Campos Elíseos e V. Tibério, respectivamente. O comércio e os serviços instalados nesses eixos eram voltados ao atendimento das camadas de baixa renda que aí residiam, ou dos bairros vizinhos.

O grande crescimento experimentado pela cidade, nas décadas de 1950 e 1960, impulsionou o processo de constituição dos eixos comerciais, nos diversos quadrantes na cidade.

Esse processo denominado por Spósito de “desdobramento do centro” (conceito utilizado por Cordeiro, op. cit), é identificado como...”a partir da década de 1970, nas áreas metropolitanas, e dos anos de 1980, nas cidades médias, a generalização de uma tendência da localização das atividades terciárias tipicamente centrais, ao longo das vias de maior circulação de veículos, traduzindo-se na configuração de eixos comerciais e de serviços importantes”. O processo de desdobramento se diferencia do processo de expansão do centro, segundo a autora, pelo fato de os eixos não estarem localizados de forma contígua ao centro ou aos subcentros. Os elementos apontados por Spósito que caracterizam a diferenciação entre as áreas dos eixos e de expansão do centro, compreendem: as áreas correspondentes aos eixos não estão localizadas contíguas ao centro, portanto não devem ser identificadas como expansão geográfica dos mesmos (cita, como exemplo, as avenidas Paulista e Faria Lima, em São Paulo); os eixos abrigam “atividades tipicamente centrais, mas de forma especializada”, a especialização dos eixos concretiza-se pela funcionalidade dos mesmos, e/ou pela setorização socio-econômica; esta especialização responde às camadas de alta renda que “progressivamente abandonam o “centro tradicional” (Spósito, op. cit; 10 e 13).

Villaça relaciona o processo da formação das “sub-regiões urbanas” com a constituição do novo centro. O autor registra que ... “a década de 1960 marcou, em todas as novas metrópoles e mesmo nas cidades médias, o início do desenvolvimento de grandes “sub-regiões urbanas” de comércio e serviços voltados para as camadas de alta renda; para essas sub-regiões transferiram-se

lojas, consultórios, cinemas, restaurantes, bancos, profissionais liberais, estabelecimentos de diversão, etc. que atendiam àquelas camadas e que se localizavam no centro principal. Tais sub-regiões passam a ser conhecidas como “centro novos”; começam com áreas restritas – a rua Augusta, em São Paulo; a Savassi, em Belo Horizonte; a Independência, em Porto Alegre; a região do Iguatemi, em Salvador; a Boa Viagem, em Recife - e logo expandiram-se bastante. A partir da década de 1970, até os shopping centers passaram a se localizar dentro dessas enormes sub-regiões urbanas, e as cidades médias começaram a apresentar um esvaziamento de seus centros principais, embora de maneira não tão aguda quanto nas metrópoles. Nesse esvaziamento, o Estado teve papel de destaque em muitas cidades, com a construção de centros administrativos, fóruns, prefeituras, etc. fora dos centros principais e na direção e até dentro das áreas residenciais nobres da cidade” (Villaça, op. cit; 277, 278 e 281).

Analisando o mesmo processo em Ribeirão Preto, constatou-se que, na formação do eixo, num primeiro momento, as atividades de comércio e serviços se localizaram nas vias de maior fluxo de veículos, e à medida que o espaço físico destas se esgotava, o comércio e serviços se dirigiam para as ruas transversais e paralelas à via principal, formando uma grande “sub-região urbana”. Esse processo vem se acentuando com a pulverização das atividades de comércio e serviços por grandes áreas, sem limites precisos. No caso de Ribeirão Preto, esse processo é facilitado pela legislação urbanística que permite a todo espaço urbano uso misto, excluindo apenas 3 bairros que são estritamente residenciais.

Estabeleceu-se como unidade espacial de análise o eixo comercial e sua correspondente área de influência, assim definindo uma sub-região. As sub-regiões orientaram a organização dos dados do Cadastro de Empresas da Prefeitura de Ribeirão Preto, correspondente a cada uma das sub-regiões.

Apesar de ter uma formação relativamente recente, final dos anos 1970, a sub-região formada pelos eixos comerciais localizados no quadrante Leste-Sul teve expressivo desenvolvimento, motivado pelos investimentos do setor público e privado, sendo privilegiadas as atividades comerciais, os serviços e as residências. Esse processo de disputa pelo mesmo espaço, entre as atividades comerciais e residencial, foi analisado por Singer (op. cit; 28) ...”Existe o fato de, em determinadas condições, empresas e indivíduos disputarem áreas idênticas do

espaço urbano. Isto se dá sobretudo com empresas que utilizam os mesmos serviços urbanos – transporte, comunicações, comércio varejista, etc. – que a população. Há uma nítida tendência, por exemplo, de certas empresas e serviços (escola, agências de publicidade, imobiliária, bancárias, etc.) invadirem antigos bairros residenciais, em São Paulo. Isso tudo tem por conseqüência unificar o mercado imobiliário em cada cidade, fundindo as demandas por uso produtivo e habitacional do espaço”.

A sub-região que se formou no quadrante Leste-Sul tem, como atributos, os reivindicados pelas camadas de alta renda, para moradia, como pelo comércio e serviços modernos, para sua instalação. (Mapa 8.1) A referida sub-região é tencionada em seus 3 extremos: num dos extremos está localizado o novo setor bancário, da avenida 9 de Julho; no extremo Sul, o Shopping Ribeirão e, no extremo Leste, o Novo Shopping. Este quadrante tem sido privilegiado pelas incorporadoras e construtoras que, a partir dos anos 1990, construíram vários empreendimentos voltados para as camadas de alta renda. Entre estes instrumentos, se destacam as construções, junto ao Shopping Ribeirão, de 1 hotel, condomínios fechados, vários edifícios residenciais de 30 pavimentos, com 1 ou 2 apartamentos por andar, 1 prédio comercial de 19 pavimentos, com seu gerenciamento todo informatizado, implantação do Campus da UNIP, loteamentos com tratamento paisagístico, compreendendo áreas residenciais uni e multifamiliares, área comercial. No vetor Leste, junto ao Novo Shopping, foram construídos vários hotéis, o novo Fórum e bairros residenciais para alta renda. Ainda neste quadrante localizam-se o Campus da UNAERP, Faculdade Barão de Mauá e Faculdades COC.

A sub-região formada pelo eixo comercial localizado nos quadrantes Nordeste- Noroeste foi constituída a partir dos anos 1940, voltada para o atendimento das camadas de baixa renda e lá se concentravam as indústrias. Nas últimas décadas, esta sub-região teve seu perfil alterado, abrigando camadas de média e baixa renda, o comércio e serviços, voltados para essas camadas, e de apoio às atividades produtivas. A ocupação do solo dessa sub-região se caracteriza pelo uso misto. O comércio de maior expressão compreende lojas de departamentos, lojas pertencentes a redes e a constituição de um setor bancário, na

avenida da Saudade. A expansão da cidade nesses quadrantes está limitada nos 2 vetores, Norte e Oeste, pela proximidade da divisa do município. (Mapa 8.1)

3.3.1 – Os eixos comerciais nos setores de alta renda

3.3.1.1 – Eixos comerciais: avenidas 9 de Julho, Independência e Presidente Vargas e Vila Seixas

A abertura das avenidas 9 de Julho e Independência teve início no período 1920 /1923, constituindo dois lados do quadrilátero central. A ocupação da avenida Independência teve início em 1932, e, da 9 de Julho, em 1935, conforme Relatório da Diretoria de Obras 1932/1935. O prolongamento dessas avenidas acompanha a implantação dos loteamentos, na década de 1950, como parte de seus sistemas viários.

O traçado da avenida Pres. Vargas coincide com o leito da estrada de acesso a São Paulo, passando pelo distrito de Bonfim Paulista. Sua implantação acompanha a execução do loteamento, no período 1950-1970. No final da década de 1970 e início dos anos 1980, a avenida foi duplicada, tendo em vista a inauguração do Shopping Ribeirão, em 1981.

Essas avenidas destacam-se no sistema viário dos loteamentos, tanto pelo dimensionamento de suas caixas, como pela existência do canteiro central e passeios largos. A avenida 9 de Julho diferencia-se pela arborização do canteiro central e a manutenção da sua pavimentação com paralelepípedo.

O vetor Sul da cidade, onde se localiza essa sub-região, constitui o setor nobre da cidade. A tendência do deslocamento das atividades de comércio e serviços acompanhando o deslocamento das camadas de alta renda, motivado pela infra-estrutura instalada nesse eixo, responde às novas exigências organizacionais e tecnológicas, além do uso do carro como meio de locomoção. Esse conjunto de fatores leva a uma disputa entre o uso residencial e comercial, que competem por espaços com as mesmas características, apontadas por Singer (op. cit) e Villaça (op. cit) em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Vitória e Porto Alegre.

Essa sub-região abrigava, nas décadas de 1970, 1980 e 1990, respectivamente, 11,7%, 14,1% e 16,9% do total das empresas cadastradas,

constituindo, na década de 1990, o terceiro setor da cidade com maior número de empresas (Tabela 7).

Entre as empresas cadastradas na década de 1970, localizadas nessa sub-região, as lojas especializadas assumem a liderança (21,4%), seguidas dos serviços de manutenção e reparo de veículos (13,6%), e, em 3º lugar, as indústrias (13%). Na década de 1980, as duas primeiras colocadas mudam sua colocação, ficando em 1º lugar os serviços de manutenção e reparo de veículos (17,3%), em 2º, lojas especializadas (16,2%), e, em 3º, serviços de obras e construção civil (11,5%). Nos anos de 1990, em 1º lugar estão as lojas especializadas (13,7%), seguidas dos serviços de manutenção e reparo de veículos (12,6%) e, em 3º, serviços prestados principalmente às empresas (12,3%) (Tabela 10) (Mapas 8, 9 e 10).

A consolidação da Av. 9 de Julho como o novo setor bancário deve-se ao fato de a maioria dos bancos instalar aí suas agências, além de abrigar as sedes dos bancos de capital internacional. Em 1981, eram 4 agências bancárias aí localizadas, passando para 12, em 1987, e chegando a 25 agências, no ano 2000 (Tabela 5). Atualmente, a liderança da avenida 9 de Julho, abrigando mais que o dobro das agências localizadas na avenida Saudade, não se restringe à questão numérica, mas diferencia-se qualitativamente. Sua eleição para se constituir no novo setor bancário está relacionada com a sua posição espacial na cidade – vetor sul -, onde se localizam os bairros das camadas de alta renda, o vetor de expansão urbana mais valorizado, além de seu valor histórico, por abrigar, até os anos 1960, mansões representativas do ciclo econômico que se iniciou nos anos de 1950.

O crescimento das atividades de comércio e serviços, nessa sub-região, se dá, principalmente, nas décadas de 1980 e 1990, com o crescimento de 96% no total das atividades na última década, em relação à anterior. Os dados dos anos de 1970 a 1990 registram a manutenção das características da sub-região, compreendendo as seguintes atividades: lojas especializadas, serviços de manutenção de veículos e, na última década, os serviços de apoio principalmente às empresas. Destaca-se, ainda, o crescimento, nos anos de 1990, das atividades de serviços de obras e construção civil, serviços de transporte, armazenamento e comunicações, outros serviços coletivos e pessoais, e alimentação. A significativa participação dos serviços de manutenção de veículos representa revendedoras de

Tabela 10: Participação das empresas por década - Eixo avenidas 9 de Julho, Independência e Presidente Vargas - de 1970 a 2000

ATIVIDADES	ANTERIOR 1970		DÉCADA DE 1970		DÉCADA DE 1980		DÉCADA DE 1990	
Saúde e Serviços Sociais			3	1,9%	14	2,4%	58	2,0%
Ensino			1	0,6%	7	1,2%	51	1,8%
Intermediação Financeira	1	6,3%	3	1,9%	29	4,9%	114	4,0%
Serviços Princ. Empresas			13	8,4%	43	7,3%	348	12,3%
Atividades de Informática							8	0,3%
Atividades Imobiliária			3	1,9%	13	2,2%	94	3,3%
Obras de Const. Civil			12	7,8%	68	11,5%	280	9,9%
Transp. Armaz. e Comunic.			17	11,0%	36	6,1%	223	7,9%
Manut. e Repar. de Veículos	6	37,5%	21	13,6%	102	17,3%	358	12,6%
Outros Serv. Colet. Pessoais	3	18,8%	14	9,1%	58	9,8%	277	9,8%
Agência de Viagem					3	0,5%	18	0,6%
Lazer					5	0,8%	21	0,7%
Alojamento					4	0,7%	18	0,6%
Alimentação	2	12,5%	8	5,2%	42	7,1%	206	7,3%
Prod. Alimentícios			2	1,3%	2	0,3%	30	1,1%
Tecidos / Calçados					3	0,5%	10	0,4%
Lojas Especializadas	4	25,0%	33	21,4%	96	16,2%	388	13,7%
Supermercado / Açougue			3	1,9%	15	2,5%	42	1,5%
Atacadistas			1	0,6%	13	2,2%	102	3,6%
Indústria			20	13,0%	38	6,4%	188	6,6%
TOTAL	16	100,0%	154	100,0%	591	100,0%	2834	100,0%

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda Ribeirão Preto/ CODERP. Cadastro de Empresas, 2001.

veículos importados ou nacionais de luxo. As avenidas 9 de Julho, Independência e Presidente Vargas tiveram crescimento, na última década, de 96%, ocupando o 3º lugar entre os eixos, quanto ao crescimento de empresas (Tabela 7).

Na área contígua à avenida 9 de Julho, formada pelas ruas João Penteado e Eliseu Guilherme, paralelas à avenida, formou-se um setor de comércio e serviços de luxo. Esse bairro, denominado Sumaré, abrigava antigas residências de camadas de alta renda, que foram adaptadas ou reconstruídas para abrigar as novas atividades. Nos levantamentos realizados em 2002, a rua João Penteado abrigava igual número de comércio e serviços, destacando-se lojas especializadas (roupas, alta costura, sapatos, perfumes, consultórios, clínicas, agência de viagens). Na rua Eliseu Guilherme, as lojas especializadas têm maior participação (63,9%), seguidas pelos serviços.

No bairro Alto da Boa Vista, que é o prolongamento do bairro Sumaré, constata-se que, principalmente, as atividades de serviços (consultórios, clínicas, escolas, empresas de consultoria etc.), estão pulverizadas por toda a área.

As avenidas Independência e Pres. Vargas têm as mesmas características da sub-região, mas o comércio e serviços são de maior porte e mais diversificados. Acrescentam-se ainda as atividades de lazer (bares, restaurantes, lanchonetes), instaladas nessas avenidas, que lhes conferem, no período noturno, grande animação.

Na extremidade da avenida Presidente Vargas está localizado o Ribeirão Shopping, que abriga atividades de comércio, serviços e lazer.

O bairro denominado V. Seixas compreende 1 loteamento aprovado na década de 1940 e outros 2, na década de 1950. Esse bairro, que, inicialmente, caracterizava-se como residencial unifamiliar, passa por mudanças significativas a partir da década de 1960, quando é inaugurado o Hospital São Lucas. Esse processo consiste na mudança de suas edificações, ou seja, as residências vêm sendo adaptadas para abrigar comércio e serviços complementares aos serviços de saúde. Com essas mudanças, cresce o número de consultórios médicos, clínicas, dentistas, laboratórios, drogarias, farmácias de manipulação, casas especializadas em artigos para saúde.

Os atributos do bairro lhe conferem uma posição privilegiada na cidade, seja por estar localizado em área contígua ao quadrilátero, ou pela fácil

acessibilidade através das avenidas 9 de Julho, Independência e Francisco Junqueira, que o delimitam.

Sua participação, no total geral das empresas cadastradas da sub-região, representa 25,8%, 19,5% e 16,6%, respectivamente, nas décadas de 1970, 1980 e 1990. Mesmo perdendo posição no rol geral das sub-regiões de Ribeirão Preto, ocupa a 4ª colocação, na década de 1990. Apesar deste fato, o número de empresas que abriga vem crescendo (Tabela 7).

As empresas localizadas na Vila Seixas têm a seguinte participação: em 1º lugar, estão os serviços de manutenção e reparo de veículos, que se concentram ao longo da Av. Francisco Junqueira, com participação de 25,7%, 28,3% e 22,9%, nas décadas de 1970, 1980 e 1990, respectivamente. Esta avenida constitui um eixo especializado em peças, acessórios, oficinas de veículos e revendedoras de carros e motos. O 2º lugar é ocupado por serviços prestados principalmente às empresas, que são as atividades que mais têm crescido no bairro, com participação de 10,4%, 11,4% e 15,4%, nas mesmas décadas, respectivamente. Em 3º lugar estão as pequenas indústrias, que participam com 9,5%, 10,5% e 9,8%, respectivamente, nas décadas de 1970, 1980 e 1990. Os serviços de saúde, que se destacam no bairro, têm as seguintes participações: 9,2%, 9,1% e 5,1%, no mesmo período. A concentração de atividades geradoras de fluxo de pessoas mantém a participação dos serviços de alimentação próximo aos 9% (Tabela 11) (Mapas 8, 9 e 10).

Os dados das décadas de 1980 e 1990 indicam crescimento de 102% das atividades, na última década, em relação à anterior (Tabela 7). Nesse mesmo período, as características da sub-região mantiveram-se, compreendendo as atividades de serviços de manutenção e reparo de veículos, serviços prestados principalmente às empresas e indústrias. Na última década, destaca-se o crescimento das seguintes atividades: serviços de alimentação; outros serviços coletivos e pessoais; serviço de transporte, armazenamento e comunicações; serviços de obras e construção civil; saúde e serviços sociais. A Vila Seixas manteve o expressivo crescimento de 102%, no número de empresas, na última década, ocupando o 1º lugar entre as sub-regiões (Tabela 7). O crescimento da V. Seixas deve-se ao fato de ser uma área contígua à Av. 9 de Julho e ao quadrilátero central.

Tabela 11: Participação das empresas por década - Vila Seixas - de 1970 a 2000

ATIVIDADES	ANTERIOR 1970		DÉCADA DE 1970		DÉCADA DE 1980		DÉCADA DE 1990	
Saúde e Serviços Sociais	10	7,5%	31	9,2%	74	9,1%	141	5,1%
Ensino	0		3	0,9%	14	1,7%	87	3,1%
Intermediação Financeira	1	0,8%	8	2,4%	13	1,6%	97	3,5%
Serviços Princ. Empresas	8	6,0%	35	10,4%	93	11,4%	430	15,4%
Atividades de Informática	1	0,8%	0		4	0,5%	33	1,2%
Atividades Imobiliária	2	1,5%	5	1,5%	23	2,8%	100	3,6%
Obras de Const. Civil	1	0,8%	27	8,0%	48	5,9%	188	6,7%
Transp. Armaz. e Comunic.	2	1,5%	27	8,0%	49	6,0%	215	7,7%
Manut. e Repar. de Veículos	44	33,1%	87	25,7%	230	28,3%	637	22,9%
Outros Serv. Colet. Pessoais	6	4,5%	24	7,1%	69	8,5%	243	8,7%
Agência de Viagem	0		0		0		9	0,3%
Lazer	0		3	0,9%	7	0,9%	28	1,0%
Alojamento	0		1	0,3%	3	0,4%	25	0,9%
Alimentação	11	8,3%	29	8,6%	75	9,2%	253	9,1%
Prod. Alimentícios	0		0		0		0	
Tecidos / Calçados	1	0,8%	1	0,3%	1	0,1%	1	0,0%
Lojas Especializadas	19	14,3%	19	5,6%	19	2,3%	19	0,7%
Supermercado / Açougue	0		0		0		0	
Atacadistas	6	4,5%	6	1,8%	6	0,7%	6	0,2%
Indústria	21	15,8%	32	9,5%	85	10,5%	274	9,8%
TOTAL	133	100,0%	338	100,0%	813	100,0%	2786	100,0%

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda Ribeirão Preto / CODERP. Cadastro de Empresas, 2001.

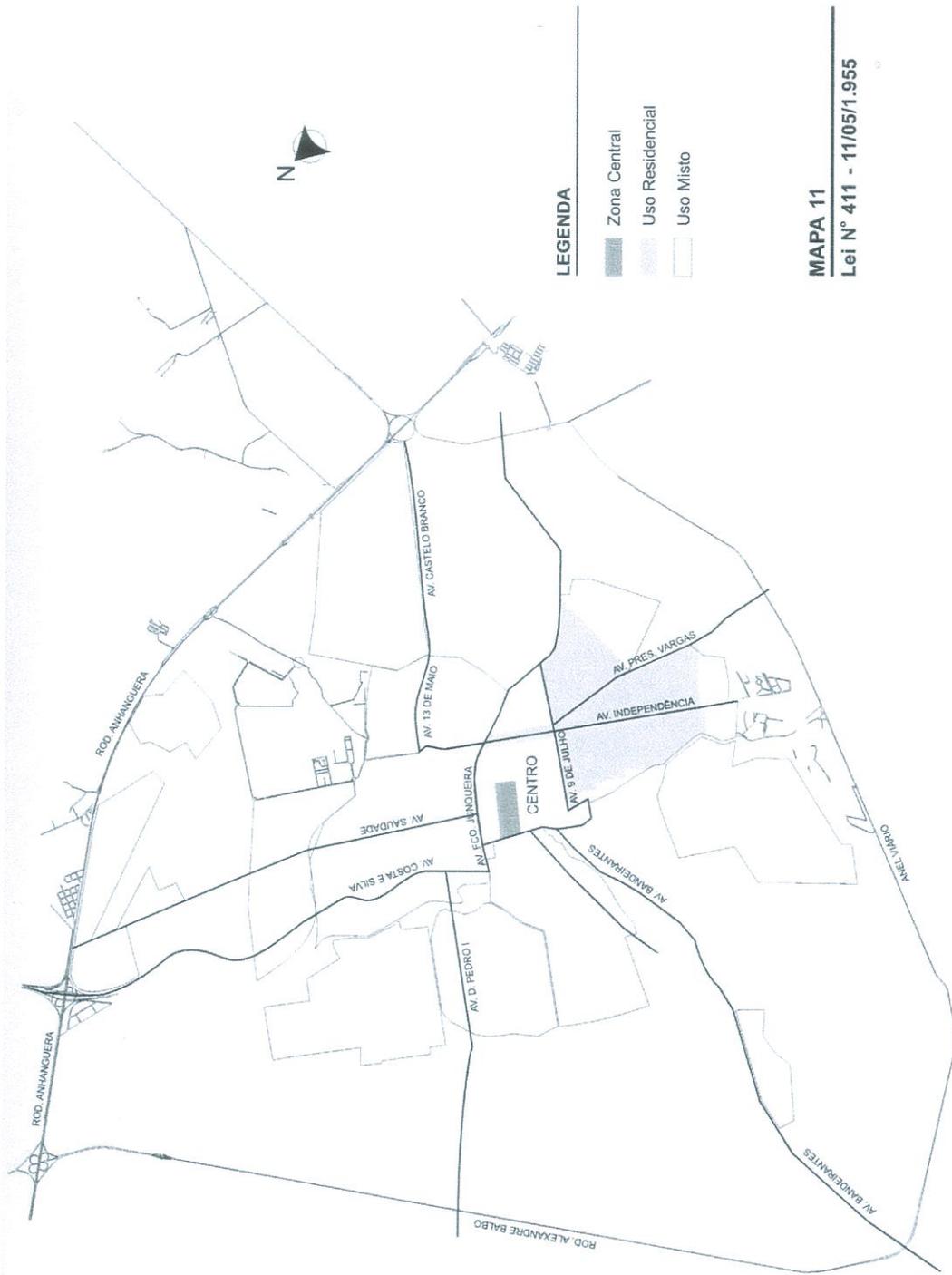
O papel da legislação na constituição da sub-região Sul

A influência que o capital comercial e imobiliário exerce nas alterações da política de ocupação do solo, no vetor sul, visando novos investimentos, fica explícita ao se analisarem as mudanças da legislação municipal no período 1950 / 1990, que disciplinam a localização do uso comercial, no vetor sul.

Aprovada em 11/5/1955, a lei nº 411 delimita a área que compreende todos os loteamentos localizados ao Sul da avenida 9 de Julho, denominando-os bairros residenciais (Mapa 11). A lei nº 1.119, de 27/11/1961, foi a primeira alteração, autorizando a instalação de farmácias, mercearias, bares, restaurantes e padarias, nas áreas residenciais. Em 30/11/1966, nova alteração foi aprovada e consolidada na lei nº 1.845, que autoriza a construção do comércio na área residencial, desde que localizado em “centros comerciais”. Estes deveriam ser construídos nas esquinas, agrupados no mínimo de 6 unidades comerciais, com área mínima total de 300 m², ou ainda a construção de supermercado, com a mesma metragem. Importante destacar a exigência de estacionamento, definindo 1 vaga para cada 30 m² de construção.

A avenida 9 de Julho e todos os lotes localizados em suas travessas que tivessem uma das suas faces para a avenida deveriam manter o uso residencial. Esse artigo garante o interesse da burguesia na manutenção de suas residências na avenida, além de preservar o status conferido a esse espaço. A lei nº 1.863, aprovada em 20/12/1966, incorpora a avenida Pres. Vargas, em toda a sua extensão, à área residencial, incluindo a Praça Salvador Spadoni, localizada no cruzamento das avenidas Pres. Vargas e 9 de Julho, e suas adjacências, num raio de 100 m. Em 10/10/1967, nova alteração é aprovada através da lei nº 1.993, autorizando a localização de instituto de beleza na área residencial, sem nenhuma restrição.

Na década de 1970, o capital financeiro associa-se ao capital comercial e imobiliário, conseguindo a aprovação de uma nova legislação, de nº 3.349, em 7/10/1977, criando os “corredores comerciais” nas avenidas 9 de Julho, Independência (desde o início até a R. Júlio Prestes) e a Pres. Vargas (a partir do cruzamento com a avenida Diederichsen, em direção ao sul) (Mapa 12) . As atividades permitidas nos corredores comerciais compreendiam: comércio de



consumo excepcional (raro e requintado), serviços profissionais, serviços pessoais de saúde e higiene, serviços de escritório e negócios. A listagem das atividades indica as características de alto padrão que se pretendiam imprimir a estes corredores. Essa lei abre o caminho para que a avenida 9 de Julho venha a se constituir no novo centro financeiro de Ribeirão Preto.

A lei nº 3.814, de 1/9/1980, acrescenta às atividades permitidas nos corredores de comércio, lojas de decoração e floricultura. Em 16/12/1980, foi aprovada a lei nº 3.891, que transformava em corredor comercial a avenida Portugal, desde o seu início até o cruzamento com a avenida Sen. César Vergueiro. A lei nº 4375, de 5/8/1983, amplia a área de comércio ao longo da avenida Pres. Vargas, compreendendo o trecho desde a avenida Itatiaia até o anel viário. Em 15/9/1983, foi aprovada a lei nº 4.392, que descaracteriza o bairro residencial V. Sta. Terezinha, transformando-o em uso misto. Esse é o primeiro bairro que deixa de ser residencial, localizado ao sul da avenida 9 de Julho, desde que a lei 411 definiu o vetor sul como área residencial.

Na década de 1980, ao avanço das atividades terciárias no setor Sul, soma-se a instalação do Shopping Ribeirão, na periferia da área sul, junto ao anel viário, constituindo-se um novo pólo de atração. O shopping valoriza seu entorno, impulsionando a ocupação da área, com o uso residencial, comercial e serviços. Assim, a área residencial estabelecida em lei passa a ser pressionada em suas duas extremidades: na área lindeira à avenida 9 de Julho e no em torno do shopping.

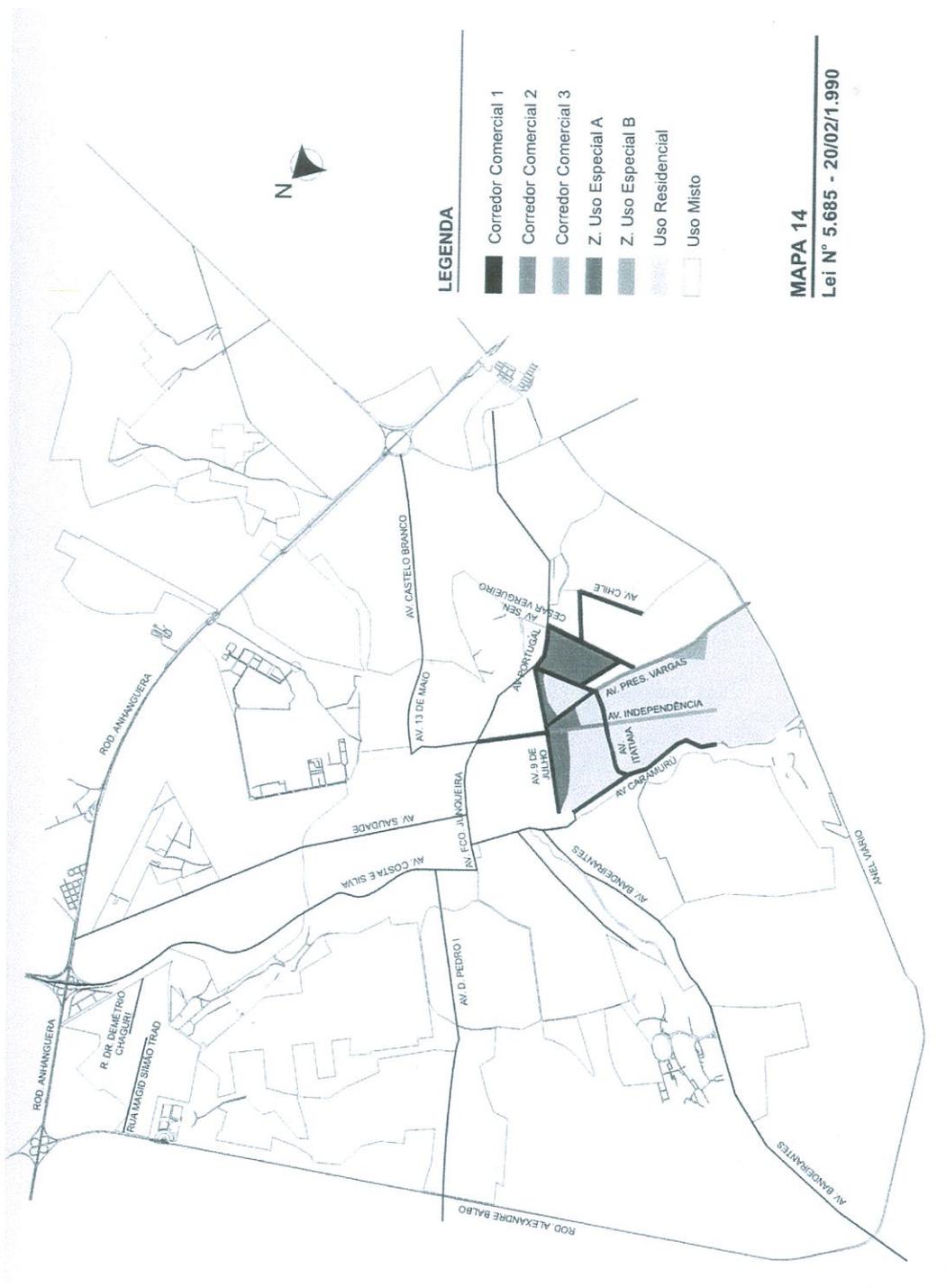
A lei nº 4.709, aprovada em 5/11/1985, além de consolidar as leis anteriores, estabelece os limites da área residencial, a qual se estende desde a avenida 9 de Julho até o anel viário. Também o rol das atividades terciárias permitidas amplia-se, respondendo à diversificação alcançada por este setor econômico (Mapa 13).

Motivada pelas transformações que estavam ocorrendo em todo o setor Sul, nova lei de nº 5685 foi aprovada em 10/2/1990, ampliando a presença do comércio e serviços, em detrimento do uso estritamente residencial. O intervalo de apenas 5 anos, entre a aprovação da última lei, nº 4.709, e a nº 5685, constitui um indicador do acelerado processo de mudanças pelo qual a referida área passa, representando a consolidação dos interesses imobiliários e comerciais. Essa lei cria áreas de uso

especial A e B, no interior da área residencial, instituindo o uso misto, e mantém a regulamentação dos outros itens estabelecidos na lei anterior (Mapa 14).

No final da década de 1990, a delimitação das áreas já havia sido ultrapassada, inclusive o rol de atividades permitidas era constantemente alterado pelo mecanismo previsto no artigo 13º da lei nº 5.685, que autoriza o prefeito “através de decreto, por similaridade, a incluir nas tabelas anexas a esta lei, atividades delas não constantes, desde que não atentem à saúde pública, segurança, bem estar e o direito de vizinhança”.

A exposição acima permite concluir que a legislação caminha a reboque das ações dos grupos econômicos com interesse na área, criando situações de fato, como forma de pressionar e obter as alterações da legislação.



3.3.1.2 – Eixos comerciais: avenidas 13 de Maio e Castelo Branco

A Av. 13 de Maio foi implantada nas décadas de 1960 e 1970, como parte do Plano de Vias elaborado nos anos 1960 (Mapa 7). Essa avenida, juntamente com a Av. Castelo Branco, R. Cap. Salomão, Av. D. Pedro I e Av. Galvão César, forma o eixo leste-oeste, que constitui uma alternativa de comunicação entre bairros, sem passar pelo centro; esse eixo tem fluxo intenso de veículos. Localizam-se nessa avenida a COHAB-RP, Secretaria Municipal de Obras e, em seu prolongamento, as Secretarias do Planejamento, Educação e Administração.

A participação desse eixo no total das empresas cadastradas vem crescendo com 1,2%, 1,8% e 2,0%, respectivamente, nas décadas de 1970, 1980 e 1990 (Tabela 7).

No período analisado, os serviços de manutenção e reparo de veículos manteve-se em 1º lugar, com participação de 31,3%, 27% e 22,8%, respectivamente, nas décadas de 1970, 1980 e 1990. Na década de 1970, o 2º lugar é dividido pelos serviços de transporte, armazenamento, comunicação e indústrias (18,8%). Nos anos 1980, o 2º lugar é ocupado pelos serviços de obras e construção civil e lojas especializadas (10,8%), e, em 3º, alimentação (8,1%). Na década de 1990, no 2º lugar estão as indústrias (10,4%), seguido das lojas especializadas (10,1%) (Tabela 12) (Mapas 8, 9 e 10).

O Jardim Paulista, que é um dos bairros que participam desse eixo, abrigava 2 agências bancárias, em 1981, diminuindo para 1 agência, em 1987. No ano de 2000, são 4 agências localizadas no eixo, sendo que 3 delas estão na Av. 13 de Maio (Tabela 5).

Os dados das décadas de 1980 e 1990 indicam uma queda de 8% no crescimento do total das atividades na última década em relação à anterior (Tabela 7). Nesse período, a avenida constituiu-se como um dos pontos de lazer noturno da cidade, abrigando restaurantes, bares, lanchonetes; durante o dia, a atividade principal são as garagens de revenda de carros usados. Outras atividades que se destacam na sub-região: comércio atacadista; serviços de apoio, principalmente às empresas; serviços de transporte; armazenamento e comunicação.

Tabela 12: Participação das empresas por década - Eixo avenida 13 de maio - de 1970 a 2000

ATIVIDADES	ANTERIOR 1970	DÉCADA DE 1970	DÉCADA DE 1980	DÉCADA DE 1990
Saúde e Serviços Sociais				2 0,6%
Ensino				5 1,5%
Intermediação Financeira			2 2,7%	5 1,5%
Serviços Princ. Empresas		1 6,3%	2 2,7%	28 8,3%
Atividades de Informática				2 0,6%
Atividades Imobiliária				7 2,1%
Obras de Const. Civil		1 6,3%	8 10,8%	24 7,1%
Transp. Armaz. e Comunic.	1 25,0%	3 18,8%	5 6,8%	26 7,7%
Manut. e Repar. de Veículos	1 25,0%	5 31,3%	20 27,0%	77 22,8%
Outros Serv. Colet. Pessoais		1 6,3%	2 2,7%	21 6,2%
Agência de Viagem		0,0%		2 0,6%
Lazer			2 2,7%	0
Alojamento			3 4,1%	4 1,2%
Alimentação			6 8,1%	33 9,8%
Prod. Alimentícios			1 1,4%	1 0,3%
Tecidos / Calçados			1 1,4%	1 0,3%
Lojas Especializadas	2 50,0%	1 6,3%	8 10,8%	34 10,1%
Supermercado / Açougue			2 2,7%	2 0,6%
Atacadistas		1 6,3%	5 6,8%	28 8,3%
Indústria		3 18,8%	7 9,5%	35 10,4%
TOTAL	4 100,0%	16 100,0%	74 100,0%	337 100,0%

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda Ribeirão Preto / CODERP. Cadastro de Empresas, 2001.

A Av. Castelo Branco, implantada na década de 1960, constitui o novo acesso projetado, desde a Rodovia Anhangüera. Seu início coincide com o entroncamento da rodovia e anel viário e estende-se até a rotatória, onde se inicia a avenida 13 de Maio. Em uma de suas margens, oposta à cidade, foi implantado o distrito industrial (Mapa 7).

Os atributos da avenida (acesso rodovia-cidade, grandes lotes e glebas não ocupadas) vão possibilitar a instalação de grandes empresas, principalmente nas décadas de 1980 e 1990.

As empresas localizadas nesta avenida compreendem: indústrias, empresas atacadistas (entre estas, o Makro Atacadista S/A), grandes hotéis, o Novo Shopping, revendedora de veículos, além do novo Fórum. O novo Fórum abriga em seu edifício, cartórios e bancos, e atraiu para seu entorno escritórios de advocacia e serviços de apoio. Importante também destacar que o centro de processamento do Banco do Brasil e sua gerência regional encontram-se localizados nessa sub-região.

Apesar da pequena participação do eixo Av. Castelo Branco, no total das empresas cadastradas, este se diferencia pelo porte das empresas. Elas representam 0,7%, 1,1% e 0,8%, respectivamente, nas décadas de 1970, 1980 e 1990, do total geral, representando menor crescimento no número de empresas na última década (Tabela 7).

Nas décadas de 1980 e 1990, os serviços de manutenção e reparo de veículos ocupam a liderança com, respectivamente, 34,1% e 22,4%. Esses serviços representam revendedoras de veículos importados e nacionais. Nos anos de 1980, no 2º lugar, estão as indústrias (25,0%) e, em 3º, os serviços de apoio principalmente às empresas (13,6%). Na década de 1990, o 2º lugar é ocupado pelas lojas especializadas (13,6%), e em 3º, estão os serviços de alimentação (12,8%) (Tabela 13) (Mapas 8, 9 e 10).

Em 1981, existiam 2 agências localizadas nesse eixo, em 1987, o número se manteve, e, em 2000, estavam instaladas 9 agências, sendo que 2 estavam no shopping e 4, no novo Fórum (Tabela 5).

Os dados dos anos de 1970, 1980 e 1990 indicam uma diminuição de 345% no crescimento das atividades da última década em relação à década anterior (Tabela 7). No mesmo período, as características do eixo alteraram-se e, na última

década, ficou com o seguinte perfil: serviços de manutenção e reparo de veículos, lojas especializadas e serviços de alimentação.

Tabela 13: Participação das empresas por década - Eixo avenida Castelo Branco - de 1970 a 2000

ATIVIDADES	ANTERIOR 1970	DÉCADA DE 1970	DÉCADA DE 1980	DÉCADA DE 1990
Saúde e Serviços Sociais	0	0	0	1 0,8%
Ensino	0	0	0	1 0,8%
Intermediação Financeira	0	0	0	1 0,8%
Serviços Princ. Empresas	0	0	6 13,6%	10 8,0%
Atividades de Informática	0	0	1 2,3%	0
Atividades Imobiliária	0	0	1 2,3%	2 1,6%
Obras de Const. Civil	0	1 14,3%	1 2,3%	11 8,8%
Transp. Armaz. e Comunic.	1 16,7%	0	2 4,5%	7 5,6%
Manut. e Repar. de Veículos	3 50,0%	2 28,6%	15 34,1%	28 22,4%
Outros Serv. Colet. Pessoais	0	0	0	6 4,8%
Agência de Viagem				
Lazer	0	0	0	0
Alojamento	0	0	0	3 2,4%
Alimentação	0	1 14,3%	0	16 12,8%
Prod. Alimentícios				
Tecidos / Calçados				
Lojas Especializadas	1 16,7%	1 14,3%	3 6,8%	17 13,6%
Supermercado / Açougue	0	0	0	1 0,8%
Atacadistas	0	1 14,3%	4 9,1%	8 6,4%
Indústria	1 16,7%	1 14,3%	11 25,0%	13 10,4%
TOTAL	6 100,0%	7 100,0%	44 100,0%	125 100,0%

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda Ribeirão Preto/ CODERP. Cadastro de Empresas, 2001.

3.3.2 – Os eixos comerciais dos setores de média e baixa renda

3.3.2.1 – Eixos comerciais: avenidas da Saudade, Brasil e Costa e Silva

O traçado das Avenidas da Saudade e Brasil coincide com o leito do antigo acesso à rodovia Cândido Portinari. A implantação da Av. da Saudade teve início no ano de 1893, quando foi transferido o cemitério para um dos lotes do Núcleo Senador Antônio Prado; posteriormente, o parcelamento de outros lotes lindeiros a essa avenida, fez com que esta se constituísse na via principal de ligação do centro da cidade com o bairro Campos Elíseos. A Av. Brasil, implantada no período 1940-1970, acompanha a execução dos loteamentos localizados nesse vetor. As avenidas são parte integrante da malha viária dos loteamentos (Mapa 5). A Av. Costa e Silva foi implantada na década de 1970, utilizando-se do leito da Estrada de Ferro São Paulo-Minas, com traçado paralelo ao das avenidas da Saudade e Brasil. Essa avenida expressa veio a se constituir no novo acesso à rodovia Cândido Portinari, com seu início na rotatória Amim Calil.

No ano 1948, o bairro Campos Elíseos abrigava 13,7% do total das empresas cadastradas na cidade, com a seguinte participação: indústria, 39,1%; alimentação, 11,7%; produtos alimentícios, 7,7%; outros serviços coletivos e pessoais, 7,7%; transporte, armazenamento e comunicações, 5,4%; lojas especializadas, 5,0% (Tabela 4). O bairro Campos Elíseos, em 1948, era considerado bairro industrial, com maior concentração nas ruas Maestro Delfino, Sergipe e Capitão Salomão. As indústrias de maior destaque, localizadas no bairro, eram: Ind. Matarazzo (têxtil), Ind. de Vidros Estrela, e Ind. Innechi (sabão e sabonete). Outras atividades, com pequena participação no rol geral das atividades, mas que indicam, por um lado, a diversificação da sub-região e, por outro, o fato de essas atividades até então serem encontradas apenas no centro, justificam o destaque: 8 estabelecimentos de saúde e serviços sociais, sendo 4 hospitais; 3 escolas, compreendendo a Escola Industrial Cel. José Martiniano da Silva, Educandário Cel. Quito Junqueira e 4º Grupo Escolar; cinema; e, no ano de 1950, encontra-se instalado o primeiro Banco Artur Scatena, na avenida da Saudade.

Essa sub-região abrigava, nas décadas de 1970, 1980 e 1990, respectivamente, 17,0%, 21,3% e 22,0% do total das empresas cadastradas, tornando-se, depois do centro, o setor da cidade com maior número de empresas nas décadas de 1980 e 1990. Os dados indicam que o crescimento do número de empresas localizadas nesse eixo tem se mantido nas 3 últimas décadas (Tabela 7). A análise dos dados cadastrais indica características diferenciadas ao longo do eixo, mas que são complementares. Enquanto a avenida da Saudade constitui-se num eixo de comércio e serviços diversificados, voltados, principalmente, para o atendimento da população de média e baixa renda, as atividades localizadas nas avenidas Brasil e Costa e Silva dirigem-se para as empresas. O bairro Campos Elíseos, onde está localizada a avenida da Saudade, passou por grandes mudanças no período de 1940 a 2002: de bairro industrial, com significativa população operária, transformou-se em bairro de classe média, tendo o uso misto como predominante.

O número de agências bancárias localizadas nesse eixo passou de 3, na década de 1970, para 11, no ano 2000. A avenida da Saudade abriga 10 agências, constituindo a 3ª concentração de agências bancárias da cidade, depois do centro e da 9 de Julho, representando 11% do total (Tabela 5).

No ano 2002, a avenida da Saudade tem o comércio como uso predominante, representando 85,1% do total das atividades aí localizadas. Entre estas, destacam-se as lojas especializadas, com 15,8%.

Na área que compreende as avenidas Brasil e Costa e Silva, predominam as atividades de comércio diversificado, comércio atacadista, serviços de apoio, principalmente às empresas e indústrias. A população residente no setor é constituída pela classe média baixa e operários. Entre os bairros que fazem parte desse setor, está o conjunto habitacional Quintino Facci I.

Os dados referentes ao total das atividades dessa sub-região, na década de 1970, tinha na liderança a manutenção e reparo de veículos (16,6%), em 2º lugar, as indústrias (14,8%) e, em 3º, os serviços de transportes, armazenamento e comunicações (12,6%). Nos anos de 1980, a liderança é assumida pelos serviços de alimentação (14,6%), seguidos pelas lojas especializadas (14,4%) e, em 3º lugar, estão os serviços de manutenção e reparo de veículos (13,9%). Na década de 1990, as lojas especializadas assumem a liderança (13,1%), seguidas pelos

serviços de manutenção e reparo de veículos (11,3%) e, em 3º, pelos serviços de alimentação e serviços de apoio, principalmente às empresas (9,8%) (Tabela 14) (Mapas 8, 9 e 10).

Os dados referentes às empresas localizadas no eixo, nas décadas de 1980 e 1990, indicam crescimento de 13% do total das atividades, na última década, em relação à anterior. Nesse mesmo período, observa-se que a manutenção das características do eixo compreende as seguintes atividades: lojas especializadas, serviços de manutenção e reparo de veículos e serviços de alimentação. Nos anos de 1990, acrescentam-se os serviços de apoio, principalmente às empresas. Destaca-se, ainda, o crescimento das atividades de serviços de obras e construção civil, transporte, armazenamento e comunicações, atacadistas e indústrias. Esses dados nos sinaliza a tendência de concentrar, no eixo, os serviços de apoio à produção, além da presença das indústrias.

Tabela 14: Participação das empresas por década - Eixo avenidas Saudade, Brasil e Costa e Silva - de 1970 a 2000

ATIVIDADES	ANTERIOR 1970		DÉCADA DE 1970		DÉCADA DE 1980		DÉCADA DE 1990	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
Saúde e Serviços Sociais	1	2,2%	7	3,1%	39	4,4%	110	3,0%
Ensino	0	0,0%	0	0,0%	15	1,7%	92	2,5%
Intermediação Financeira	0	0,0%	4	1,8%	6	0,7%	122	3,3%
Serviços Princ. Empresas	2	4,3%	18	8,1%	75	8,4%	361	9,8%
Atividades de Informática	0	0,0%	0	0,0%	3	0,3%	29	0,8%
Atividades Imobiliária	1	2,2%	2	0,9%	11	1,2%	76	2,1%
Obras de Const. Civil	0	0,0%	21	9,4%	98	11,0%	320	8,7%
Transp. Armaz. e Comunic.	0	0,0%	28	12,6%	35	3,9%	314	8,5%
Manut. e Repar. de Veículos	12	26,1%	37	16,6%	124	13,9%	417	11,3%
Outros Serv. Colet. Pessoais	5	10,9%	13	5,8%	67	7,5%	317	8,6%
Agência de Viagem	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	7	0,2%
Lazer	0	0,0%	6	2,7%	3	0,3%	25	0,7%
Alojamento	0	0,0%	2	0,9%	3	0,3%	19	0,5%
Alimentação	6	13,0%	16	7,2%	130	14,6%	361	9,8%
Prod. Alimentícios	0	0,0%	1	0,4%	12	1,3%	32	0,9%
Tecidos / Calçados	0	0,0%	2	0,9%	5	0,6%	13	0,4%
Lojas Especializadas	10	21,7%	21	9,4%	126	14,1%	482	13,1%
Supermercado / Açougue	0	0,0%	5	2,2%	15	1,7%	44	1,2%
Atacadistas	1	2,2%	7	3,1%	65	7,3%	292	7,9%
Indústria	8	17,4%	33	14,8%	60	6,7%	252	6,8%
TOTAL	46	100,0%	223	100,0%	892	100,0%	3685	100,0%

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda Ribeirão Preto/ CODERP. Cadastro de empresas, 2001.

3.3.2.2 – Eixo comercial: avenida D. Pedro I

A avenida D. Pedro I tem o início de sua implantação na década de 1920, como parte do sistema viário do loteamento e prolongamento da rua Capitão Salomão. Essa avenida torna-se o acesso principal ao setor norte e noroeste da cidade, onde vários conjuntos habitacionais foram construídos, nas décadas de 1980 e 1990.

Esse eixo tem, como característica, abrigar atividades de comércio diversificado e serviços de apoio às empresas, além de abrigar indústrias. Esses bairros são habitados por população de classe média e operários.

A participação dessa sub-região, no total das empresas cadastradas, foi de 1,2%, 1,8% e 1,7 %, respectivamente, nas décadas de 1970, 1980 e 1990. Essa perda de posição, na última década, coincide com o menor crescimento do número de empresas (Tabela 7).

Nas três décadas analisadas, estão, em 1º lugar, os serviços de obras de construção civil, com participação de 37,5%, 28,4% e 15,4%, respectivamente. O 2º lugar é ocupado pelos serviços de transporte, armazenamento e comunicação, participando com 18,8%, 21,6% e 14,4%, respectivamente. Nos anos de 1970, em 3º lugar, estão as indústrias com 12,5%. Nos anos de 1980 e 1990, o 3º lugar é ocupado pelos serviços de manutenção e reparo de veículos, com participação de 17,6% e 13,7%, respectivamente (Tabela 15) (Mapas 8, 9 e 10).

No ano 1981, 2 agências bancárias estavam localizadas na avenida, passando para 3, no ano 1987, e mantendo esse número, no ano 2000 (Tabela 5).

Os dados dos anos de 1980 e 1990 indicam queda de 87% no crescimento das atividades em relação à década anterior. No mesmo período, as características do eixo mantiveram-se com as seguintes atividades: serviços de obras e construção civil; serviços de transporte, armazenamento e comunicação; e serviços de manutenção e reparo de veículos. Na última década, as atividades que vêm se destacando, são: lojas especializadas; serviços de alimentação; outros serviços coletivos e pessoais; e serviços prestados às empresas.

Tabela 15: Participação das empresas por década - Eixo avenida D. Pedro I - de 1970 a 2000

ATIVIDADES	ANTERIOR 1970		DÉCADA DE 1970		DÉCADA DE 1980		DÉCADA DE 1990	
Saúde e Serviços Sociais	0		0		3	4,1%	3	1,1%
Ensino	0		0		0		12	4,3%
Intermediação Financeira	0		1	6,3%	0		1	0,4%
Serviços Princ. Empresas	0		1	6,3%	2	2,7%	19	6,8%
Atividades de Informática	0		0		0		1	0,4%
Atividades Imobiliária	0		0		0		3	1,1%
Obras de Const. Civil	1	50,0%	6	37,5%	21	28,4%	44	15,8%
Transp. Armaz. e Comunic.	0		3	18,8%	16	21,6%	40	14,4%
Manut. e Repar. de Veículos	0		1	6,3%	13	17,6%	38	13,7%
Outros Serv. Colet. Pessoais	0		0		5	6,8%	19	6,8%
Agência de Viagem	0		0		0		1	0,4%
Lazer	0		0		2	2,7%	0	
Alojamento	0		0		0		1	0,4%
Alimentação	1	50,0%	1	6,3%	4	5,4%	24	8,6%
Prod. Alimentícios	0		0		0		2	0,7%
Tecidos / Calçados	0		0		0		1	0,4%
Lojas Especializadas	0		0		3	4,1%	31	11,2%
Supermercado / Açougue	0		1	6,3%	0		0	
Atacadistas	0		0		2	2,7%	15	5,4%
Indústria	0		2	12,5%	3	4,1%	23	8,3%
TOTAL	2	100,0%	16	100,0%	74	100,0%	278	100,0%

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda Ribeirão Preto / CODERP. Cadastro de empresas, 2001.

3.3.2.3 – Eixos comerciais: avenidas do Café e Bandeirantes e Vila Tibério

O bairro V. Tibério, até os anos de 1960, estava separado do centro pelos trilhos da E. F. Mogiana. Sua localização, em área contígua à estação e com acesso aos bairros operários Barracão e Ipiranga, constituiu-se em alternativa de localização para as atividades econômicas, no período que antecede à retirada dos trilhos. No ano de 1948, as principais atividades do setor terciário e secundário, localizadas no bairro, eram: indústrias, 23,3%; alimentação, 21,7%; produtos alimentícios, 18,5%; outros serviços coletivos e pessoais, 11,6%; lojas especializadas, 8,5% (Tabela 4).

A indústria, como principal atividade do bairro, concentra-se nas ruas Cel. Luiz da Cunha, Santos Dumont, Martinico Prado e Rodrigues Alves. As indústrias de maior destaque, localizadas neste bairro, eram: Cia. Antártica Paulista, Cia Com. e Ind. Antonio Diederichsen (fundição e serraria), e Fab. de Sabão Roque Nacarato.

Destacam-se, ainda, outras atividades de menor expressão numérica, mas que são importantes indicadores de serviços localizados no bairro: 3º Grupo Escolar, Colégio Sant'Ana e Posto de Puericultura de Assistência à Infância.

A avenida do Café constitui a expansão da V. Tibério. Implantada na década de 50, torna-se o acesso à Faculdade de Agricultura que, em 1956, passa a abrigar o campus da Faculdade de Medicina e Odontologia da USP. A Av. Bandeirantes, implantada na década de 60, constitui o acesso à cidade de Sertãozinho.

Os atributos conferidos a essa sub-região são devidos à sua proximidade do centro, o que vem favorecendo a sua participação no total geral das empresas cadastradas, com 8,8%, 11,5% e 14,6%, respectivamente, nas décadas de 1970, 1980 e 1990. Também o crescimento do número de empresas aí localizadas tem se mantido, no mesmo período (Tabela 7).

Na década de 1970, as lojas especializadas mantinham a liderança (17,1%), seguidas dos serviços de apoio às empresas (15,4%) e o 3º lugar era dividido pelos serviços de saúde e sociais, serviços de obras e construção civil, e serviços de manutenção e reparo de veículos (12,0%).

Nos anos de 1980 e 1990, em 1º lugar estavam os serviços de apoio, principalmente às empresas (20,0% e 18,7%, respectivamente); em 2º, as lojas especializadas (14,8% e 15,9%, respectivamente); em 3º lugar, nos anos de 1980, estavam os serviços de manutenção e reparo de veículos (11,0%). Nos anos de 1990, essa posição era ocupada pelos atacadistas (10,0%) (Tabela 16) (Mapas 9 e 10).

As áreas que compreendem as avenidas do Café, Bandeirantes e V. Tibério são contíguas, o que facilita a complementariedade das atividades aí instaladas. A avenida do Café e a V. Tibério têm, como características, o comércio e serviços diversificados e agências bancárias. Pela proximidade com o Campus da USP, essa área é preferida pelos estudantes, para moradia, o que atrai vários serviços, entre eles o de alimentação, que se localiza, preferencialmente, na avenida do Café que, no período noturno, constitui um dos pontos de lazer da cidade. Esses serviços atendem também aos funcionários das indústrias e comércio atacadista da Av. Bandeirantes.

A população residente nos bairros localizados nesse eixo é, predominantemente, de classe média.

Os dados dos anos de 1980 e 1990 indicam o crescimento de 98% do total das atividades na última década em relação à anterior. Nesse período, as características do eixo mantinham-se com as atividades de serviços de apoio, principalmente às empresas, lojas especializadas, manutenção de veículos e, nos anos de 1990, acrescentam-se atacadistas. Outras atividades que se destacaram na última década compreendem: serviços de alimentação, indústrias, saúde e serviços sociais. As Av. Bandeirantes, Café e V. Tibério ocuparam o 2º lugar entre os eixos, com crescimento de 98% no número de empresas (Tabela 7).

Tabela 16: Participação das empresas por década - Eixo avenidas do Café e Bandeirantes e, Vila Tibério - de 1970 a 2000

ATIVIDADES	ANTERIOR 1970		DÉCADA DE 1970		DÉCADA DE 1980		DÉCADA DE 1990	
Saúde e Serviços Sociais	1	3,6%	14	12,0%	38	7,9%	142	5,8%
Ersino	1	3,6%	1	0,9%	9	1,9%	102	4,2%
Intermediação Financeira	1	3,6%	4	3,4%	20	4,2%	110	4,5%
Serviços Princ. Empresas	4	14,3%	18	15,4%	96	20,0%	458	18,7%
Atividades de Informática	0	0,0%	0	0,0%	3	0,6%	53	2,2%
Atividades Imobiliária	0	0,0%	2	1,7%	15	3,1%	89	3,6%
Obras de Const. Civil	2	7,1%	14	12,0%	26	5,4%	85	3,5%
Transp. Armaz. e Comunic.	0	0,0%	3	2,6%	13	2,7%	71	2,9%
Manut. e Repar. de Veículos	5	17,9%	14	12,0%	53	11,0%	227	9,3%
Outros Serv. Colet. Pessoais	0	0,0%	1	0,9%	5	1,0%	46	1,9%
Agência de Viagem	0	0,0%	0	0,0%	1	0,2%	13	0,5%
Lazer	1	3,6%	3	2,6%	7	1,5%	28	1,1%
Alojamento	0	0,0%	1	0,9%	4	0,8%	14	0,6%
Alimentação	1	3,6%	3	2,6%	20	4,2%	162	6,6%
Prod. Alimentícios	1	3,6%	1	0,9%	8	1,7%	20	0,8%
Tecidos / Calçados	0	0,0%	1	0,9%	4	0,8%	18	0,7%
Lojas Especializadas	7	25,0%	20	17,1%	71	14,8%	390	15,9%
Supermercado / Açougue	0	0,0%	3	2,6%	5	1,0%	9	0,4%
Atacadistas	1	3,6%	5	4,3%	52	10,8%	244	10,0%
Indústria	3	10,7%	7	6,0%	31	6,4%	166	6,8%
TOTAL	28	100,0%	117	100,0%	481	100,0%	2447	100,0%

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda Ribeirão Preto / CODERP. Cadastro de Empresas, 2001.

Conclusões

Ao concluir os estudos sobre o centro de Ribeirão Preto, enfocando seus processos de expansão e setorização, e confrontando-o com os trabalhos realizados sobre os centros das metrópoles brasileiras, pode-se identificar que ocorrem processos análogos que, no entanto, apresentam especificidades, relacionadas aos processos sócio-econômicos regionais e locais, e aos ciclos temporais em que ocorrem.

Ribeirão Preto não se situa em região metropolitana, mas apresenta uma situação destacada entre as cidades paulistas de porte médio, formando, com seus municípios limítrofes, uma aglomeração urbana, motivada pela complementariedade e integração entre os mesmos. Não se verifica o processo de conurbação entre os mesmos, mas seus vetores de crescimento indicam que, a médio prazo, esta tendência poderá ocorrer.

O desenvolvimento alcançado pela região de Ribeirão Preto resultou dos sucessivos ciclos econômicos que a acompanharam desde a sua formação até a atualidade. A economia cafeeira marca o início de sua formação, no último quartel do século XIX e tem seu auge, nos anos 1920; no período de 1930 a 1950, as indústrias tiveram papel de destaque entre as atividades econômicas e, a partir dos anos 1960, um novo ciclo se inicia com a implantação das indústrias que compõem o complexo sucro-alcooleiro. Esse diversos ciclos impulsionaram o crescimento de Ribeirão Preto, confirmando-o como pólo regional de comércio e serviços, tornando-o um centro urbano de grande expressão na região, que abrange 86 municípios, entre os quais se destacam Franca, Araraquara e São Carlos. As mudanças que vêm ocorrendo na cidade e, em particular, no seu centro, como em todas as cidades brasileiras, são partes dos processos econômicos que moldam os espaços, de acordo com os diferentes interesses. Nesse sentido, pode-se demarcar uma periodização para as mudanças nos processos de desenvolvimento da cidade e de seu centro: de fins do século XIX até 1940, que correspondendo ao auge da economia cafeeira, e a diversificação da produção agrícola; de 1940 ao final dos anos 1960, que compreende o desenvolvimento da indústria metal-mecânica fornecedora dos

meios de produção para a agro-indústria e para o cultivo agrícola; do final dos anos 1960 a 1980, quando é implementado o complexo sucro-alcooleiro; e dos anos 1980 a 2002, quando ocorre a consolidação desse complexo.

Os processos de expansão do centro de Ribeirão Preto se expressam, espacialmente, através da incorporação de novas áreas, para as atividades centrais, e pela intensificação de atividades centrais, no mesmo território. As atividades centrais se expandem tanto pela substituição dos usos das edificações existentes, como pela construção de novas edificações para esses usos.

No período de fins do século XIX a 1960, pode-se identificar o processo de expansão do centro de Ribeirão Preto em 3 momentos. O primeiro momento compreende o período de final do século XIX a 1920, a partir da implantação da Estação Mogiana, no início da rua Gal. Osório, quando ocorre a 1ª expansão do centro de Ribeirão Preto, que até então se concentrava no entorno da praça XV de Novembro. A expansão se dá ao longo da rua Gal. Osório, que constitui a via de ligação praça-estação. O segundo momento, nos anos 1920, ocorre a 2ª expansão do centro, com o início do processo de deslocamento das moradias das camadas de alta renda do centro para área contígua ao centro – bairro Higienópolis, localizado no vetor Sul. Esse deslocamento possibilitou a mudança de edificações localizadas no centro, seja do uso residencial para comércio e serviços, seja para a substituição de antigas edificações por novas, destinadas abrigar o comércio e serviços. Nesse momento ocorre a modernização do centro, com o Quarteirão Paulista e o edifício Diederichsen constituindo um dos núcleos simbólicos de maior destaque do centro de Ribeirão Preto. A concepção dos conjuntos de edifícios explicita o entendimento que os empreendedores tinham sobre o centro de uma cidade moderna, tanto pelas atividades diferenciadas que abrigavam em um ou mais edifícios – cultura, lazer, escritórios, hotéis, residências multifamiliares como, pelas soluções arquitetônicas adotadas.

No período compreendido entre os anos 1940, e o final de 1960, ocorre a 3ª expansão do centro, nos entornos da praça XV de Novembro e da estação. O primeiro setor se caracterizava por abrigar a Prefeitura, as Secretarias Municipais, a Câmara de Vereadores, o Fórum, a Associação Comercial e Industrial de

Ribeirão Preto, a Catedral, o Palácio Episcopal, o teatro, os cinemas, restaurantes, e o comércio e serviços de luxo. No setor da estação registrou-se o crescimento do comércio popular diversificado, seguido do comércio atacadista e indústrias. Nos anos 1950, inicia-se o processo de verticalização do centro, principalmente ao redor da praça XV de Novembro. Nesses anos tem continuidade o processo de deslocamento das camadas de alta renda em direção ao Sul, com o lançamento de novos loteamentos formando os bairros Sumaré, Alto da Boa Vista e Jardim América, que se localizam em área contígua ao bairro Higienópolis.

No período de fins dos anos 1960 a 2002 o centro não se expande e se populariza. Os deslocamentos das classes de alta renda no vetor sul, estimulam a formação da primeira rua de comércio e serviços de luxo, ao longo da rua Barão do Amazonas, um dos acessos principais aos bairros de alta renda. Nesses anos, seguindo o deslocamento para o Sul, mais 3 grandes áreas localizadas nos vetores Leste, Sudeste e Sul foram urbanizadas, nos anos 1960 e 1970 - Ribeirânea, City Ribeirão e Jardim Canadá -. Distantes da área urbanizada da cidade, seguiram os padrões adotados nos bairros “jardins” de São Paulo, destinando-se às camadas de alta renda. Neste período a setorização social mantém-se, inclusive com as atividades que o caracterizavam no período anterior. No setor da praça XV de Novembro tem continuidade o processo de verticalização. As mudanças se aprofundam no setor da estação com a transferência do complexo ferroviário para a periferia da cidade. Esse setor sofreu impacto, com a eliminação do fluxo de pessoas e mercadorias, e as atividades que tinham vínculo com o transporte ferroviário. Esse fato marca o início do processo de desvalorização do setor.

Nas décadas de 1980 e 1990, a predominância dos investimentos em loteamentos e condomínios fechados para as classe de alta renda ainda se concentram no vetor Sul, consolidando esta área como moradia deste segmento social. Neste momento ocorre o abandono do centro de Ribeirão Preto pelas camadas de alta renda, como local das compras e trabalho, o processo de expansão é interrompido, e o comércio e serviços passam a atender à população de baixa renda. Esse comércio e serviços populares são representados por grandes empresas que possuem redes de lojas, instaladas em vários pontos do

centro. Outro aspecto do mesmo processo de mudança do caráter do centro diz respeito ao deslocamento das atividades de lazer e entretenimento. Esses fatos retiram do centro seu caráter de animação noturna, com a subtração da sua dimensão de local de encontro e de festas. O centro mantém sua dimensão simbólica, por abrigar as praças XV de Novembro, da Bandeira, sedes do Executivo Municipal, da Associação Comercial e Industrial, a Catedral, o Palácio Episcopal, o teatro D. Pedro II, o Museu de Arte Moderna, bibliotecas e algumas edificações de valor histórico.

Na década de 1980, o não-crescimento do centro e a sua popularização está associado à formação de novos eixos de comércio e serviços de luxo – avenida 9 de Julho, Independência e Presidente Vargas e seus respectivos entornos.

O processo de deslocamento das camadas de alta renda do centro das metrópoles foi registrado por Villaça (op. cit; 255, 256, 299) no Rio de Janeiro, por volta de 1821, quando esses segmentos sociais elegeram o vetor Oeste para suas novas residências. Essa escolha indica a expansão da cidade para o interior do Estado, seguindo a rota utilizada pelo tráfego do interior com destino ao porto, constituindo as estradas que ligavam o interior à cidade. O autor relaciona o deslocamento desses segmentos à formação da primeira rua do comércio de luxo da cidade do Rio de Janeiro – rua do Ouvidor -, que era o acesso aos referidos bairros. No final do mesmo século, esses segmentos redirecionam seu deslocamento para o vetor Sul, motivados pela abertura das avenidas Central e Beira Mar, que ligam o centro à zona Sul da cidade. Esses segmentos acabam por incentivar a localização no início da avenida Central do comércio varejista, estabelecimentos financeiros, grandes empresas, hotéis, órgãos de classe, jornais, cinemas e importantes edifícios públicos. O deslocamento das camadas de alta renda em direção ao Sul se mantém até o presente.

O mesmo autor (op. cit; 262, 263) identifica que o deslocamento dessas camadas sociais, na cidade de São Paulo, inicia-se na segunda metade do século XIX em direção ao Oeste – bairros Campos Elíseos -, e por volta de 1890 para o vetor Sul, em direção à avenida Paulista. – bairro Higienópolis. Villaça registra que em fins do século XIX, a rua Direita constituía-se na primeira rua do comércio de luxo. Essa rua tinha como atributo formar, com o viaduto do Chá ,

a rua Barão de Itapetininga e ruas do Aroche, o eixo de acesso aos bairros de alta renda. Na cidade de Belo Horizonte, Villaça (op. cit; 268, 269) verifica que, desde o início da ocupação da cidade, as camadas de alta renda se localizaram na direção Sul – bairro Lourdes –, na área reservada pela Comissão Construtora da cidade, e vem se mantendo nesta direção há 8 décadas. O mesmo autor (op. cit; 269) verifica que, no início do século XX, a rua Bahia se tornava a primeira rua do comércio e serviços de luxo, dando acesso aos bairros de alta renda. Em Recife, o autor (op. cit; 212, 284) registra o deslocamento desses segmentos sociais no vetor Oeste – rio Capiberibe –, em meados do século XIX, por este acumular as funções de via de transporte, local de lazer, tratamento de doenças e onde era realizada a captação da água para o abastecimento da cidade. A partir dos anos 1970, as camadas de alta renda dividem seus deslocamentos: mantêm o direcionamento anterior e criam um novo setor na região litorânea, no vetor Sul, formando o bairro da Boa Viagem. O autor registra que, embora Recife represente uma exceção pelo fato de as camadas de alta renda se localizarem em duas direções - Oeste e Sul -, este último vetor se destaca pelo número de apartamentos em construção para esses segmentos sociais. Pontual (op. cit) identifica a formação de um centro de comércio e serviços sofisticados no bairro da Boa Viagem, que concorre com o centro de Recife.

Confrontando os primeiros processos de deslocamentos das camadas de alta renda e a sua relação com o deslocamento do centro, pode-se constatar que existe uma similariedade do processo registrado em Ribeirão Preto e nas metrópoles: primeiro por essa tendência de deslocamentos das camadas de alta renda na direção Sul; segundo pela atração que exercem sobre o comércio e serviços de luxo, provocando, num primeiro momento, a formação de ruas de comércio ao longo das vias que ligam seus bairros ao centro, independente do momento em que se realizou. Em Ribeirão Preto, o primeiro deslocamento das camadas de alta renda acontece nos anos 1920. Nas metrópoles, Villaça verificou que os processos de Recife e Rio de Janeiro, se antecedem em aproximadamente em 70 anos; São Paulo e Belo Horizonte se antecedem em 30 anos. A constituição da primeira rua do comércio de luxo fora do centro, em Ribeirão Preto inicia-se nos anos 1970; comparando com as metrópoles, Rio de

Janeiro antecede-se em século e meio; São Paulo e Belo Horizonte antecedem-se em 8 e 7 décadas respectivamente.

O processo de setorização no centro de Ribeirão Preto se expressa através da setorização funcional e setorização social. O processo de setorização funcional manifesta-se através da especialização de setores no interior do centro para determinadas atividades. O processo de setorização social se manifesta em determinado setores do centro em função das classes sociais que utilizam.

No período de fins do século XIX aos anos 1960, o processo de setorização funcional, no centro de Ribeirão Preto, é verificado a partir da implantação do complexo ferroviário (estação, armazéns, pátio de manobra, oficinas), no último quartel do século XIX, que impulsiona a formação de um setor, no seu entorno, com a localização de atividades complementares ao transporte ferroviário, indústrias e comércio atacadista. Junto à praça XV de Novembro aglutinam-se os comércio varejista e serviços diversos, administração pública, sede de associações de classe, sedes de clubes sociais, atividades de lazer e cultura, além da função residencial.

No período de fins dos anos 1960 a 2002, a setorização funcional do centro de Ribeirão Preto deixa de existir, com a transferência do complexo ferroviário nos anos 1960, provocando o deslocamento das atividades complementares a essa atividade. Associado a este fato, o crescimento da cidade e a priorização do transporte rodoviário, provocam o deslocamento das indústrias para local próximo às rodovias.

O IBGE (op. cit; 56), identificou no ano de 1874 o processo de setorização do centro da cidade do Rio de Janeiro, expresso em 2 setores: o setor delimitado pelas ruas dos Ourives, do Hospício e Direita, e pelos morros de São Bento e Conceição em que, pela proximidade com a Alfândega, predominava o comércio de importação e exportação, e outro setor com predominância do comércio varejista. Santos (op. cit, 81) identifica que, em Salvador, até o final do século XIX, todo o comércio se concentrava na Cidade Baixa, e o centro da Cidade Alta abrigava as principais funções administrativas e religiosa, além da importância da função residencial. No século XX, a setorização funcional

permanece, mudando apenas as funções que cada centro abriga: a Cidade Baixa abriga o comércio grossista, e atividades complementares à atividade portuária, e a Cidade Alta abriga o comércio varejista, serviços diversificados, e a função administrativa. Esse processo, verificado em Ribeirão Preto, em fins do século XIX, persiste até os anos 1960, diferenciando-se de Salvador e Rio de Janeiro, que o mantiveram ao longo do século XX.

No período de fins do século XIX a 1960, ocorre a divisão do centro em função das classes sociais. Na década de 1940, à setorização funcional se sobrepõe a setorização social, mantendo a divisão do centro de Ribeirão Preto que passa a expressar também sua divisão social no atendimento das camadas de alta e baixa renda, que permanece até os anos 1980. O setor da praça XV de Novembro abriga o comércio e serviços de luxo, órgãos públicos, sedes de associações de classe, atividades de cultura e lazer e, no setor da estação, localiza-se o comércio e serviços populares. Ou seja, a divisão social acontece praticamente nos mesmos espaços ocupados anteriormente pelo centro. Esse processo de mudanças tem origens diferenciadas para os 2 setores. A mudança do setor da praça XV de Novembro, que passa a se caracterizar como setor que abriga o comércio e serviços de luxo, tem sua origem no processo de modernização que o setor passou no anos 1920 e 1930, com as novas construções de edifícios, obras de urbanização da praça XV de Novembro, somado à proximidade dos bairros de alta renda. O setor da estação se populariza com o desprestígio do transporte ferroviário como meio de transporte pelas camadas de alta renda e também por suas próprias características de geração de grandes fluxos de pessoas e mercadorias.

No período de fins dos anos 1960 a 2002, a popularização do centro, na década de 1980, extingue a sua setorização social, motivada pelo abandono do centro pelas classes de alta renda, como local de trabalho e compra.

O processo de setorização social do centro foi identificado por Villaça (op. cit; 261, 264, 270), no Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. No Rio de Janeiro esse processo foi registrado no centro da cidade, no início do século XX, com a sua divisão em setor popular - região das praças Mauá e Tiradentes-, e no outro extremo, o setor voltados para os bairros nobres localizados na zona Sul. Em São Paulo, na década de 1950, consolidam-se os processos iniciado nos

anos de 1930 , com a divisão expressa no centro velho – de caráter popular -, e centro novo – comércio e serviços de luxo. Em Belo Horizonte, a setorização social se estabelece a partir de meados do século XX, com a popularização do setor delimitado pela avenida Afonso Pena e estação ferroviária, e o setor de comércio e serviços de luxo no setor compreendido entre as avenidas Afonso Pena, Augusto de Lima e Amazonas, motivado pela proximidade com os bairros de alta renda. Em Ribeirão Preto esse processo é identificado na década de 1940, e o período que separa o seu processo de setorização social com os das metrópoles, corresponde: Rio de Janeiro, antecede-se em 40 anos; Belo Horizonte e São Paulo acontecem simultaneamente ao processo em Ribeirão Preto.

No período de fins do século XIX aos anos 1960, temos a formação dos primeiros eixos comerciais voltados ao atendimento das camadas de baixa renda. Localizados a Nordeste e Oeste, iniciaram a sua formação nos anos 1940, onde se localizavam as indústrias e os bairros operários.

Os anos de fins da década de 1960 a 2002, marcam a formação dos eixos comerciais voltados para as classes de alta renda, ao Sul, e a continuidade dos eixos populares a Nordeste e Oeste. A formação dos eixos comerciais de luxo acompanha o deslocamento das camadas de alta renda para o Sul, onde se localizam suas novas moradias. A constituição desses eixos se inicia em Ribeirão Preto, nos anos 1980, ao longo das avenidas, seguida da pulverização das atividades comerciais e de serviços em torno desses eixos. A distribuição das atividades nos eixos tendem a se localizar de forma especializada, ou seja, identifica agrupamentos do mesmo tipo de atividade ou atividades complementares, ao longo das avenidas ou ruas, ou mesmo numa mesma área. Nesse período os eixos comerciais voltados para o atendimento das camadas de baixa renda continuam privilegiando as vias por onde passa o transporte coletivo, associado ao mesmo processo de pulverização das atividades verificado nos eixos de alta renda.

O processo de abandono do centro das metrópoles pelas camadas de alta renda, como local de compra, serviços e lazer e, posteriormente, como local de trabalho, é registrado por Villaça (op. cit; 274, 277), nas décadas de 1950 e 1960. O autor indica o declínio do centro principal de Rio de Janeiro, no final da

década de 1940, e a formação dos subcentros voltados para as camadas de alta renda, em Copacabana; em São Paulo, no final dos anos 1950, o novo centro é formado pela avenida Paulista e rua Augusta; nos anos 1960, em Recife, pelo bairro da Boa Viagem; em Belo Horizonte, no entorno da praça Savassi, e, em Porto Alegre, pela avenida Independência. Junto ao processo de declínio dos centros principais, Villaça indica a consolidação do centro novo das metrópoles, a partir da década de 1970.

As pesquisas citadas sobre a cidade de São Paulo apontam a formação do centro Paulista – novo centro -, a partir da constituição do setor bancário e de negócios na avenida de mesmo nome, e do comércio de luxo na rua Augusta. Em Ribeirão Preto a constituição da avenida 9 de Julho como setor bancário, e as avenidas Independência e Presidente Vargas, além das regiões que as compreendem, abrigando o comércio de luxo, podem ser o embrião do novo centro da cidade, que estaria se formando no vetor Sul.

Anexo 1

Relação dos Bancos cadastrados pela Lista Telefônica de Ribeirão Preto de 1861 a 2000

BANCOS	ENDEREÇOS	ANO
Comercial Est. de S. Paulo	Alv. Cabral 464	1861
Itaú S/A	Alv. Cabral 572	1950
Frances e Italiano p/ Am. Sul	Alv. Cabral 448	1950
Frances e Italiano p/ Am. Sul	G. Osorio 394	1950
Credito Real de M. G. S/A	A Bueno 349	1950
Auxiliar S. Paulo S/A	S. Sebastião 595	1950
Mercantil de S. Paulo / Finasa	Alv. Cabral 583	1950
Banespa S/A	Alv. Cabral 568	1950
Bradesco S/A	Cerqueira Cesar 557	1950
Bradesco S/A	S. Sebastião 500 (gerencia)	1950
Brasil S/A	G. Osorio 334	1950
Comércio e Ind. de S. Paulo	G. Osorio 376 (gerencia)	1950
Bandeirantes Comercio S/A	S. Sebastião 490 (gerencia)	1950
Comercial Est. de S. Paulo	Alv. Cabral 464	1950
Lavoura de M. Gerais	Tibiriça 582	1950
Brasul S. Paulo	Alv. Cabral 563	1950
S. Paulo S/A	S. Sebastião 462	1950
Artur Scatena	Av. Saudade 577	1950
Sul AmERICANO Brasil S/A	A Brasiliense 401	1950
Marchesi S/A	A Bueno 532	1950
Moreira Salles S/A	S. Sebastião 510	1950
Paulista do Comercio S/A	G. Osorio 324	1950
Ribeirão Preto	Tibiriça 468	1950
Caixa Econ. Est. S. Paulo	A Bueno 357	1950
Caixa Econ. Federal	A Brasiliense 389	1950
Itaú S/A	Alv. Cabral 572	1961
Frances e Italiano p/ Am. Sul	G. Osorio 394	1961
F. Barreto S/A	Alv. Cabral 458	1961
Credito Real de M. G. S/A	A Bueno 349	1961
Credito Real de M. G. S/A	A Bueno 849	1961
Credito Real de M. G. S/A	F. Abreu 780	1961
Auxiliar S. Paulo S/A	S. Sebastião 595	1961
Mercantil de S. Paulo / Finasa	Alv. Cabral 583	1961
Banespa S/A	Alv. Cabral 568	1961
Bradesco S/A	S. Sebastião 500 (gerencia)	1961
Brasil S/A	G. Osorio 334	1961
Comércio e Ind. de S. Paulo	G. Osorio 376	1961
Bandeirantes Comercio S/A	S. Sebastião 490	1961
Lavoura de M. Gerais	Av. Independencia 1362	1961
Lavoura de M. Gerais	Tibiriça 582	1961

Anexo 1 - Relação dos Bancos cadastrados pela Lista Telefônica de Ribeirão Preto de 1861 a 2000

Novo Mundo	S. Sebastião 482	1961
Brasul S. Paulo	Alv. Cabral 563	1961
S. Paulo S/A	Cel. Luiz da Cunha 409	1961
S. Paulo S/A	S. Sebastião 462	1961
Artur Scatena	Av. Saudade 577	1961
Artur Scatena	S. Sebastião 530 (gerencia)	1961
Mineiro da Produção	Alv. Cabral 607	1961
Mogiano Com. e Ind. S/A	S. Sebastião 530	1961
Sul Americano Brasil S/A	A Brasiliense 401	1961
Marchesi S/A	Tibiriça 546	1961
Moreira Salles S/A	S. Sebastião 510	1961
Paulista do Comercio S/A	G. Osorio 324	1961
Ribeirão Preto	Tibiriça 468	1961
Caixa Econ. Est. S. Paulo	A Bueno 357	1961
Caixa Econ. Federal	A Brasiliense 389	1961
Itaú S/A	Alv. Cabral 572	1970
Nacional de Minas S/A	S. Sebastião 399	1970
Frances e Italiano p/ Am. Sul	G. Osorio 394	1970
F. Barreto S/A	Alv. Cabral 458	1970
do Estado de Minas Gerais	Alv. Cabral 607	1970
Credito Real de M. G. S/A	A Bueno 349	1970
Auxiliar S. Paulo S/A	G. Osorio 432	1970
Mercantil de S. Paulo / Finasa	Alv. Cabral 583	1970
Banespa S/A	Alv. Cabral 568	1970
Bradesco S/A	S. Sebastião 500 (gerencia)	1970
Brasil S/A	D. de Caxias 725 (gerencia)	1970
Comércio e Ind. de S. Paulo	Av. Saudade 1053	1970
Comércio e Ind. de S. Paulo	Cel. Luiz da Cunha 222	1970
Comércio e Ind. de S. Paulo	G. Osorio 376	1970
Bahia	A Bueno 514 (gerencia)	1970
Bandeirantes Comercio S/A	S. Sebastião 490	1970
Comercial Est. de S. Paulo	Alv. Cabral 464	1970
Comercio Ind. de M. Gerais	Alv. Cabral 571	1970
Lavoura de M. Gerais	S. Sebastião 530	1970
Novo Mundo	S. Sebastião 482	1970
Portugues do Brasil	Alv. Cabral 532	1970
União de Bancos Brasileiros	S. Sebastião 510	1970
Brasul S. Paulo	Alv. Cabral 563	1970
S. Paulo S/A	Av. Saudade 1189	1970
S. Paulo S/A	Cel. Luiz da Cunha 409	1970
S. Paulo S/A	S. Sebastião 462	1970
Agrícola da Alta Mogiana	A Arantes 959	1970
Agrícola da Alta Mogiana	G. Osorio 526	1970
Caixa Econ. Est. S. Paulo	A Bueno 357	1970
Caixa Econ. Est. S. Paulo	Av. Saudade 829	1970
Caixa Econ. Est. S. Paulo	Cel. Luiz da Cunha 608	1970
Caixa Econ. Est. S. Paulo	G. Osorio 334	1970
Caixa Econ. Federal	G. Osorio 340	1970
Itaú S/A	Alv. Cabral 542	1981
Itaú S/A	Av. da Saudade 838	1981

Itaú S/A	B. do Amazonas 215	1981
Itaú S/A	B. do Amazonas 835	1981
Itaú S/A	Camilo de Mattos 1469	1981
Itaú S/A	D. de Caxias 837	1981
Itaú S/A	Henrique Dumont 791	1981
Itaú S/A	Martinico Prado 171	1981
Itaú S/A	Quintino Bocaiuva 444	1981
Agrimisa S/A	S. Sebastião 402	1981
Comércio S/A	Alv. Cabral 458	1981
Financial S/A	S. Sebastião 482	1981
Nacional do Norte S/A	Tibiriça 468	1981
Geral do Comércio S/A	Alv. Cabral 454	1981
Antonio Queiroz S/A	S. Sebastião 609	1981
América do Sul S/A	Luiz Gomes 68	1981
Mercantil do Brasil S/A	Alv. Cabral 571	1981
Bamerindos do Brasil / HSBC	Sald. Marinho 290	1981
Finasa de Investimentos S/A	A Bueno 361	1981
Nordeste Est. de S. Paulo 549	Alv. Cabral 549	1981
Sul Brasileiro S/A	Visc. de Inhauma 711	1981
Nacional de Cred. Coop. S/A	Av. Saudade 821	1981
Citibank Dist. Tit. da Amazonia S/A	B. do Amazonas 491	1981
Crefisul de Invest. S/A	B. do Amazonas 685	1981
Nacional de Minas S/A	A Brasiliense 413	1981
Frances e Italiano p/ Am. Sul	Tibiriça 600	1981
F. Barreto S/A	G. Osorio 394	1981
do Estado de Minas Gerais	S. Sebastião 462	1981
Frances e Brasileiro S/A	S. Sebastião 605	1981
Credito Real de M. G. S/A	A Brasiliense 383	1981
Credito Real de M. G. S/A	Alv. Cabral 563	1981
Auxiliar S. Paulo S/A	G. Osorio 568	1981
Auxiliar S. Paulo S/A	G. Osorio 432	1981
Mercantil de S. Paulo / Finasa	Quito Junqueira	1981
Mercantil de S. Paulo / Finasa	A Bueno 361	1981
Bandeirantes S/A	Vicente de Carvalho 1385	1981
Bandeirantes S/A	D. Pedro I 836	1981
Bandeirantes S/A	P. de Moraes 1385	1981
de Crédito Nacional S/A	S. Sebastião 582	1981
de Crédito Nacional S/A	A Brasiliense 284	1981
de Crédito Nacional S/A	G. Osorio 568	1981
Nacional S/A	M. Junqueira 443	1981
Nacional S/A	Alv. Cabral 576	1981
Nacional S/A	Av. Saudade 1144	1981
Nacional S/A	S. Sebastião 399	1981
Nacional S/A	Tibiriça 1081	1981
Economico S/A	Av. do Café 567	1981
Economico S/A	Costabile Romano	1981
Economico S/A	S. Sebastião 638	1981
Economico S/A	Visc. De Inhauma 468	1981
Real S/A	Alv. Cabral 500	1981
Real S/A	F. Figueiroa 1250(proc. dados)	1981

Anexo 1 - Relação dos Bancos cadastrados pela Lista Telefônica de Ribeirão Preto de 1861 a 2000

Real S/A	F. Junqueira 422	1981
Real S/A	Pres. Kennedy 1450	1981
Real S/A	Pres. Kennedy 1450	1981
Real S/A	S. Sebastião 530	1981
Real S/A	Visc. de Inhauma 490	1981
Banespa S/A	A Bueno 605	1981
Banespa S/A	Av. Castelo Branco 2523	1981
Banespa S/A	Av. Saudade 1189	1981
Banespa S/A	Av. Saudade 1421	1981
Banespa S/A	Cel. Luiz da Cunha 169	1981
Banespa S/A	F. Abreu 411	1981
Bradesco S/A	Av. P. Innechi 888	1981
Bradesco S/A	Av. Saudade 935	1981
Bradesco S/A	F. Junqueira 1411	1981
Bradesco S/A	Mal. Deodoro 1192	1981
Bradesco S/A	S. Sebastião 500 (gerencia)	1981
Bradesco S/A	Visc. de Inhauma 490	1981
Brasil S/A	Av. Manir Calil 349	1981
Brasil S/A	Av. Saudade 1074	1981
Brasil S/A	D. de Caxias 725	1981
Brasil S/A	S. Jose 2444	1981
Brasil S/A	Salim Miguel 275	1981
Brasil S/A	Term. Petrobras 725	1981
Comércio e Ind. de S. Paulo	Antonio Darahen 30	1981
Comércio e Ind. de S. Paulo	Av. do Café 1896	1981
Comércio e Ind. de S. Paulo	Av. Saudade 1053	1981
Comércio e Ind. de S. Paulo	G. Osorio 376	1981
Comércio e Ind. de S. Paulo	Paulo Barra 109	1981
Comércio e Ind. de S. Paulo	Q. Bocaiuva 498	1981
Comércio e Ind. de S. Paulo	Sald. Marinho 359	1981
Comércio e Ind. de S. Paulo	Tibiriça 458	1981
Caixa Econ. Est. S. Paulo	Av. Saudade 1168	1981
Caixa Econ. Est. S. Paulo	D. de Caxias 425	1981
Caixa Econ. Est. S. Paulo	D. Pedro I 1021	1981
Caixa Econ. Est. S. Paulo	Pompeu Camargo 171	1981
Caixa Econ. Est. S. Paulo	Rodrigues Alves 393	1981
Caixa Econ. Federal	Alv. Cabral 550	1981
Itaú S/A	Alv. Cabral 576	1987
Itaú S/A	Av. 9 de Julho 1077	1987
Itaú S/A	Av. da Saudade 1400/1424	1987
Itaú S/A	B. do Amazonas 215	1987
Itaú S/A	Camilo de Mattos 1469	1987
Itaú S/A	D. de Caxias 837	1987
Itaú S/A	Martinico Prado 171	1987
Itaú S/A	S. Sebastião 392	1987
Itaú S/A	Visc. de Inhauma 543	1987
Nacional do Norte S/A	Tibiriça 468	1987
Antonio Queiroz S/A	S. Sebastião 609	1987
América do Sul S/A	A Brasiliense 730	1987
América do Sul S/A	Luiz Gomes 68	1987

Mercantil do Brasil S/A	Alv. Cabral 571	1987
Bamerindos do Brasil / HSBC	Alv. Cabral 543	1987
Bamerindos do Brasil / HSBC	G. Osorio 362	1987
Bamerindos do Brasil / HSBC	S. Sebastião 384	1987
Bamerindos do Brasil / HSBC	Tibiriça 600	1987
Nordeste Est. de S. Paulo 549	Alv. Cabral 549	1987
Sul Brasileiro S/A	Visc. de Inhauma 711	1987
Nacional de Cred. Coop. S/A	Av. Saudade 821	1987
Citibank Dist. Tit.	Av. 9 de Julho 688	1987
da Amazonia S/A	B. do Amazonas 685	1987
Crefisul de Invest. S/A	F. de Abreu 681	1987
F. Barreto S/A	S. Sebastião 462	1987
do Estado de Minas Gerais	S. Sebastião 605	1987
Frances e Brasileiro S/A	A Brasiliense 383	1987
Frances e Brasileiro S/A	Av. J. Fiusa 1498	1987
Credito Real de M. G. S/A	Alv. Cabral 563	1987
Mercantil de S. Paulo / Finasa	Alv. Cabral 740	1987
Mercantil de S. Paulo / Finasa	Vicente de Carvalho 1385	1987
Bandeirantes S/A	D. Pedro I 836	1987
Bandeirantes S/A	P. de Moraes 1385	1987
Bandeirantes S/A	S. Sebastião 582	1987
Nacional S/A	Av. 9 de Julho 1223	1987
Nacional S/A	Av. Mogiana 916	1987
Nacional S/A	Av. Saudade 1144	1987
Nacional S/A	G. Osorio 550	1987
Economico S/A	A Brasiliense 515	1987
Real S/A	Av. 9 de Julho 1105	1987
Real S/A	F. Junqueira 422	1987
Real S/A	Pres. Kennedy 1450	1987
Real S/A	R. Barbosa 1001	1987
Real S/A	S. Sebastião 530	1987
Banespa S/A	A Brasiliense 429	1987
Banespa S/A	A Bueno 605	1987
Banespa S/A	Av. Independencia 925	1987
Banespa S/A	Av. Mogiana 2180	1987
Banespa S/A	Av. Mogiana 2307	1987
Banespa S/A	Av. Saudade 1189	1987
Banespa S/A	Av. Saudade 1421	1987
Banespa S/A	Campus USP (post. serv.)	1987
Banespa S/A	CEAGESP	1987
Banespa S/A	Cel. Luiz da Cunha 436	1987
Banespa S/A	DAERP (posto serv.)	1987
Banespa S/A	F. Abreu 411 (post. serv.)	1987
Bradesco S/A	Alv. Cabral 464	1987
Bradesco S/A	Alv. Cabral 576	1987
Bradesco S/A	Av. D. Pedro I 2270	1987
Bradesco S/A	Av. Saudade 935	1987
Bradesco S/A	Camilo Mattos 88	1987
''	Cel. Luiz da Cunha 222	1987
Bradesco S/A	H. Dumont 858	1987

Anexo I - Relação dos Bancos cadastrados pela Lista Telefônica de Ribeirão Preto de 1861 a 2000

Bradesco S/A	Mal. Deodoro 1192	1987
Bradesco S/A	S. Sebastião 500 (gerencia)	1987
Bradesco S/A	Tibiriça 572	1987
Bradesco S/A	Visc. de Inhauma 270	1987
Bradesco S/A	Visc. de Inhauma 441	1987
Brasil S/A	Av. P. Kennedy 2332	1987
Brasil S/A	Av. Saudade 1074	1987
Brasil S/A	Cel. F. F. Leite 1540	1987
Brasil S/A	D. de Caxias 725	1987
Comércio e Ind. de S. Paulo	Cel. Luiz da Cunha 222	1987
Comércio e Ind. de S. Paulo	Cel. Luiz da Cunha 873	1987
Comércio e Ind. de S. Paulo	D. de Caxias 761	1987
Comércio e Ind. de S. Paulo	G. Osorio 376	1987
Itamarati S/A	S. Sebastião 392	1987
Cidade S/A	Av. 9 de Julho 885	1987
Est. do R. de Janeiro S/A	A Brasiliense 429	1987
Sudameris da Brasil S/A	G. Osorio 394	1987
Safra S/A	D. de Caxias 521	1987
Rural S/A	B. do Amazonas 491	1987
Meridional do Brasil S/A	A Brasiliense 711	1987
Mercantil de Descontos S/A	S. Sebastião 641	1987
Chase Manhattan S/A	Av. 9 de Julho 1077	1987
Nordeste S/A	Alv. Cabral 470	1987
Interprt	Alv. Cabral 549	1987
Multiplíc S/A	Av. 9 de Julho 180	1987
Lloyds Bank Intern. de Valores	Av. 9 de Julho 1128	1987
Caixa Econ. Est. de M. Gerais	Cerqueira Cesar 422	1987
Caixa Econ. Est. S. Paulo	A Brasiliense 296	1987
Caixa Econ. Est. S. Paulo	Buarque 70	1987
Caixa Econ. Est. S. Paulo	Cerqueira Cesar 333	1987
Caixa Econ. Est. S. Paulo	D. de Caxias 425	1987
Caixa Econ. Est. S. Paulo	D. Pedro I 1021	1987
Caixa Econ. Est. S. Paulo	D. Pedro I 808	1987
Caixa Econ. Est. S. Paulo	Rodrigues Alves 393	1987
Caixa Econ. Federal	A Brasiliense 426	1987
Caixa Econ. Federal	Alv. Cabral 550	1987
Caixa Econ. Federal	Av. 9 de Julho 714	1987
Caixa Econ. Federal	Av. Saudade 580	1987
Itaú S/A	Av. 9 de Julho 1077	2000
Itaú S/A	Av. da Saudade 1400/1424	2000
Itaú S/A	B. do Amazonas 215	2000
Itaú S/A	Camilo de Mattos 1469	2000
Itaú S/A	D. de Caxias 837	2000
Itaú S/A	Martinico Prado 171	2000
Nacional do Norte S/A	S. Sebastião 582	2000
Geral do Comércio S/A	Alv. Cabral 454	2000
Antonio Queiroz S/A	Av. Independencia 1311	2000
América do Sul S/A	A Brasiliense 730	2000
Mercantil do Brasil S/A	Alv. Cabral 549	2000
Bamerindos do Brasil / HSBC	Alv. Cabral 543	2000

Anexo I - Relação dos Bancos cadastrados pela Lista Telefônica de Ribeirão Preto de 1861 a 2000

Bamerindos do Brasil / HSBC	Av. 13 de Maio 115/ 129	2000
Bamerindos do Brasil / HSBC	Av. 9 de Julho 1177	2000
Bamerindos do Brasil / HSBC	D. de Caxias 595	2000
Citibank Dist. Tit.	Av. 9 de Julho 688	2000
Citibank Dist. Tit.	Pe. Euclides 995	2000
Citibank Dist. Tit.	Visc. de Inhauma 1153	2000
Mercantil de S. Paulo / Finasa	Alv. Cabral 740	2000
Mercantil de S. Paulo / Finasa	Av. 9 de Julho 1516	2000
Mercantil de S. Paulo / Finasa	Av. Saudade 1481	2000
Bandeirantes S/A	Av. Saudade 456	2000
Bandeirantes S/A	B. de Campos 1426	2000
Bandeirantes S/A	Lafaiete 789	2000
Bandeirantes S/A	S. Sebastião 582	2000
Nacional S/A	Av. 9 de Julho 1233	2000
Nacional S/A	G. Osorio 550	2000
Real S/A	Av. 9 de Julho 1105 (g. region.)	2000
Real S/A	Av. Castelo Branco 2400	2000
Real S/A	Av. Mogiana 1710	2000
Real S/A	B. de Campos 912	2000
Real S/A	Cel. Fermino F. Leite 154	2000
Real S/A	F. Junqueira 422	2000
Real S/A	S. Sebastião 530	2000
Banespa S/A	A Bueno 605	2000
Banespa S/A	Alice A Saadi 1010 (Forum)	2000
Banespa S/A	Av. 13 de Maio 17	2000
Banespa S/A	Av. Bandeirante 3900	2000
Banespa S/A	Av. Independencia 925	2000
Banespa S/A	Av. Mogiana 2180	2000
Banespa S/A	Av. P. Innechi 1538	2000
Banespa S/A	Av. P. Innechi 888	2000
Banespa S/A	Av. Saudade 1421	2000
Banespa S/A	Campus USP (post. serv.)	2000
Banespa S/A	CEAGESP	2000
Banespa S/A	Cel. Luiz da Cunha 436	2000
Bradesco S/A	Alv. Cabral 563	2000
Bradesco S/A	Av. 13 de Maio 275	2000
Bradesco S/A	Av. Castelo Branco 1158	2000
Bradesco S/A	Av. Castelo Branco 3000	2000
Bradesco S/A	Av. D. Pedro I 2270	2000
Bradesco S/A	Av. D. Pedro I 269	2000
Bradesco S/A	Av. Saudade 1977	2000
Bradesco S/A	Av. Saudade 935	2000
Bradesco S/A	Cel. F. F. Leite 1540	2000
Bradesco S/A	D. de Caxias 675	2000
Bradesco S/A	M. Prado 410	2000
Bradesco S/A	Mal. Deodoro 1192	2000
Bradesco S/A	Rangel Pestana	2000
Brasil S/A	Afonso Taranto 455 (Forum)	2000
Brasil S/A	Alice A Saadi 465 (Forum)	2000
Brasil S/A	Av. 13 de Maio 430	2000

Brasil S/A	Av. P. Kennedy 2332	2000
Brasil S/A	Av. Saudade 1074	2000
Brasil S/A	D. de Caxias 725	2000
Brasil S/A	D. Pedro I 712	2000
Brasil S/A	Q. Bocaiuva 434	2000
BCN Bancos	D. de Caxias 761	2000
Santandel Brasil S/A	Alv. Cabral 470	2000
Santandel Brasil S/A	Av. 9 de Julho 1088	2000
Santandel Brasil S/A	Av. 9 de Julho 872	2000
Santandel Brasil S/A	Av. da Saudade 1130	2000
Cidade S/A	Av. 9 de Julho 885	2000
Unibanco S/A	Av. 9 de Julho 1223	2000
ABC Roma S/A	Visc. de Inhauma 580	2000
Bilbao Viscaia Brasil	Av. 9 de Julho 1480	2000
Boavista Interatlantico S/A	Av. 9 de Julho 1189	2000
Dibens S/A	Av. 9 de Julho 1030	2000
Est. do R. de Janeiro S/A	A Brasiliense 429	2000
Sudameris da Brasil S/A	Av. 9 de Julho 1088 (gerencia)	2000
Est. do Parana	B. do Amazonas 685	2000
ABN Amro S/A	Av. Portugal 444	2000
Industrial e Comercial S/A	G. Osorio 432	2000
Safra S/A	D. de Caxias 521	2000
Rural S/A	Av. 9 de Julho 1184	2000
Meridional do Brasil S/A	A Brasiliense 711	2000
Mercantil de Descontos S/A	Av. 9 de Julho 512	2000
Bank Boston	Av. Independencia 1239	2000
Bank Boston	R. Barbosa 1145	2000
Crédito Nacional S/A	Av. 9 de Julho 180	2000
Crédito Nacional S/A	D. de Caxias 761	2000
Lloyds Bank Intern. de Valores	Av. 9 de Julho 1128	2000
Caixa Econ. Est. S. Paulo	A Brasiliense 296	2000
Caixa Econ. Est. S. Paulo	Alice A Saadi 1010 (Forum)	2000
Caixa Econ. Est. S. Paulo	Av. Saudade 829	2000
Caixa Econ. Est. S. Paulo	Buarque 70	2000
Caixa Econ. Est. S. Paulo	D. de Caxias 425	2000
Caixa Econ. Est. S. Paulo	D. Pedro I 836	2000
Caixa Econ. Est. S. Paulo	Rodrigues Alves 393	2000
Caixa Econ. Federal	A Brasiliense 426	2000
Caixa Econ. Federal	Afonso Taranto 455 (Forum)	2000
Caixa Econ. Federal	Daniel Solera 441	2000

Anexo 2

Leis Urbanísticas

LEI Nº	DATA	ASSUNTO
PREFEITO CEL. ALFREDO CONDEIXA FILHO - 1952-53		
336	11/11/53	Ligação das 2 pontes existentes nas Av. Fco. Junqueira e Jerônimo Gonçalves
337	11/11/53	Prolongamento da R. Ceará
344	04/01/54	Alargamento da Av. da Saudade
348	02/05/54	Dimensão e extensão da Via do Café
368	11/09/54	Abertura e prolongamento das ruas Olavo Bilac, Lafayette, Amadeu Amaral e Vicente de Carvalho
372	25/11/54	Prolongamento da R. XI de Agosto
411	11/05/55	Considera como parte integrante da zona residencial da cidade diversos logradouros públicos
413	01/06/55	Abertura da R. Patrocínio
420	14/06/55	Prolongamento da R. Rio Grande Do Sul
PREFEITO CEL. ALFREDO CONDEIXA FILHO – 1960-63		
994	16/12/60	Prolongamento da R. Sto. Amaro
1056	30/06/61	Abertura da R. Humberto de Campos (entre Av. da Saudade e R. Paraíba)
1057	30/06/61	Abertura da R. D. Pedro II (entre R. Luiz Barreto e Silveira Martins)
1066	19/09/61	Abertura da R. Vitória e R. Ipanema
1095	20/10/61	Abertura da R. Amazonas e R. Anita Garibaldi
1102	24/10/61	Abertura da R. Frei Caneca
1116	14/10/61	Abertura da R. Borba Gato
PREFEITO CELSO PASCHOAL – 14/05/62 – 08/10/62 (interino)		
1225	14/09/62	Prolongamento da Av. Francisco Junqueira
PREFEITO ORLANDO JUCA – 1963-64 (interino)		
1285	15/02/63	Prolongamento da R. Paraíba
1307	21/05/63	Prolongamento da R. Acre
PREFEITO WELSON GASPARINI - 1964		
1484	13/11/64	Prolongamento da R. Marquez de Pombal (entre as R. Pernambuco e D. Pedro II)
1492	17/11/64	Prolongamento da R. Pompeu de Camargo

PREFEITO ORESTE LOPES DE CAMARGO – 1965-67 (interino)

1603	25/06/65	Prolongamento da R. Parafba (entre R. Patrocínio e Francisco Matarazzo)
2013	01/12/67	Prolongamento da R. dos Aliados
2014	24/11/67	Prolongamento das Ruas Constituição, Rio Gde. do Sul, Joaquim Nabuco, R. J

PREFEITO Dr. ANTONIO DUARTE NOGUEIRA – 1969-72

2231	06/06/69	Prolongamento da R. Rodrigues Alves
2358	07/08/70	Prolongamento da R. São Paulo
2430	23/12/70	Prolongamento das R. São Paulo e R. Martin Francisco
2443	09/02/71	Prolongamento da AV. Pio XII até Av. Caramurú
2582	14/12/71	Prolongamento da R. Pompeu de Camargo

Bibliografia

- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado (1999) – *O Apogeu do Café na Alta Mogiana*. In, BACELLAR, Carlos de Almeida Prado e BRIOCHI, Lucila Reis (org.). Na estrada do Anhanguera. São Paulo, Humanitas, FFLCN / USP.
- BOLAFFI, Gabriel (1997). *Habitação e Urbanismo: o problema e o falso problema*. In, MARICATO, Hermínia (org.). A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial. São Paulo, Ed. Alfa-Omega.
- BRIOSCHI, Lúcia Reis (1999). Caminhos do Ouro. In, BACELLAR, Antônio de Almeida Prado e BRIOSCHI, Lúcia Reis (org.). *Na estrada do Anhanguera*. São Paulo, Humanitas, FFLCN / USP.
- CAIADO, Aurílio Sérgio Costa (1992). “A aglomeração urbana de Ribeirão Preto””. In: *Projeto – Urbanização e metropolização no Estado de São Paulo: desafios da política urbana*. Vários autores. Núcleo Interno de Economia Social, Urbana e Regional / Instituto de Economia / UNICAMP. Convênio SPG/FECAMP. Coord. Prof. Dr. Wilson Cano. Campinas, mimeo.
- CANO, Wilson; PACHECO, Carlos A.; SEMEGHINI, Ulisses C. (1992). São Paulo no limiar do século XXI. In: *Diagnósticos setoriais da economia paulista*. SPG / F , SEADE. São Paulo.
- CIONE, Rubem – *História de Ribeirão Preto*. Ribeirão Preto, ed. Legis Summa Ltda., vol. I , 1994; vol. I , 1989; vol. IV , 1992; vol. I, 1994.
- COHAB (1972 – 1988) – Quadro Demonstrativo de Obras – S.E.D.E.. Miemo _____ (1999). Informe de Interesse Público. In, *Revista Revide*, Ribeirão Preto, Ano XII, nº 147.
- CORDEIRO, Helena Kohn (1978). *O centro da metrópole paulistana – expansão recente*. Tese de doutorado apresentado na área de Geografia Humana do Departamento de Geografia da FFLCH – USP. São Paulo.
- (1967). A área central da cidade do Rio de Janeiro. In: IBGE. *Área central da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IBGE.

- FARIA, Vilmar (1976). *O sistema urbano brasileiro. Um resumo das características e tendências recentes*. Estudos Cebrap. São Paulo, Cebrap.
- FELDMAN, Sarah (1997). *O zoneamento ocupa o lugar do plano: São Paulo, 1947-1961*. In, Anais do 7º Encontro Nacional da AMPUR. Recife, MDU, AMPUR, Vol.1
- _____ (1999). *Programas de Gestão Integrada para o Município de Franca*. São Carlos, mimeo.
- FRÚGOLI, Heitor Jr. (1995). *São Paulo, espaços públicos e interação social*. São Paulo, Marco Zero.
- _____ (2000). *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo, Cortez: Ed. da USP.
- GAETANI, Marcelo – *Arquitetura residencial no centro da cidade de Ribeirão Preto no período de 1915 a 1945*. São Paulo, mimeo, Tese de Mestrado apresentado à Universidade Mackenzie, 1999.
- GONÇALVES, Maria Flora (1994). *Novas configurações no desenvolvimento urbano paulista*. *Espaço & Debate*, ano XIV, nº 38. São Paulo, Fapesp, Neru.
- GUIÃO, João Rodrigues (org.) – *Ribeirão Preto – Ribeirão Preto*, Câmara Municipal, 1923.
- IBGE (1967). *A área central da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IBGE.
- _____ (1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991E 2000). *Censos Demográficos*.
- ITALIANO, Wilson; ZUCCOLOTTO, José T. N. Filho; BARONI, Nilson R. (1997). *Gerenciamento de cidades uma alternativa de política pública na área da habitação*. Ribeirão Preto. Mimeo.
- LEME, Maria Cristina da Silva (org.) (1999). *Urbanismo no Brasil 1895 – 1965*. São Paulo, Studio Nobel, FAUUSP, FUPAM.
- MAGALHÃES, Kelly Cristina (1997). *Fragments urbanos – compreensão da construção do espaço periférico em Ribeirão Preto*. Trabalho de graduação. Centro Universitário Moura Lacerda. Mimeo.
- MIGLIORINI, Vera Lúcia Blat (1997). *Os padrões de desempenho do uso e ocupação do solo na previsão e controle do adensamento de áreas intra-urbanas*. Tese de doutorado apresentada à Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Mimeo

- MIRANDA, José Pedro (1979). *Breve história dos poderes legislativo e executivo da Ribeirão Preto*. Mimeo.
- MÜLLER, Nice Lecok. (1958). A área central da cidade. In: AZEVEDO, Aroldo. *A cidade de São Paulo*, vol. III. São Paulo, Cia. Editorial Nacional.
- NEGRI, Bajas e PACHECO, Carlos Américo (1994). *Mudanças tecnológicas e desenvolvimento regional nos anos 90: a nova dimensão espacial da indústria paulista*. Espaço & Debates, ano XIV, nº 38. São Paulo, Fapesp, Neru.
- NEGRI, Bajas; GONÇALVES, Maria Flora; CANO, Wilson – O processo de integração do desenvolvimento e da urbanização no Estado de São Paulo (1920 – 1980), in *Coleção Economia Paulista*, vol. 1 nº 1. São Paulo, SEADE, 1988
- PONTUAL, Virgínia (1983) . *Concorrência, dominação e monopolização do espaço urbano: o comércio de mercadorias e os bancos na cidade do Recife*. Dissertação apresentada ao mestrado em Desenvolvimento Urbano – UFP. Recife, mimeo.
- PORTO, Sebastião e BUENO, Rubens Ribeiro (1948). *Roteiro de Ribeirão Preto*. Ribeirão Preto, Ed. Casa Baschizza.
- REIS FILHO, Nestor Goulart – *Evolução urbana do Brasil*. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1968.
- SÁ , MANDAIA & CIA EDITORES - *Almanach Ilustrado de Ribeirão Preto*. Ribeirão Preto, Tipografia As, Mandaia & Cia, 1999.
- SAES, Flávio Azevedo Marques de (1997). Crescimento e Consolidação da Sitema Bancário em São Paulo na Década de 1920. In, LORENZO, Helena Carvalho e COSTA, Wilma Peres da Costa (org). *A Década de 1920*. São Paulo, Ed. UNESP.
- _____, (1986). *Crédito e Bancos no desenvolvimento da Economia Paulista 1850-1930*, São Paulo, IPE/USP.
- SANTOS, Milton (1959). *O centro da cidade de Salvador*. Salvador, UBA, Livraria Progresso Editora.
- SEMEGHINI, Ulysses Cidade (1992). “A região administrativa de Ribeirão Preto”. In: *Cenário da Urbanização Paulista*, vol. IV. Vários autores. FECAMP / IE / UNICAMP. São Paulo, Fundação SEADE.

- SINGER, Paul (1979). O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, Hermínia (org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo, Ed. Alfa Omega.
- SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão (1991). O centro e as formas de expressão da centralidade urbana. In: *Revista Geografia*, São Paulo, 10: 1-18.
- _____(1998). A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade urbana. In: *Revista Território*, ano III, nº 4, Jan./Jun. 1998, p. 27-37.
- STEIN, C. (1951). *Toward New Towns for America. Chicago e Illinois*, The University Press of Liverpool, Public Administration Service.
- UNICAMP / IE / NESUR (1999). *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil*. Volume 1, Coleção Pesquisas 3. Campinas, Ed. IPEA, UNICAMP, IBGE.do desenvolvimento e da urbanização no Estado de São Paulo (1920 – 1980), in Coleção Economia Paulista, vol. 1 nº 1. São Paulo, SEADE, 1988.
- VALADÃO, Valéria – *Memória arquitetônica em Ribeirão Preto*. Franca, mimeo, Tese de Mestrado – Unesp / Campus de Franca – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 1997.
- VILLAÇA, Flávio (1978). *A estrutura territorial da metrópole sul brasileira*. Tese de doutorado apresentado ao Depto. de Geografia da FFLCH – USP, mimeo.
- _____, (1998). *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo, FAPESP / Studio Nobel, Lincoln Institute.